

FORTALEZA EM MOVIMENTO

DESAFIOS URBANOS, SOCIAIS E HUMANOS



Estanislau Ferreira Bié
Raimundo Ferreira Lima
Leide Daiana C. Cunha
Henrique Cunha Junior
Oriell Vieira de S. Junior

(ORGANIZADORES)



Uma nova abordagem revolucionária silenciosamente o ser e o fazer da segurança pública no estado do Ceará, que é a reflexão sobre a missão das instituições que lhe compõem sob o viés da produção científica. A Série “Segurança Pública, Direito e Justiça Brasileira” emerge para sinalizar esta revolução cultural que entremeia todas as categorias e níveis hierárquicos no âmbito da Segurança Pública. Esta obra possibilita que o conhecimento produzido na busca de soluções para os problemas cotidianos que afetam a sociedade seja compartilhado. Desse modo, as coletâneas de artigos publicados visam a reinvenção organizacional, a avaliação de estratégias, inovação, aplicação de novas tecnologias, a reflexão da ética e deontologia profissional, a formação profissional e a educação continuada, a governança corporativa e tudo mais que possa afetar a gestão da segurança pública. Diante deste novo cenário esta série pretende estimular o livre pensar e convida a todos a debaterem e refletirem, sob o viés da ciência, “Segurança Pública, Direito e Justiça Brasileira”.

Apoio Cultural:



FORTALEZA EM MOVIMENTO

**DESAFIOS URBANOS, SOCIAIS
E HUMANOS**



Série Segurança Pública Direito e Justiça Brasileira

Diretores da série

Prof. Dr. Estanislau Ferreira Bié
Prof. Dr. Henrique Cunha Júnior
Prof. Francisco José R. Abreu

Comitê Científico

Dra. Cícera Nunes
Universidade Regional do Cariri-URCA

Dra. Dawn Duke
University Tennessee/ EUA

Dr. Estanislau Ferreira Bié
Universidade Federal do Ceará-UFBA

Dr. Jectan Vital de Oliveira
Universidade de Coimbra - UC

Dr. Henrique Cunha Júnior
Universidade Federal do Ceará-UFBA

Dra. Maria Sílvia Bacila
Universidade Tecnológica Federal do Paraná-UTFPR

Dr. Ricardo Rodrigues Catanho de Sena
Universidade Estadual do Ceará - UECE

FORTALEZA EM MOVIMENTO

DESAFIOS URBANOS, SOCIAIS E HUMANOS

Estanislau Ferreira Bié
Raimundo Ferreira Lima
Henrique Cunha Junior
Leide Daiana Carvalho Cunha
Oriel Vieira de Sousa Junior
(Organizadores)



Editora Via Dourada
Fortaleza - Ceará
2025

Diagramação: Estanislau Ferreira Bié

Capa: Estanislau Ferreira Bié



Todos os livros publicados pela Editora Via Dourada estão sob os direitos da Creative Commons 4.0 https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.

Série Segurança pública, direito e justiça brasileira - 19

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Catalogação elaborada por F. Jose R. Abreu CRB 3/1725

BIÉ, Estanislau Ferreira; et al. (Orgs.)

Fortaleza em movimento: Desafios urbanos, sociais e humanos [recurso físico] / Estanislau Ferreira Bié; Raimundo Ferreira Lima; Henrique Cunha Junior; Leide Daiana Carvalho Cunha; Oriel Vieira de Sousa Junior (Orgs.) -- Fortaleza, CE: Editora Via Dourada, 2025.

185p.

ISBN - 978-65-89622-84-0

Disponível em: <http://www.editoraviadourada.org>

1. Serviço social: 2. Cidade de Fortaleza; 3. Desafios Urbanos; I. Título. II. Série

CDD 360

Índices para catálogo sistemático:

1. Serviço Social

360

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DA SÉRIE 10

CAPÍTULO 1 13

PROJETO VILA DO MAR: O LADO OESTE DA CIDADE QUE NINGUÉM CONHECE

Raimundo Ferreira Lima

Roseane Carvalho de Souza

Evânia Maria Oliveira Severiano

CAPÍTULO 2 19

O BAIRRO PIRAMBU E O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE FORTALEZA

Raimundo Ferreira Lima

Roseane Carvalho de Souza

Evânia Maria Oliveira Severiano

CAPÍTULO 3 30

TERRITÓRIO E ASSISTÊNCIA SOCIAL: OS SENTIDOS DO LUGAR PIRAMBU NA ÓTICA DOS SEUS MORADORES

Adriana Castro Camelo

Bruna Reis Alves

Marinelsa Nunes de Sousa

Raimundo Ferreira Lima

Leiriane de Araújo Silva

CAPÍTULO 4 43

IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS NAS ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SEM FINS LUCRATIVOS DO TERCEIRO SETOR

Christina Bianca Castro Ventura
Raimundo Ferreira Lima
Thiago Barreto Portela

CAPÍTULO 5 **55**

A LEI No 12.764/2012 COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL NA EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS COM ESPECTRO AUTISTA

Christina Bianca Castro Ventura
Daiane Lourenço de Freitas
Thiago Barreto Portela

CAPÍTULO 6 **107**

HUMANIZAÇÃO: UM PROCESSO NECESSÁRIO NA ÁREA DA SAÚDE

Adriana da Costa Silva
Raimundo Ferreira Lima
Adriana de Oliveira Alcântaras

CAPÍTULO 7 **119**

A ATUAÇÃO DE ASSISTENTE SOCIAL RESIDENTE EM SAÚDE MENTAL NO CAPS's EM INTERIOR DO CEARÁ DURANTE A PANDEMIA DO COVID - 19: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Viviane e Vasconcelos Damasceno
Raimundo Ferreira Lima
Leide Daiana Carvalho Cunha
Edna Maria Leite Dias

CAPÍTULO 8 **138**

A REDE CUCA: UM ESTUDO SOCIODEMOGRÁFICO DE SUA CRIAÇÃO

Estanislau Ferreira Bié
Henrique Cunha Junior



CAPÍTULO 9 **166**
A IMPORTÂNCIA DA ESCRITA NA HISTÓRIA DA HUMANIDADE

Leide Daiana Carvalho Cunha
Ana Rosalin Ribeiro Leite
Elizangela Lima Ramos
Michelle Maria dos Santos Feitosa
Raimundo Ferreira Lima
Viviane e Vasconcelos Damasceno

CAPÍTULO 10 **176**
O INGRESSO TARDIO NO ENSINO SUPERIOR E SEUS DESAFIOS: REAPRENDENDO A APRENDER

Roseane Carvalho de Souza
Raimundo Ferreira Lima
Evânia Maria Oliveira Severiano

APRESENTAÇÃO DA SÉRIE

Estanislau Ferreira Bié¹



2º TEN QOAPM Estanislau Ferreira Bié

Cavaleiro das Forças de Paz do Brasil

Segurança Pública Estadual. Esta obra possibilita que o conheci-

Uma nova abordagem revolucionária silenciosamente o ser e o fazer da segurança pública no estado do Ceará, que é a reflexão sobre a missão das instituições que lhe compõem sob o viés da produção científica. A Série “Segurança Pública, Direito e Justiça Brasileira” emerge para sinalizar esta revolução cultural que entremeia todas as categorias e níveis hierárquicos no âmbito da Segurança

¹ Cavaleiro das Forças de Paz do Brasil (ABFIP/ONU); Pós-doutorando em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade da Bahia - UFBA; Doutor e Mestre em Ciências da educação pela UNISAL; Especialista em Policiamento comunitário pela UFC; Segurança pública pela FATE; Ciências política sociedade e governo pela UVA/UNIPACE; Ciências da educação; pela FACULDADE EVOLUÇÃO; História e cultura afro-brasileira e indígena pela FATE; Bacharel em Teologia pelo UNINTA; Bacharel em Serviço Social pelo UNIBTA; Licenciatura em Ciências da religião pelo UNINTA; Licenciatura em História pelo UNINTA e Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade KURIOS. Aprovado no concurso para Soldado de Fileira da Polícia Militar do Ceará - PMCE, no ano de 1989. Atualmente ocupa o posto de 2º Tenente QOAPMCE, lotado na 2ª CPG/ALECE. Atua como professor na Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará - AESP/CE, Editor da Editora Via Dourada, Diretor da Série Segurança pública direito e justiça brasileira. Publicou mais de 100 livros em diferentes áreas de conhecimento, como autor/coautor e/ ou organizador.



mento produzido na busca de soluções para os problemas cotidianos que afetam a sociedade sejam compartilhados. Parte dessa produção é fruto da lida acadêmica, mas outra parte advém da busca que policiais e bombeiros militares, policiais civis e peritos forenses, policiais penais e operadores do direito, dentre outros profissionais de encontrar meios de expressarem os dilemas do cotidiano e contribuir para o aperfeiçoamento das suas instituições e, encontraram na metodologia e no rigor científico a chave para dialogar com a sociedade.

Desse modo, as coletâneas de artigos publicados visam a reinvenção organizacional, a avaliação de estratégias, inovação, aplicação de novas tecnologias, a reflexão da ética e deontologia profissional, a formação profissional e a educação continuada, a governança corporativa e tudo mais que possa afetar a gestão da segurança pública. Diante deste novo cenário esta série pretende estimular o livre pensar e convida a todos a debaterem e refletirem, sob o viés da ciência, “Segurança Pública, Direito e Justiça Brasileira”.

CAPÍTULO 1

PROJETO VILA DO MAR: O LADO OESTE DA CIDADE QUE NINGUÉM CONHECE

Raimundo Ferreira Lima¹

Roseane Carvalho de Souza²

Evânia Maria Oliveira Severiano³

INTRODUÇÃO

O Projeto de Urbanização Vila do Mar é um projeto municipal vinculado a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza – HABITAFOR baseado em reassentamentos, melhoramentos residenciais, normalização fundiária e urbanização dos bairros Pirambu, Cristo Redentor e parte da Barra do Ceará. Sendo definida como Zona Residencial Especial (ZRE), em conformidade com a Lei nº 7.987 de 23 de dezembro de 1996 (Uso e Ocupação do Solo) e Decreto nº 12.553 de 22 de Julho de 2009, para cumprimento de uma ação de urbanização e regularização jurídica da propriedade da terra.

1 Centro Universitário Fametro - Unifametro. raimundo.lima@aluno.unifametro.edu.br

2 Centro Universitário Fametro - Unifametro. roseane_carvalho_40@hotmail.com

3 Centro Universitário Fametro - Unifametro. evaniaseveriano@gmail.com

OBJETIVOS

Descrever o Projeto “Vila do Mar”, implantado pela Prefeitura Municipal de Fortaleza (CE) no bairro Grande Pirambu, região localizada na porção oeste de Fortaleza -CE.

MÉTODOS

Para tanto, foi feita pesquisa bibliográfica e desenvolvida pesquisa do tipo etnográfica. Foram utilizados procedimentos como observação, diário de campo e o acesso a documentos do Diário Oficial do Município de Fortaleza. Conforme Minayo (2009) justifica nenhuma hipótese, por mais bem produzida que seja, permite dar conta de descrever todos os fenômenos e processos, ou seja, temos a chance clara de analisar uma realidade da qual nós próprios, na qualidade de seres humanos aparecemos como atores. Deste modo, a pesquisa torna-se necessário no sentido de perceber e definir as modificações que surgiram na realidade social da coletividade do bairro Pirambu.

RESULTADOS

Para quem conhece ou recorda de como era o Pirambu antes da aplicação do projeto Vila do Mar observa a organização do território que vem ocorrendo na área,



mas isso não quer dizer que o projeto tenha alcançado os padrões de excelência no atendimento as famílias atingidas. Ele está longe de cumprir a finalidade inicial do projeto, que preceituava no seu Art. 1º - Ficam declaradas de utilidade pública as obras essenciais de Infraestrutura e de Saneamento, Urbanização e Construção de Unidades Habitacionais do Projeto Vila do Mar, compreendendo a requalificação urbana e a recuperação de fachadas nos três trechos definidos. Esse seria o projeto na sua forma inicial, porém teve várias configurações sempre voltadas para o interesse da classe empresarial. Observamos sempre um descaso das autoridades no que diz respeito às relocalações desses moradores para outras áreas distantes dos vazios territoriais urbanos (ZEIS-3) mais próximos, tudo em nome da modernização urbana.

CONCLUSÃO

Portanto, são incontestáveis as diferenças sociais na cidade de Fortaleza. Existe um desmembramento do território da cidade cada vez mais evidente, em que o Estado, acompanhando os objetivos do sistema capitalista, segue decidindo qual o espaço da cidade que as classes subalternas irão residir. Desta forma, o território ocupado segue com o seu valor especificado conforme as viabilidades de uso e o seu poder aquisitivo dos grupos sociais. No caso da população envolvida no Projeto da Vila do Mar, não seria necessário movimentar esses moradores para locais muito distantes, pois além de estar incluído dentro

de uma “ZEIS-1 (compostas por assentamentos irregulares com ocupação desordenada, em áreas públicas ou particulares, constituídos por população de baixa renda, precários do ponto de vista urbanístico e habitacional, destinados à regularização fundiária, urbanística e ambiental), ainda existe uma área classificada como “ZEIS-3” (Zona Especial de Interesse Social 3), que de acordo com a sua finalidade pode abrigar todo o contingente de pessoas contempladas com o Projeto Vila do Mar.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Amíria Bezerra. **Ineficácia das ZEIS: um problema de legislação ou uma questão político-social? O caso de Fortaleza.** 260 f. Tese Doutorado em Arquitetura e Urbanismo – FAU-USP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Sueli Ferreira. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 21. ed. rev. Atual. Petrópolis: Vozes, 2009.

CEARÁ. **Decreto nº 12.555, de 22 de julho de 2009.** Define como Zona Residencial Especial (ZRE) Vila do Mar - Terreno 3 a área que indica em conformidade com a Lei nº 7.987/96 de Uso e Ocupação do Solo, e dá outras providências. Diário Oficial do Município de Fortaleza nº 14.113, 2009.

CEARÁ. **Lei nº 7.987, de 23 de dezembro de 1996.** Uso e Ocupação do Solo. Disponível em:



<http://legislacao.fortaleza.ce.gov.br/index.php/LEI_N%BA_7987,_DE_20_DE_DEZEMBRO_DE_1996.>. Acesso em:: 06 ago. 2019.

CAPÍTULO 2

O BAIRRO PIRAMBU E O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE FORTALEZA

Raimundo Ferreira Lima¹

Roseane Carvalho de Souza²

Evânia Maria Oliveira Severiano³

RESUMO

Para analisarmos o processo de urbanização de Fortaleza, é necessário falarmos sobre o período conhecido como “Belle Époque” em que ocorreram importantes mudanças e avanços tecnológicos. Desde então, a cidade de Fortaleza inicia um processo de restauração da área urbana e de progresso social, que naquele momento histórico simbolizava modernismo. É precisamente neste contexto social (no início do século XX) que este encanto, a moda francesa, envolve completamente a cidade de Fortaleza e altera inteiramente os hábitos da sua população. A partir da década de 1930 surge uma área que abriga uma população de desvalidos (na sua maioria retirantes dos longos períodos de seca), em que apresentava um índice muito alto de vulnerabilidade social. Neste momento histórico, constatamos uma divisão territorial na sociedade fortalezense, e com o

1 Centro Universitário Fametro - Unifametro. raimundo.lima@aluno.unifametro.edu.br

2 Centro Universitário Fametro - Unifametro. roseane_carvalho_40@hotmail.com

3 Centro Universitário Fametro - Unifametro. evaniaseveriano@gmail.com

aparecimento de novas áreas de isolamento sendo estipuladas demarcações entre lugares belos e lugares com predominância de pessoas abaixo da linha de pobreza. Com este instrumento de controle social, o Estado conseguiu concentrar os retirantes da seca em uma área demarcada, porém fez surgir uma favela que passou a ser conhecida pelos seus moradores de: Pirambu, o qual já nasceria dentro de um ambiente com desigualdade social.

Palavras-chave: Bairro Pirambu. Plano Diretor. Vulnerabilidade Social.

INTRODUÇÃO

Com o advento da seca de 1932, os retirantes da seca eram inseridos em espaços já conhecidos desde o período de seca de 1915, que eram definidos como “campo de concentração”, e distribuídos próximos a estações de trem.

Com a chegada dos retirantes, no período da seca de 1932, a cidade de Fortaleza aumentou a sua população, consideravelmente. Assim, os governantes vão aproveitar essa mão de obra considerada barata para utilizar nas diversas obras na cidade de Fortaleza.

A partir de 1933, com a publicação da Carta de Atenas se passa a desenhar as cidades de acordo com as suas necessidades primárias: habitar, trabalhar, circular e recrear. Observamos que este processo de modernização só foi aplicado somente ao centro de Fortaleza, enquanto as periferias e favelas cresciam de uma forma descontrolada e com a predominância da desigualdade social.



Este projeto de remodelação de Fortaleza de 1933 seria inviável devido a grande quantidade de terrenos baldios ocupados por retirantes do período de seca.

Com o Plano de Remodelação e Expansão da Cidade de Fortaleza (1947) veio com a finalidade de contribuir para elevar ainda mais a população da área oeste, incluindo o bairro Pirambu. Identificamos que o Plano de Remodelação e Expansão da Cidade de Fortaleza (1947) não obteve sucesso com os seus objetivos.

Verificamos no ano de 1963 a edição de mais um Plano Diretor de Fortaleza, elaborado pelo arquiteto e urbanista Hélio Modesto, que ampliava o debate em redor das questões urbanas. No período de vigência do Plano Diretor de Fortaleza (1963-1972), a população da cidade de Fortaleza cresceu consideravelmente, e junto com este crescimento demográfico vieram também os problemas sociais. Assim identificamos que os períodos de seca continuavam sendo o principal motivo do êxodo rural para a cidade de Fortaleza. Estes retirantes buscavam moradia nas comunidades das periferias, inclusive na parte oeste de Fortaleza.

Os planos diretores da cidade de Fortaleza (1972, 1975 e 1992) apresentavam várias dimensões, como por exemplo: territorial, econômica, social, política, jurídica, tributária e institucional.

Observamos na década de 1990, a crescente ocupação privada da área urbana e o desenvolvimento do mercado imobiliário motivando o aumento de comunidades periféricas e o aumento das diversas expressões da ques-

tão social dentro dos novos espaços e nos que já existiam. Como destaca Brasil (2016, p. 77):

A iniciativa privada – o mercado imobiliário – também não teve interesse em prover habitação popular, pois o objetivo desse agente é o lucro, o que as classes baixas não podem oferecer, por conseguinte, elas nunca conseguiram se inserir nas transações imobiliárias formais. Apesar disso, o Estado, por vezes nacional e mais recentemente municipal, interviu diretamente na questão habitacional, mas de modo descolado do planejamento urbano. As intervenções mais significativas se deram a partir da construção de novos conjuntos habitacionais, poucos foram os investimentos para garantir a permanência da população no local através de urbanizações ou melhorias habitacionais (grifo nosso).

Identificamos nos anos de 1990 que essa corrida imobiliária continuou empurrando, em plena virada do século XX, ainda mais a população para construir suas moradias próximas a rios, a estradas de ferro e dunas, com a participação da iniciativa privada e do Poder Municipal de Fortaleza. Com essa mudança, incluída no sistema capitalista, foi preponderante para o avanço do novo desenho desigual da área urbana do município de Fortaleza. Conforme Lefebvre (1999, p. 164) enfatiza:

A propriedade da terra retoma uma influência que parecia ter perdido. Ela age de muitas maneiras. A terra e mais ainda o espaço inteiro se vendem em parcelas. A permutabilidade tem uma importância crescente na transformação das cidades; mesmo a arquitetura depende dela: a forma dos edifícios provém dos loteamentos e da compra de terra fragmentada em retângulos



de pequenas dimensões. O setor imobiliário se torna tardiamente, mas de maneira cada vez mais nítida, um setor subordinado ao grande capitalismo, ocupado por suas empresas (industriais, comerciais, bancárias), com uma rentabilidade cuidadosamente organizada sob a cobertura da organização do território (grifo nosso).

A Constituição Federal de 1988 apresentou nos seus artigos 182 (política de desenvolvimento urbano) e 183 (regularização fundiária urbana), que seriam considerados o ponto inicial para a criação da Lei do Estatuto da Cidade em 2001. Destacamos que após vários desafios e lutas, foi assinada a denominada Lei do Estatuto da Cidade, sendo aprovada em 18 de junho de 2001.

Com o fracionamento do delineamento urbano da cidade de Fortaleza e a ausência de políticas urbanas mais efetivas voltadas para as comunidades periféricas, identificamos um desgaste social em consequência da expansão urbana do município de Fortaleza.

Nesse sentido o objetivo geral do presente trabalho é identificar o processo de urbanização de Fortaleza de 1930 até os dias atuais, através dos diversos Planos Diretores e diversas legislações, que esta evolução urbana não foi propícia para as comunidades periféricas (por exemplo: a comunidade do Pirambu). Observamos uma prática administrativa voltada para atender interesses dos setores empresariais, enquanto os moradores dos bairros das periferias sobrevivem à mercê de políticas públicas não efetivas, e em alguns momentos da história da cidade de Fortaleza apresentavam uma natureza assis-

tencialista.

METODOLOGIA

Este trabalho foi desenvolvido por meio da pesquisa qualitativa por verificar que a realidade somente se compreende por proximidade e a análise exploratória. Gil (2009) dispõe que a investigação exploratória evidencia como finalidade tornar o objeto de conhecimento mais objetivo.

De acordo com Minayo (2009), pelo caminho da avaliação qualitativa é possível aprofundar no dia a dia do bairro investigado, na busca por interpretar a realidade do objeto pesquisado. A aplicação de critérios qualitativos permite o acesso de uma janela de possibilidades, uma vez que a citada metodologia resulta em ilimitados entendimentos no ponto de vista do qual está sendo pesquisado.

A metodologia dessa pesquisa centrou-se na pesquisa documental, que conforme Gil (2009) é a consulta realizada em conteúdo que não obteve qualquer exame científico e pesquisa bibliográfica que é a pesquisa elaborada a partir de material já produzido, como livros e artigos científicos.

Pesquisamos em publicações nacionais sobre este campo de conhecimento, por meio da leitura analítica de artigos e textos com relação ao tema. Como processo de escolha, buscamos publicações e trabalhos, examinados em ambiente da academia. Para Lakatos e Marconi (2010,



p. 57), a pesquisa bibliográfica abrange:

bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico, até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: film e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto [...].

Desta forma, foi realizada uma contextualização descrevendo o processo de urbanização de Fortaleza a partir de 1930 e o surgimento do bairro Pirambu apontando seus desafios e construções até os dias atuais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nas pesquisas bibliográficas e documentais, observamos uma prática administrativa voltada para atender interesses dos setores empresariais, enquanto os moradores dos bairros das periferias sobrevivem à mercê de políticas públicas não efetivas, e em alguns momentos da história da cidade de Fortaleza apresentavam uma natureza assistencialista.

Identificamos no contexto histórico da realidade social de Fortaleza e do bairro Pirambu, a adoção de várias legislações e Planos Diretores, que influenciaram o desenvolvimento urbano e social da capital cearense, porém, estas medidas não alcançavam na maioria das vezes as comunidades periféricas. Com a valorização dos

imóveis na cidade de Fortaleza, observamos uma corrida imobiliária em plena virada do século XX. Deste modo, propiciando a criação de mais moradias próximas a rios, a estradas de ferro e dunas, sendo desrespeitadas as normas da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo pelos próprios gestores municipais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de urbanização de Fortaleza indica uma trajetória em que os bairros mais carentes, como por exemplo: o bairro Pirambu, que desde o início da sua história não teve nenhuma política social para atender a sua população, que era formada por pessoas que migravam do interior fugindo dos longos períodos de estiagem.

Logo, o tema “TERRITÓRIO” passa a ser considerado como uma questão estratégica estabelecendo estrutura de suporte para a regularização da política de assistência social do SUAS no meio de uma comunidade. O conceito de território é também reconhecida pelo SUAS como importante ferramenta de gestão, possibilitando os subsídios para planejar, monitorar, avaliar e executar a política.

Assim, o bairro Pirambu, enquanto território da pesquisa apresenta inúmeras particularidades em toda a sua área territorial que determina a condição de um debate relacionado ao assunto entre os atores sociais e o Estado, uma vez que, este bairro é um modelo de um território bastante heterogêneo, diante de uma comunidade com



casos de vulnerabilidade social e risco social.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Amíria Bezerra. **Ineficácia das ZEIS: um problema de legislação ou uma questão político-social? O caso de Fortaleza.** 260 f. Tese Doutorado em Arquitetura e Urbanismo – FAU-USP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

BRASIL. **Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001.** Estatuto da Cidade e Legislação Correlata. 2. ed., atual. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002. 80 p.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. 292 p. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm >. Acesso em: 15 ago. 2019.

GIL, Antônio. Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4ed. São Paulo: Atlas, 2009. GRAMSCI, Antônio. *Quadernidelcarcere.* Edição crítica de Valentino Gerratana. Turim: Einaudi, 1977, 4 v.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Carta de Machu Picchu.** Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Machu%20Picchu%201977.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2019.

LAKATOS. Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 7. ed.

São Paulo: Atlas, 2010.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Trad. Maria Helena Rauta Ramos e Marilene Jamur. Rio de Janeiro: DP & A, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Sueli Ferreira. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. rev. Atual. Petrópolis: Vozes, 2009.



CAPÍTULO 3

TERRITÓRIO E ASSISTÊNCIA SOCIAL: OS SENTIDOS DO LUGAR PIRAMBU NA ÓTICA DOS SEUS MORADORES

Adriana Castro Camelo¹

Bruna Reis Alves²

Marinelsa Nunes de Sousa³

Raimundo Ferreira Lima⁴

Leiriane de Araújo Silva⁵

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo discutir o território do Pirambu a partir da ótica dos seus moradores, articulando a discussão de território existente na política de assistência social. Serão contemplados as particularidades existentes no território, as vulnerabilidades e o significado do Pirambu para os seus moradores. Será realizada também uma análise sobre a operacionaliza-

¹ Bolsista Promic. Graduada em Serviço Social pela Faculdade Metropolitana da Grande Fortaleza, aiancastro@hotmail.com

² Bolsista Promic. Graduada em Serviço Social pela Faculdade Metropolitana da Grande Fortaleza, bruna_reis94@outlook.com

³ Bolsista Promic. Graduada em Serviço Social pela Faculdade Metropolitana da Grande Fortaleza, maranunes1985@hotmail.com

⁴ Bolsista Promic. Graduada em Serviço Social pela Faculdade Metropolitana da Grande Fortaleza, raiferreira20100@gmail.com

⁵ Professora orientadora. Graduada em Serviço pela Universidade Estadual do Ceará – UECE, Especialista em Direitos Sociais e Competências Profissionais pela Universidade de Brasileira – UNB, Mestre em Política Pública e Sociedade pela UECE, professora do Curso de Serviço da Fametro. leirianesilva@fametro.com.br



ção da política de assistência social em detrimento da diretriz da territorialização contida na NOB/SUAS 2012, a qual direciona e organiza a gestão e o direcionamento da política. A pesquisa é de natureza qualitativa, realizada através de pesquisa bibliográfica, documental e de campo, tendo como instrumentos de coleta de dados o grupo focal. Como resultado identificou-se a necessidade de um debate sobre os critérios que definem os territórios de atendimento da assistência social, que geralmente se restringem a um aspecto geográfico que, não permite a apreensão das particularidades de cada território para uma organização justa do direcionamento da política. Para uma melhor compreensão, utilizou-se conceitos de autores que abordam as temáticas de território, vulnerabilidade, risco social e nas diretrizes que normatizam a política de assistência.

Palavras-chave: Vulnerabilidade e risco social, Política de assistência social, Territorialização.

INTRODUÇÃO

A NOB-SUAS (Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social) define a organização, gestão e provisão das ações no campo da assistência social. Entre os elementos que operacionalizam as ações continuadas de assistência está o território, obedecendo à lógica de proximidade dos cidadãos que estão inseridos em locais de risco social e vulnerabilidade (BRASIL, 2005, p.43). Sendo assim, o territorial passa a ser considerado um lo-

cal estratégico fazendo parte da base da organização das ações da assistência social do SUAS. A PNAS/2004, levando em consideração as desigualdades sócioterritoriais no Brasil e a heterogeneidade dos territórios, aponta para a importância da territorialização como sendo primordial para a organização do SUAS/2005 (BRASIL, 2004, 2005).

Ao considerarmos a relevância da dimensão território nas ações estratégicas da política de assistência social, nos deparamos com a importância de um estudo mais aprofundado de dimensões que se inter-relacionam como território, vulnerabilidade e risco social, tendo como objetivo o enfrentamento das desigualdades sociais e organização de ações públicas, no âmbito do SUAS, que previnam e combatam os riscos diminuindo situações de vulnerabilidade e risco social. Observaremos, a partir da leitura/interpretação trazida por Milton Santos, o significado de território como espaço ocupado, ou seja, indo além de uma dimensão geográfica, atribuindo importância à interpretação dos sujeitos/agentes sociais que o ocupam, dando significado às suas ações que dentro de um contexto de universalidade e singularidade, produzem e reproduzem relações sociais que particularizam o território onde vivem.

Pensar a política de assistência social a partir da dimensão territorial abordada por Milton Santos, significa considerar a dimensão território para além de uma lógica política e administrativa desse espaço geográfico, que tem como abordagem a localidade/aproximação do CRAS, nos permitindo ir além da compreensão de que



os serviços sociais por estarem próximos dos indivíduos podem prevenir situações de risco e vulnerabilidade em uma perspectiva de proteção social.

A importância do entendimento social da dimensão território, está em ser considerado

como um espaço de trocas sociais, de sentimentos, de relações de poder, de identidade, de contradições, onde os indivíduos reproduzem comportamentos e atribuem significados a esses. Segundo Santos (1997), o conceito de territorial só será utilizável para análise social quando é pensado a partir do significado dos atores sociais, do uso que os seus atores fazem dele. A importância social não está na dimensão geográfica do espaço, mas na importância e no uso que os sujeitos fazem do território.

Pensar sobre a vulnerabilidade (situação fragilizada dos indivíduos) e risco social (condições fragilizadas da sociedade capitalista) a partir da dimensão territorial, significa levar em consideração as percepções e significados atribuídos ao território pelos sujeitos que o ocupam. É analisar como as relações sociais se reproduzem dentro de cada território levando em consideração a dinâmica histórica e social, a produção e reprodução das relações presentes na heterogeneidade desses espaços, para a partir disso, planejar e promover através de ações sociais a conscientização social e política desses indivíduos como seres conscientes da coletividade, fortalecendo os vínculos familiares, promovendo a inclusão social, criando redes de solidariedade e a autonomia individual. Tendo como objetivo diminuir a vulnerabilidade dos indivíduos

que estão expostos a riscos sociais que são próprios de uma

“sociedade de risco” devido ao desenvolvimento tecnológico como afirmou Beck e Giddens.

Abordaremos, portanto, os conceitos território, vulnerabilidade e risco social fazendo uma mediação a partir da fala dos moradores locais, esforçando-nos para interpretar as suas interpretações, buscando perceber em suas diversas falas as singularidades presentes no território que se particularizam e fazem do bairro Pirambú um território heterogêneo de dimensões e de representações diversas. Entendemos que, articular ações e estratégias de proteção social pública a partir da dimensão territorial como proposta por Santos, parte da importância de dar voz aos autores sociais, conhecendo as suas raízes, adentrando no seu cotidiano, conhecendo a sua dinâmica, interpretando os significados das suas ações, para assim, perceber as suas particularidades, sabendo que os indivíduos são agentes sociais que afetam e são afetados no contexto da dinâmica das relações sociais aos quais são autores. Portanto, pensar políticas públicas a partir do uso do território significa desenvolver ações estratégicas específicas e particulares com o intuito de fortalecer a capacidade de resposta material e/ou simbólica de famílias e indivíduos objetivando diminuir a sua situação de vulnerabilidade quando expostas à riscos.

METODOLOGIA



Este estudo é de caráter qualitativo, o que permite uma maior compreensão e interpretação dos relatos e contexto em que os moradores do Pirambu estão inseridos, pois segundo Minayo (2012), a pesquisa qualitativa trabalha com o “universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. ”

A coleta destes dados foi realizada através de grupo focal com um roteiro de discussões relativas as temáticas do território, vulnerabilidade e risco social, gravada em áudio, autorizada pelos interlocutores da pesquisa por meio da assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

A técnica do grupo focal permitiu compreender os processos de construção da realidade vivenciada pelos moradores do bairro Pirambu, assim como visualizar as práticas cotidianas, atitudes e comportamentos presentes no território, bem como divergências necessárias ao estudo e investigação da questão propostas no objetivo do estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Pirambu engloba características multifacetadas em toda sua dimensão territorial e serve como exemplo de território que impõe a necessidade de um debate sobre a necessidade da política de assistência apreender o

conceito de territorialidade se apoiando na construção de um olhar comum sobre o permanente processo de produção do espaço e os vários sentidos que o uso do território pode assumir no desenvolvimento de políticas públicas (NASCIMENTO, MELAZZO, 2013). Somente a partir de uma análise do território contemplando suas particularidades, entendendo que nesse espaço são construídas relações de poder, dinâmicas sociais diversas, contradições e dando importância ao uso que os atores sociais fazem desse território, partindo do significado desse local para eles, será possível uma delimitação correta dos destinos de atuação da política de assistência, fomentando a autonomia dos indivíduos e o fortalecimento das políticas públicas. Sobretudo, ainda se faz necessário o provimento de recursos suficientes por parte do poder público para que a assistência social tenha condições de intervir em territórios complexos, a exemplo do Pirambu, de forma eficaz, atuando em suas especificidades para executar, de fato, a proteção social a que a política se compromete.

A partir do que foi exposto no diálogo com as entrevistadas é possível perceber os aspectos mais notórios de seus apontamentos. A violência, o domínio do tráfico, a falta de saneamento e por fim, como esse ciclo reverbera nos jovens, os fazendo entrar para o tráfico, nos mostrou uma lógica a qual a Política de Assistência Social ou qualquer outra política pública não abrange.

Para Kowarick (2011), a vulnerabilidade em última instância quer dizer a falta, a carência ou a fragilidade dos direitos mais básicos. Por isso, podemos abrir um es-



paço para fazer uma análise sobre a fala da entrevistada quanto à construção do Vila do Mar : “a maioria vive de pesca é tanto que quando foi tirado as casas pra fazer o Vila do Mar eu fui uma das pessoas que sofri demais”. Tomando por base o autor e esse depoimento é possível perceber a ligação que os moradores têm com o local e também a violação de direitos que está implícita nesse ato de retirada dos moradores. Deste, exposto a uma perspectiva geral da sociedade historicamente construída, fica explícito que as decisões que modificam a vida de muitas pessoas são tomadas de cima para baixo, nesse caso específico na construção do Vila do Mar, não foi levado em conta a opinião ou os sentimentos dos moradores em relação ao local.

O ponto recorrente que foi abordado na entrevista foi a violência e que atualmente o Pirambu é dominado por facções. “Antigamente era gangue, hoje não é gangue, é facção”. Quando indagadas como estas eram identificadas, as respostas foram unânimes. Estas, afirmaram que dentro dessas facções existe o reconhecimento por foto que abrange a pessoa e toda a sua família. Uma das entrevistadas relata que uma pessoa que fazia parte de uma das facções, foi morto três dias depois de sair da prisão por fazer o ritual de ‘rasgar a camisa’ para sair, da mesma. Por isto, as entrevistadas esclareceram que quando se entra em uma facção não é possível sair. Pela fala das entrevistadas, foi possível perceber a exacerbação tanto do poder do tráfico, quanto da polícia. Quanto a este segundo poder elas afirmaram: “a polícia quer entrar na

casa dos outros como se fosse dono”.

Quanto a este assunto, Kowarick (2011) explana que além da vulnerabilidade econômica existe a vulnerabilidade social também, ou seja, que certa facção funciona como reguladora da vida íntima, social, assim controlando o cotidiano. Em relação à violência policial, o autor ressalta que a abordagem pode mudar conforme a região em que a polícia está. Tomando essa realidade de exacerbação de poder como parâmetro para suas explicações na sociedade de classe que os brasileiros e as pessoas no mundo são obrigados a viver e coexistir, sempre vai haver a diferença entre ricos e pobres e a maneira como elas são tratadas.

O ponto alto da pesquisa foi em relação aos jovens e como esses conflitos reverberam neles. Em relação a isto, as entrevistadas foram unânimes afirmando que faltam estratégias para, mantê-los afastados da vida em conflito com a lei. “Eu percebo assim os jovens, os jovens tão cada vez mais abandonados”. A partir desse trecho é possível perceber a preocupação das entrevistadas em relação ao futuro desses jovens e como sem programas, projetos e afins, estes, estão a cada dia mais próximos de perder a vida. Outro aspecto abordado por elas foi à maneira como esses jovens são tratados: “também tem a questão do acolhimento”. Sobre essa questão Kowarick (2011), aborda que o sistema educacional está tão precarizado quanto todo o resto, ele afirma que a qualidade não acompanha os índices internacionais, pois, os números nacionais são catastróficos.



Seria a personalização do lugar, onde se dá a criação de vínculos podendo até mesmo gerar uma identidade de lugar, um sentimento de pertença ao mesmo. Apropriar-se seria a transformação de um espaço em um lugar em que se observa sentimento de posse e pertencimento, deixando marcas, modificando o local, o qual se torna referência para o sujeito permitindo que este se oriente e preserve sua identidade. Este seria um processo imprescindível para a compreensão da interação do ser humano com o ambiente do qual faz parte. (POL, 1996).

O bairro do Pirambu, uma das comunidades com maior índice de vulnerabilidade social de Fortaleza, apresenta vários projetos voltados para o campo social. Um dos projetos citados por uma interlocutora foi a construção de uma areninha esportiva, a qual poderá mudar a realidade das crianças e adolescentes, que moram no Pirambu. A entrevistada acredita na força do esporte, da arte e da cultura como instrumentos de transformação:

E histórias recentes no Pirambu que eu possa assim contar, que eu achei bacana foi a construção dessa areninha. Eu achei muito bacana porque tá concentrando muito adolescente na areninha, incentivando eles ao esporte (eu sou apaixonada por esporte) e essa escolinha de surf também que eles trouxeram né, para os jovens adolescentes que, também é uma história bacana que destaca, que está destacando mesmo o Pirambu no momento foi essa reforma né da quadra do Polo de Lazer que é chamado lá e principalmente essa formação da dessa areninha . (Interlocutora 4)

As pessoas entrevistadas encontram no bairro Pi-

rambú o sentido de sua vida. Como diz na letra do hino “Somos pessoas humanas”, pessoas que mesmo diante de tanta vulnerabilidade social ainda encontra um ideal, um amor pelo bairro em que vivem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa buscamos apreender ideias a respeito da temática em questão: o estudo sobre o território em conceito e em materialização. Fizemos leituras, interpretamos ideias contidas nos textos e entendemos a importância deste elemento para a política de assistência social. Porém, a maior fonte de riqueza desta pesquisa foi encontrada nos depoimentos de pessoas que residem em um território peculiar por sua relevância cultural, histórica, dimensional e que coloca em questão os critérios de operacionalização da política de assistência: este é o Pirambu.

A partir do depoimento de seus moradores, aprendemos que um bairro estigmatizado socialmente como é o Pirambu pode abrigar inúmeras realidades, contradições, relações sociais, aspectos positivos e negativos que desvelam que um território é muito mais do que a forma como ele aparece para a sociedade; ele cria identidade, dá significado e tem uma simbologia particular para os que lá residem. De onde se vê um aspecto de extrema vulnerabilidade, também se vê o por do sol no fim da tarde, pessoas que se divertem, que dançam, que praticam esporte, e acima de tudo que constroem um território a



partir do uso que fazem dele e assim o conferem significado.

REFERÊNCIAS

FORTALEZANOBRE.COM.BR. **Fortaleza nobre/resgatao a fortaleza antiga:pirambu**. Disponível em: <www.fortalezanobre.com.br>. Acesso em: 10 set. 2017.

GATTI, Bernardete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em Ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber Livro 2005. MDS. Nob-suas-mds. Disponível em: <www.mds.gov.br>. Acesso em: 10 set. 2017.
Kowarick, Lucio. Vulnerabilidade e (Sub) Cidadania na Sociedade Brasileira – Entrevista com Lucio Kowarick– 2011.

NASCIMENTO, Paula Fonseca; MELAZZO, Everaldo Santos. **Território: conceito estratégico na assistência social**. Serviço Social em Revista, v. 16, n. 1, p. 66-88, 2013.

POL, E. **La Apropiación Del Espacio**. In: IN: IÑIGUEZ, L. & POL, E. (Coord). *Cognición, representación y Apropiación del Espacio*. Publicacions Universitat de Barcelona, Monografies Psico/Sócio/Ambientais, V. 9, 1996.

VIGILÂNCIA SOCIAL. **Assistência e desenvolvimento social**. Disponível em: <<http://www.assistenciasocial.al.gov.br>>. Acesso em: 11 set. 2017.

CAPÍTULO 4

IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS NAS ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SEM FINS LUCRATIVOS DO TERCEIRO SETOR

Christina Bianca Castro Ventura¹

Raimundo Ferreira Lima²

Thiago Barreto Portela³

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a imunidade tributária cedida às entidades de assistência social sem fins lucrativos do terceiro setor, conforme o artigo 150, inciso VI, alínea “c” e do artigo 195, parágrafo 7º, ambos da Constituição Federal de 1988, como também o artigo 9º do CTN (Lei no 5.172/66). Foi efetuada uma pesquisa de análise bibliográfica e documental. Quanto aos objetivos deste estudo, esta pesquisa foi definida como exploratória e descritiva. Além disto, foram retratados os elementos legais que estabelece a imunidade tributária, fundamentando-se na Constituição Federal do Brasil e

1 Discente-Centro Universitário Fametro - Unifametro, christinabianca@hotmail.com

2 Discente- Centro Universitário Fametro -Unifametro, raiferreira.540@gmail.com

3 Docente - Centro Universitário Fametro - Unifametro, thiago.portela@professor.unifametro.edu.br

legislações peculiares. Conclui-se que a imunidade tributária cedida as entidades de assistência social sem fins lucrativos do Terceiro Setor é a forma que o Estado possui para que estas entidades se achem protegidas e estimuladas a continuar ajudando na promoção do bem-estar social por meio do atendimento das necessidades sociais.

Palavras-chave: Imunidade; Entidades sem fins lucrativos; Terceiro Setor.

INTRODUÇÃO

Para discutirmos sobre imunidades, é necessário conhecer a sua existência. Portanto, antes de debater o assunto, é preciso analisar o poder de tributar do Estado. O Estado tem o domínio fiscal, isto é, a competência de estabelecer tributos, sendo capaz de criar e ao mesmo tempo exigir das pessoas que estão subordinados a sua autoridade. Com a Constituição Federal/88 foi concedida a União, Estados, Municípios e ao Distrito Federal a chamada competência tributária.

Por outro lado, o Estado possui também limitações ao poder de tributar, vedando à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios de gerarem impostos relacionados ao patrimônio, renda ou serviços das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos, atendidos os requisitos das normas (artigo 150, inciso VI, alínea “c” e do artigo 195, parágrafo 7º, ambos da Constituição Federal de 1988, e o Código Tributário Nacional (Lei no 5.172/66) no artigo 9º, inciso “c”).



Segundo França Filho (2002, p. 10), o vocábulo “terceiro setor”, é originário de uma herança anglo-saxônica, especificamente introduzida na sociedade como ideia de filantropia. Portanto, esse enfoque reconhece o terceiro setor ao universo das organizações sem fins lucrativos (non-profit organizations). Sendo assim, essas entidades sem fins lucrativos possuem por finalidade promover mudanças dentro do contexto social. Deste modo, segundo Drucker (1994, p. 14, “[...] são agentes de mudança humana. Seu produto é um paciente curado, uma criança que aprende, um jovem que se transforma em um adulto com respeito próprio[...]).”

Assim, o terceiro setor abrange uma ação de intervenção na sociedade, com a finalidade de mudanças, no momento que se nota o Estado como incapaz para atender as demandas que surgem dentro da própria sociedade e, portanto, abrindo espaços que não poderia existir. Sendo assim, uma expectativa de mudança social.

A partir desse trabalho será abordado a imunidade tributária no terceiro setor cedida às instituições de assistência social sem fins lucrativos do terceiro setor, conforme o artigo 150, inciso VI, alínea “c” e do artigo 195, parágrafo 7º, ambos da Constituição Federal de 1988, e o Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/66) no artigo 9º, inciso “c”. Além do mais, do mesmo modo será tratado a sua definição e de que maneira se emprega o direito das sucessões, o qual é o suporte para ser efetuado um inventário na categoria extrajudicial. Evidenciar as modificações que a Lei nº 11.441/07 trouxe para a área

jurídica, com referência ao inventário.

METODOLOGIA

Como pressuposto metodológico foi efetuada uma pesquisa de análise bibliográfica e documental. Quanto aos objetivos deste estudo, esta pesquisa foi definida como exploratória e descritiva. Conforme Gil (2008, p.27) a pesquisa exploratória e descritiva permite viabilizar a proximidade dos pesquisadores com o tema, com o propósito de tornar o resultado do estudo mais objetivo, procurando assim identificar as peculiaridades de determinado grupo ou acontecimento ou a determinação de vínculo entre vários elementos envolvidos na pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É notório que o Estado, para conseguir seus propósitos, precisa de recursos financeiros e, ainda, proporcionar várias atividades para adquirir, administrar e utilizar estes recursos. Com o recolhimento de tributos pelo Estado objetiva direcionar para os gastos públicos e às despesas.

Conforme De Almeida (2000, p. 55) disserta acerca do tema:

Uma segunda razão que pode ser alinhada, reside em que um orçamento de benefício tributário bem organizado e monitorado pode se constituir em fonte alternativa de receita, na eventualidade do Estado estar em desequilíbrio com suas fi-



nanças. Com efeito, tendo em vista a necessidade de cobertura de um possível déficit, ao invés de aumentar a carga tributária nominal existente, ou ainda, promover a colocação de títulos públicos, o Estado poderia optar, ainda que parcialmente, por extinguir benefícios tributários, cuja justificativa original pela qual foram criados não mais subsistisse, ou que, por qualquer outro motivo, venham se mostrando ineficazes quanto ao alcance de seus objetivos.

O controle tributário, como sendo a competência que tem o Estado de, por intermédio de legislação, decretar tributos e arrecadá-los das pessoas subordinadas ao seu domínio, com a intenção de atender aos gastos públicos.

Conforme entendimento de Crepaldi (2017, p. 1):

Pode-se dizer que a finalidade do Estado é a realização do bem comum e a promoção do bem-estar social por meio do atendimento das necessidades sociais. A fim de que possa concretizar os seus objetivos, o Estado exerce atividade financeira, ou seja, a procura de meios para satisfazer as necessidades públicas

Sobre o assunto, Rippel e Kuntz (2022, p. 85) afirmam que sem a tributação, o Estado poderia atender os seus fins sociais.

Nessa linha, observa-se que ao mesmo tempo em que assegura aos cidadãos direitos, a Constituição exige desses, também, um dever para com a coletividade, qual seja: o de pagar tributos. Deste modo, a busca do Estado pela tributação não pode ser vista apenas, como um meio necessário para o financiando do Ente Estatal, mas, principalmente, ser compreendida como um instrumento de transformação social, permitindo que os

menos privilegiados tenham acesso a melhores condições de vida, saúde, educação e segurança, fins fundamentais na organização social e de um Estado.

Assim, o Estado precisa de entidades de assistência social sem fins lucrativos do Terceiro Setor para atender aos interesses sociais da sociedade por intermédio do provimento de direitos coletivos com proteção jurídica e constitucional. São, deste modo, empregadas várias terminologias para as entidades que fazem parte do Terceiro Setor, a saber: ONGs (Organizações Não Governamentais), entidades filantrópicas, OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), organizações sem fins lucrativos e outros tipos de associações civis sem fins lucrativos.

Por outro lado, estas entidades possuem imunidade tributária estabelecida conforme o artigo 150, inciso VI, alínea “c” e do artigo 195, parágrafo 7º, ambos da Constituição Federal de 1988:

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

[...];

VI - instituir impostos sobre: c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;

[...];

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

§ 7º São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei (BRASIL, 1988).

Da mesma forma, o Código Tributário Nacional (Lei no 5.172/66) estabelece no artigo 9º, inciso “c” também a mesma imunidade tributária:

9º É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: c) o patrimônio, a renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, observados os requisitos fixados na Seção II deste Capítulo; (Redação dada pela Lei Complementar nº 104, de 2001). (BRASIL, 1966).

Esta foi a posição da 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial nº 187.172/DF, de relatoria do Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, publicado no DJe em 27.2.2014:

“Agravo regimental no agravo em recurso especial. Tributário. Instituição de ensino sem fins lucrativos. Imunidade. Acórdão recorrido que, fundado nas provas dos autos e em perícia técnica

ca, conclui pelo preenchimento dos requisitos do art. 14 do CTN. Reexame de matéria fático-probatória. Exigência de apresentação do certificado de entidade de assistência social, pelo tribunal[26] a quo, que desatende à finalidade da norma imunizante. Agravo regimental do Distrito Federal desprovido.

1. A incidência da norma imunizante constante no art. 150, VI, c, da CF/88 e 9º, IV, c, do CTN, além dos requisitos do art. 14 do CTN, deve levar em consideração a interpretação teleológica do dispositivo normativo, de modo a alcançar a diretriz hermenêutica que, de maneira firme e exata, salvasse, efetive e densifique o princípio, o valor ou a liberdade albergada pelo dispositivo.

2. A imunidade tributária conferida às instituições de assistência social sem fins lucrativos leva em consideração seu propósito elementar de servir à coletividade, colaborando com o Poder Público no exercício de funções precipuamente estatais e suprindo, dessa forma, as deficiências prestacionais.

3. Condicionar a concessão de imunidade tributária à apresentação do certificado de entidade de assistência social, quando a perícia técnica confirma o preenchimento dos requisitos legais, implica acréscimo desarrazoado e ilegal de pressupostos não previstos sequer em lei, mormente quando o próprio texto constitucional prevê como condicionante apenas a inexistência de finalidade lucrativa para que o sujeito seja contemplado com o benefício fiscal.

4. O Tribunal a quo consignou, a partir da análise de provas carreadas aos autos, inclusive provas periciais, estar demonstrado que a recor-



rida enquadra-se no conceito de instituição de ensino sem fins lucrativos, uma vez que preenche plenamente os requisitos previstos no art. 14 do CTN.

5. A conclusão assentada no acórdão recorrido encontra-se ancorada na análise do conjunto fático-probatório, de modo que para sua reversão se ria necessário o reexame de fatos e provas, circunstância vedada pelo enunciado 7 da Súmula de jurisprudência desta Corte.

6. Agravo Regimental do Distrito Federal desprovido.”

Assim, estas entidades pertencentes ao Terceiro Setor possuem grande relevância na preservação da ordem econômica e social, promovendo um trabalho de redução das vulnerabilidades sociais procurando assim assegurar o princípio constitucional de igualdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na atualidade, existem entidades atuando para que haja uma sociedade mais igualitária. Trata-se das entidades de assistência social sem fins lucrativos do Terceiro Setor. Estas se definem por complementar a deficiência do Estado que não consegue atender aos problemas sociais das pessoas.

A CF/1988 também dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional nos artigos 150, inciso VI, alínea “c” e 195, parágrafo 7º, estabelecem a imunidade tributária para

entidades de assistência social sem fins lucrativos do Terceiro Setor. Da mesma forma, o Código Tributário Nacional (Lei no 5.172/66) estabelece no artigo 9º, inciso “c” a mesma concepção sobre o tema. A CF/1988 também dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional nos artigos 150, inciso VI, alínea “c” e 195, parágrafo 7º, estabelecem a imunidade tributária para entidades de assistência social sem fins lucrativos do Terceiro Setor. Da mesma forma, o Código Tributário Nacional (Lei no 5.172/66) estabelece no artigo 9º, inciso “c” a mesma concepção sobre o tema.

Conclui-se que a imunidade tributária cedida as entidades de assistência social sem fins lucrativos do Terceiro Setor é a forma que o Estado possui para que estas entidades se achem protegidas e estimuladas a continuar ajudando na promoção do bem-estar social por meio do atendimento das necessidades sociais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei complementar nº 104, de 10 de janeiro de 2001**. Altera dispositivos da Lei n o 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp104.htm >. Acesso em: 03 mai. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm >. Acesso em: 03 mai. 2023.

BRASIL. **Código Tributário Nacional**. Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Disponível em: . Acesso em: 30 abr. 2023.

CREPALDI, Guilherme Simões; CREPALDI, Silvio Aparecido. **Orçamento público**. Saraiva Educação SA, 2017. DE ALMEIDA, Francisco Carlos Ribeiro. Uma abordagem estruturada da renúncia de receita pública federal. Revista do TCU, n. 84, p. 19-62, 2000.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. **Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais**. 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. Antônio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

RIPPEL, Eduardo; KUNTZ, Tatiele Gisch. **TRIBUTAÇÃO E JUSTIÇA SOCIAL: UMA ANÁLISE SOB O ENFOQUE DOS PRINCÍPIOS DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA E DA PROGRESSIVIDADE**. Revista de Direito, v. 13, n. 01, p. 84-107, 202.

CAPÍTULO 5

A LEI NO 12.764/2012 COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL NA EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS COM ESPECTRO AUTISTA

Christina Bianca Castro Ventura¹

Daiane Lourenço de Freitas²

Thiago Barreto Portela³

1. INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), propõe uma análise crítica da Lei No 12.764/12 (Lei Benenice Piana) como instrumento de efetivação do direito fundamental na educação de crianças com espectro autista. O foco central desta investigação é a avaliação do impacto e eficácia dessa legislação no contexto da inclusão educacional de crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Ao delinear a trajetória e desdobramentos dessa lei, buscaremos identificar de-

1 Graduanda do curso de Direito da UNIFAMETRO.

2 Graduanda do Curso de Direito da UNIFAMETRO.

3 Professor Orientador da UNIFAMETRO. Mestre em Ordem Jurídica Constitucional pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

safios, avanços e possíveis ajustes necessários para promover uma educação inclusiva e efetiva para crianças com TEA. Este estudo visa contribuir para o debate sobre a garantia de direitos fundamentais no campo da educação, especialmente para aqueles que enfrentam desafios específicos relacionados ao espectro autista.

Importante destacar a implementação da Lei No 12.764/12, cujo propósito foi estabelecer uma Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Promulgada em 2012, essa legislação é de grande importância, pois determina que a pessoa com transtorno do espectro autista seja considerada como pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais. Essa normativa é fundamental e se une à Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência - PCD, consolidando um conjunto legal de garantias para crianças com necessidades especiais.

Investigar sobre o autismo a partir da compreensão dos direitos, referindo-se à relevância de estudos na área do Direito e da efetivação do direito fundamental na educação de crianças com espectro autista, consiste em adentrar as perspectivas de contribuição desse profissional e suas possibilidades de influências na garantia do processo de inclusão e desenvolvimento da criança autista na escola.

Nesse sentido, destaca-se que o interesse pela investigação na temática sobre a Lei No 12.764/12 como instrumento de efetivação do direito fundamental na educação de crianças com espectro autista surgiu quando ob-



servamos que o acesso à educação é um direito de todos, preconizado na Carta Magna como direito fundamental de natureza social. Isso ocorre em virtude de seu poder de transformar a vida do indivíduo, tornando-o apto para desenvolver sua cidadania, liberdade e diversidade.

É neste contexto que se segue com a pesquisa e na continuidade que elaboram-se a questão norteadora e os objetivos do estudo. Este estudo tem como pergunta de partida: Como a lei Berenice Piana pode efetivar o direito fundamental à educação das crianças com espectro autista? Com o intuito de responder a essa questão, perseguimos o objetivo geral de analisar a lei Berenice Piana e sua eficiência na inclusão de crianças com Espectro Autista. Além disso, definimos os objetivos específicos, que são: a) abordar o conceito de TEA e como a prerrogativa do direito à educação de crianças com TEA é amparada no ordenamento jurídico; b) discutir quais são os desafios da criança com transtorno do espectro autista na prática da inclusão escolar; e c) conceituar eficiência no contexto educacional e verificar como ela se demonstra na qualidade da educação de crianças com TEA na escola regular.

Acerca da relevância social do tema, é pertinente a citação de (Miranda, 2001, p. 33), que diz que “Pensar em uma escola inclusiva significa pensar em uma escola para cada um, isto é, em uma escola em que cada aluno seja atendido de acordo com suas necessidades e dificuldades, utilizando os recursos e metodologias que proporcionem o seu aprendizado e desenvolvimento.” O debate relacionado ao tema é de muita importância, visto que os

caminhos do Direito brasileiro estão sendo marcados por atuar nessa área, sendo fundamental adensar conhecimentos relacionados ao tema do autismo e de que modo o Direito pode contribuir para garantir os direitos das crianças com autismo no espaço escolar.

A metodologia utilizada no presente trabalho é de uma abordagem qualitativa para sua condução. A pesquisa resultou de diversos procedimentos, destacando-se a importante sistematização de levantamentos de informações relevantes correlacionadas aos métodos empregados. Optou-se pela utilização de informações e materiais já publicados, conduzindo assim uma revisão de literatura sistemática como método para a construção deste estudo. Foram consultados artigos científicos e outras fontes disponíveis nas bases de dados, como Scielo e Google Acadêmico. Os descritores utilizados nesse processo de estudo incluem Transtorno do Espectro Autista (TEA), Direito à Educação, Efetividade Jurídica, Inclusão Escolar e Lei Berenice Piana.

A pesquisa bibliográfica abrangeu um levantamento que percorreu toda a construção deste trabalho, visando compreender a realidade estudada. Além disso, a pesquisa documental foi conduzida por meio de dados fornecidos por sites relacionados ao assunto pesquisado, bem como pela exploração de livros, artigos em revistas, legislações específicas, monografias de graduação e especialização, dissertações de mestrado e teses de doutorado.

Finalizando esta seção, foi delineada da seguinte forma: A introdução, que apresenta o tema, a pergunta



norteadora, os objetivos, a relevância do estudo, a metodologia adotada e a estrutura geral da pesquisa. Na sequência, desenvolvemos quatro capítulos distintos.

A primeira seção, intitulada “Contexto Histórico sobre o Autismo”, demonstra o contexto histórico do autismo até a contemporaneidade, como também a evolução das legislações brasileiras sobre o tema. A segunda seção, intitulada "Concepções sobre Autismo", explora as diferentes visões e entendimentos relacionados ao autismo, proporcionando um embasamento teórico abrangente. Na terceira seção, foi abordado o tema, "TEA e o Direito à Educação", discutindo a legislação e os dispositivos legais que buscam assegurar o acesso e a qualidade da educação para indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Na quarta seção, denominado. Por fim, a quarta seção, "A Eficiência da Lei No 12.764/12 no Contexto Educacional da Criança com Espectro Autista", examina de perto a eficácia prática da legislação, avaliando como ela é implementada e percebida no ambiente educacional.

Por fim, encerra-se o trabalho com as considerações finais, nas quais consolidamos os principais pontos discutidos, oferecendo uma síntese dos resultados obtidos. Além disso, incluímos a bibliografia consultada, fornecendo referências detalhadas para a fundamentação teórica e a análise apresentadas ao longo do trabalho.

2. CONTEXTO HISTÓRICO SOBRE O AUTISMO

A história do autismo relata relevantes avanços, desde a sua definição até as diversas maneiras em que ele se manifesta em diferentes pessoas, podendo ainda ser confundido com outros transtornos.

Considerando o quadro acima, identificamos diversas peculiaridades relacionadas ao autismo em seu contexto histórico, predominantemente influenciadas pelo ponto de vista do diagnóstico e pela situação clínica, com foco nos impedimentos da pessoa.

O termo “autista” foi introduzido na literatura psiquiátrica em 1906 por Plouller, mas foi apenas em 1911 que Bleuler difundiu o termo para referir-se ao quadro de esquizofrenia, que consiste na limitação das relações humanas e com o mundo externo. Desde então, muitos pesquisadores se interessaram pelo assunto e o autismo é agora reconhecido como um transtorno de desenvolvimento neurológico que afeta as habilidades físicas, motoras, de comunicação e de interação social. (Petrilli, 2009).

Leo Kanner descreveu o autismo clássico pela primeira vez em 1943 como “Distúrbios autísticos do contato afetivo”, após analisar onze casos com patologia grave e condições singulares. Além da inabilidade para estabelecer contato afetivo, ele também observou comportamentos obsessivos, ecolalia e estereotipia. (Fernandes et al, 2020).

Em 1944, Hans Asperger propôs a definição de um distúrbio que ele chamou de “Psicopatia Autística”. Esse distúrbio é caracterizado por um transtorno severo na



interação social, uso pedante da fala, desajeitamento motor e incidência apenas no sexo masculino. Ele utilizou a descrição de alguns casos clínicos, caracterizando a história familiar, aspectos físicos e comportamentais, desempenho nos testes de inteligência, além de enfatizar a preocupação com a abordagem educacional desses indivíduos. (Tamanaha, et al, 2008).

Em 1965, Temple Grandin recebeu o diagnóstico de Síndrome de Asperger. Ela inventou a “Máquina do Abraço”, um dispositivo que simulava um abraço e acalmava pessoas com autismo. A invenção revolucionou as práticas de abate para animais e suas técnicas e projetos de instalação são referências internacionais. Além disso, Temple Grandin ministrava palestras em todo o mundo, explicando a importância de ajudar crianças com autismo a desenvolver suas habilidades. (Alves et al, 2022),

Em 1978, Michael Rutter, um psiquiatra, propôs uma definição inovadora do autismo, classificando-o como um distúrbio do desenvolvimento cognitivo. Ele baseou sua definição em quatro critérios: 1 - atraso e desvio sociais não só como deficiência intelectual; 2 - problemas de comunicação não só em função de deficiência intelectual associada; 3 - comportamentos incomuns, tais como movimentos estereotipados e maneirismos; 4 - início antes dos 30 meses de idade. A crescente produção de pesquisas científicas sobre o autismo e a definição de Rutter influenciaram a elaboração do DSM-3. Nessa edição do manual, o autismo é reconhecido pela primeira vez como uma condição específica e colocado em uma nova classe,

a dos Transtornos Invasivos do Desenvolvimento (TID). (Otoishi, 2022).

Na década de 80, houve um aumento significativo nas pesquisas científicas sobre o autismo. Esse aumento influenciou a elaboração do DSM-III, que reconhece o autismo como uma condição específica e o enquadra na classe dos Transtornos Invasivos do Desenvolvimento (TID). Em 1981, a médica inglesa Lorna Wing desenvolveu o conceito de autismo como um espectro e cunhou o termo “Síndrome de Asperger”, em referência aos estudos e aos padrões de comportamentos observados pelo psiquiatra Hans Asperger. (Ries et al, 2023).

O termo “neurodiversidade” foi criado pela socióloga australiana Judy Singer em 1999. O movimento da neurodiversidade é organizado por autistas chamados de alto funcionamento que consideram que o autismo não é uma doença a ser tratada e, se possível, curada. Eles acreditam que o autismo é uma diferença humana que deve ser respeitada como outras diferenças, como as diferenças sexuais e raciais. (Ortega, 2009).

A partir de meados dos anos 2010, o DSM-5 passou a incluir todas as subcategorias do autismo em um único diagnóstico, chamado TEA. Agora, os indivíduos são diagnosticados em um único espectro com diferentes níveis de gravidade. (Soares et al, 2023).

Em 2022, foi publicada a nova versão da Classificação Internacional de Doenças (CID-11), desenvolvida e atualizada pela Organização Mundial da Saúde. A nomenclatura “TEA” abrangerá todos os diagnósticos an-

teriormente classificados como “TGD”. (Ferreira, 2023).

Ao longo do tempo, a maneira como a sociedade percebia as pessoas com deficiência costumava gerar rejeição dentro do próprio contexto social. Na história brasileira, tivemos algumas legislações relacionadas às pessoas com deficiência:

- Lei nº 13.977/20: Conhecida como Lei Romeo Mion, esta lei cria a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), emitida de forma gratuita, sob responsabilidade de estados e municípios. O documento é um substituto para o atestado médico;
- Lei nº 13.146/15: Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que tem como objetivo promover a inclusão de pessoas com deficiência em diversos aspectos da vida, como educação, trabalho e lazer;
- Lei nº 12.764/12: Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, que visa garantir os direitos das pessoas com transtorno do espectro autista e suas famílias, incluindo o acesso à saúde, educação e assistência social;
- Decreto nº 7.612/11: Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite, que tem como objetivo promover a inclusão de pessoas com deficiência em diversos aspectos da vida, como educação, trabalho e acessibilidade;
- Decreto nº 6.214/07: Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social

- devido à pessoa com deficiência e ao idoso;
- Decreto nº 5.904/06: Regulamenta a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhada de cão-guia;
 - Decreto nº 5.626/05: Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras), e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000;
 - Código Civil 2002: Traz disposições sobre a capacidade civil da pessoa e sobre a ação de interdição;
 - Lei nº 10.098/00: Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. A lei tem como objetivo garantir a acessibilidade das pessoas com deficiência ao ambiente físico, transporte, comunicação e informação;
 - Lei nº 10.048/00: Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, como pessoas com deficiência, idosos, gestantes e pessoas com crianças de colo;
 - Decreto nº 3.691/00: Regulamenta a Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, que dispõe sobre o transporte de pessoas com deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual; e
 - Lei nº 7.853/89: Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social, dentre outros pontos.

Ao longo do tempo, especialmente após a Conven-



ção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, outras intervenções, sob novas diretrizes e recomendações aos Estados membros, irão transcender a visão exclusivamente biomédica. Surgiu, então, a necessidade de implantar uma nova concepção que fosse além da análise clínica.

Desse modo, somente a partir da Lei nº 12.764/12 (Lei Berenice Piana) e a da Lei nº 13.146/15, também conhecida como Lei Brasileira da Inclusão (LBI), os autistas passaram a ter seus direitos ampliados. Para esclarecer, é essencial que o Transtorno do Espectro Autista (TEA) seja delimitado em seu diagnóstico em condições mais ampliadas na fase da infância.

3. CONCEPÇÕES SOBRE O AUTISMO

No contexto de compreender o autismo ou Transtorno do Espectro Autista (TEA), surgem definições com perspectivas diversas. Segundo Henriques (2018), o autismo é definido como uma síndrome comportamental que envolve o desenvolvimento no decorrer do processo da vida humana. As principais modificações constatadas são a dificuldade em se comunicar, por insuficiência no domínio da linguagem, falta de criatividade para utilizar jogos simbólicos que favorecem a imaginação e a fantasia da criança, dificuldade em se sociabilizar e com referência de comportamento limitado e contínuo. No contexto de compreender o autismo ou Transtorno do Espectro Autista (TEA), surgem definições com perspectivas diversas.

Segundo Henriques (2018), o autismo é definido como uma síndrome comportamental que envolve o desenvolvimento no decorrer do processo da vida humana. As principais modificações constatadas são a dificuldade em se comunicar, por insuficiência no domínio da linguagem, falta de criatividade para utilizar jogos simbólicos que favorecem a imaginação e a fantasia da criança, dificuldade em se sociabilizar e com referência de comportamento limitado e contínuo.

De acordo com o DSM-5 (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014), a pessoa autista pode manifestar respostas incomuns a vários estímulos e uma variedade de alterações comportamentais. Para que o indivíduo seja diagnosticado com o Transtorno do Espectro Autista (TEA), é necessária uma avaliação profissional baseada em análises de critérios definidos pelo DSM-5 (Quadro 1).

Quadro 1- Níveis de gravidade.

INTERAÇÃO/COMUNICAÇÃO SOCIAL		
Nível 1 (necessita suporte)	Nível 2 (necessita de suporte substancial)	Nível 3 (necessita de suporte muito substancial)
Prejuízo notado sem suporte; dificuldade em iniciar interações sociais, respostas atípicas ou não sucedidas para abertura social; interesse diminuído nas interações sociais; falência na conversação; tentativas de fazer amigos de forma estranha e mal-sucedida.	Déficits marcados na conversação; prejuízos aparentes mesmo com suporte; iniciação limitadas nas interações sociais; resposta anormal/reduzida a aberturas sociais.	Prejuízos graves no funcionamento; iniciação de interações sociais muito limitadas; resposta mínima a aberturas sociais.
COMPORTAMENTO RESTRITIVO / REPETITIVO:		
Comportamento interfere significativamente com a função; dificuldade para trocar de atividades; independência limitada por problemas com organização e planejamento.	Comportamentos suficientemente frequentes, sendo óbvios para observadores casuais; comportamento interfere com função numa grande variedade de ambientes; aflição e/ou dificuldade para mudar o foco ou ação.	Comportamento interfere marcadamente com função em todas as esferas; dificuldade extrema de lidar com mudanças; grande aflição/dificuldade de mudar o foco ou ação.
OUTROS ESPECIFICADORES:		
- Prejuízo intelectual; Prejuízo de linguagem; Condição médica ou genética conhecida; Outras desordens do neurodesenvolvimento, mental ou comportamental; e Catatonia.		

Fonte: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais- DSM-V, 2014.

As manifestações durante as fases da adolescência



e da vida adulta estão correlacionadas com o grau de envolvimento e com a capacidade de superar as dificuldades, acompanhando as intervenções dos tratamentos apropriados, de acordo com os diagnósticos de cada caso individual.

Deste modo, com o surgimento dos sintomas do Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), o contexto familiar vivência falhas momentâneas, o que ocasionará uma alteração na rotina diária, assim como a modificação do ambiente emocional em que se vive.

Assim, com o passar do tempo, as famílias de crianças autistas iniciam um processo de adaptação ao convívio com a criança/pessoa que começa a demonstrar alterações naturais no seu corpo e no seu comportamento. A próxima subseção é direcionada para abordar algumas definições sobre o Movimento da Neurodiversidade.

3.1 O MOVIMENTO DA NEURODIVERSIDADE

Em contrapartida, surgem movimentos a favor da neurodiversidade, continuam procurando dignidade para os autistas, desaprovando vários tipos de tratamento que têm como propósito extingui-los, anular seus sintomas e suas defesas. Portanto, o debate acerca da busca pela cura é bastante importante na percepção de considerar como deve ser realizada esta mediação dentro dos vários contextos sociais.

A neurodiversidade compreende o autismo como uma característica de identidade, uma das várias va-

riações encontradas nas pessoas com TEA, e que, deste modo, não necessita de tratamento, mas de respeito. A ideia de neurodiversidade retrata o autismo como uma manifestação natural da diversidade humana, divergindo dos critérios biomédicos ou psicológicos, focados em déficits e incapacidades.

No contexto da educação inclusiva, Azevedo e Nusbaum (2020, p. 12) comprovam que:

O movimento da neurodiversidade tem como estrutura uma abordagem integrativa, com base em elementos psicossociais, culturais e políticos que efetivamente rompem a categorização sistemática de modalidades neurológicas e cognitivas consideradas distúrbios que devem ser “tratados, curados e treinados em intervenções comportamentais implementadas em sala de aula”. Ao refletir sobre as experiências vividas pelos autistas, oferece uma possibilidade de representar e incorporar as diferenças neurológicas além dos discursos e práticas tradicionais da educação especial.

Assim, com uma análise mais aprofundada do movimento da neurodiversidade, pessoas autistas são capacitadas a ocupar posições que anteriormente não conseguiam devido à estigmatização da condição como uma doença.

Por outro lado, o Modelo Social da Deficiência surge com argumentos fortes contrários à neurodiversidade, considerando o autismo como uma condição a ser tratada e sempre buscando melhorias nos tratamentos para aliviar ou até mesmo curar a condição da pessoa com TEA. A próxima subseção é dedicada a apresentar alguns



conceitos relacionados ao Modelo Social da Deficiência.

3.2 O MODELO SOCIAL DA DEFICIÊNCIA

As ideias iniciais sobre o Modelo Social da Deficiência pressupõem que: a deficiência é uma condição, algo que frequentemente ocorre no decorrer do convívio social; a deficiência precisa ser superada; as pessoas com deficiência devem ter o controle de suas próprias vidas; os profissionais devem se envolver com os princípios da autonomia. Assim, o Modelo Social é, essencialmente, uma ferramenta política para a compreensão da realidade com o propósito de transformação social (UPIAS, 1976).

Na concepção de Da Silva et al. (2019, p. 194), o modelo social se caracteriza da seguinte forma:

Assim, o modelo social da deficiência recoloca a pessoa com deficiência na categoria de “humano”, destruindo com subcategorias sociais construídas de “menos humanos” e “mais humanos”. E nessa categoria a interdependência e o cuidado são compreendidos como naturais, ou seja, a interdependência podendo ser vivida por pessoas com ou sem deficiência e o cuidado podendo ser necessitado e oferecido também por ambas. Isso faz com que o olhar esteja voltado para a vivência de cada pessoa, considerando a deficiência num contexto integrado com outros marcadores sociais das diferenças.

Para Santos (2016), o modelo social, a deficiência deixou de ser analisada como sinônimo de desvantagem

natural ao passar para a coletividade a consciência em proporcionar equidade entre indivíduos com e sem deficiência. Ao considerar o corpo deficiente como um não problema médico, foram necessários modernos mecanismos de análise para a definição daquilo que seria a vivência de uma pessoa com deficiência, o que demonstrou alterações relevantes nos moldes internacionais conduzidos pela Organização Mundial da Saúde.

No Brasil, com a Lei nº 12.764/12 (Lei Berenice Pia-
na), foi instituída a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, além de identificar e reconhecer a pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) como "pessoa com deficiência para todos os efeitos legais". Assim, as pessoas com deficiência passaram a ser conhecidas como "pessoas com deficiência", obtendo acesso a diversos direitos que, no passado, eram recusados. A próxima seção abordará o TEA e o direito à educação no amparo jurídico.

4. TEA E O DIREITO À EDUCAÇÃO

Com as crescentes mudanças sociais, essa abordagem segregadora revelou-se ineficiente, discriminatória e prejudicial para o desenvolvimento cognitivo, social e ambiental. A partir da década de 90, houve uma transição, e as crianças com necessidades especiais começaram a frequentar as escolas regulares. Nesse contexto educacional, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi instituído, ampliando as garantias do direito à educação



e assegurando atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Nesse sentido, a educação básica no Brasil, observam-se avanços nos últimos anos, buscando atender de maneira homogênea todas as classes. Esses progressos destacam a democratização da educação, garantindo esse direito a todos e impedindo qualquer forma de exclusão, com foco especial no ensino fundamental na idade legal apropriada. Além disso, impõe-se às escolas a necessidade de adaptação diante das demandas dos alunos.

Apesar do respaldo legislativo, a realidade efetiva do direito à educação no país mostra-se consideravelmente distante das previsões legais. Nas escolas de ensino regular, ainda persistem resistências e obstáculos à prática efetiva da educação inclusiva.

A Carta Magna ratifica a educação como direito de todos. Da mesma forma, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que estabelece as diretrizes desde a década de 60 até a atualidade, assegura de forma abrangente o direito à educação, reforçando o acesso de crianças com necessidades especiais. Embora a legislação pátria tenha sido benéfica ao garantir a acessibilidade dessas crianças na escola, o acesso ocorreu de forma equivocada.

Portanto, uma solução inicial adotada pelo Estado para permitir que crianças com necessidades especiais frequentassem a escola e recebessem um processo de ensino-aprendizado específico foi a implementação de uma

educação segregadora. Nesse modelo, havia escolas específicas para crianças com deficiência e escolas regulares para alunos sem deficiência.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição que afeta o desenvolvimento neurológico, identificada por características variáveis que comprometem diversas áreas do corpo, principalmente a do sistema nervoso central, fazendo com que a pessoa com TEA tenha dificuldade de comunicação e interesse social, atraso no desenvolvimento motor, hipersensibilidade e comportamentos metódicos ou repetitivos. No entanto, a palavra "espectro" remete justamente a uma infinidade de possibilidades de características, ou seja, cada indivíduo possui características únicas e comportamentos singulares em maior ou menor grau, de forma conjunta ou isolada das demais características.

A partir dos anos 1960, essa condição passou a ser explicada, mas era pouco conhecida. Além disso, mitos e preconceitos dificultam a vida da pessoa e da família. Somente a partir da década de 90, as crianças com necessidades especiais passaram a frequentar as escolas regulares. Dessa forma, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi instituído, ampliando ainda mais as garantias do direito à educação, estabelecendo atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Importante ressaltar que a Lei nº 12.764/12 (Lei Berenice Piana), conhecida como Lei Berenice Piana, a qual estabelece os seguintes direitos à pessoa com TEA:



Art. 3º São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista: a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança; II - a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração; III - o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo: a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo; b) o atendimento multiprofissional; c) a nutrição adequada e a terapia nutricional; d) os medicamentos; e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento; IV - o acesso: a) à educação e ao ensino profissionalizante; b) à moradia, inclusive à residência protegida; c) ao mercado de trabalho; e d) à previdência social e à assistência social. (BRASIL, 2012).

Nesse sentido, o direito à educação está fundamentado em diferentes dispositivos da Constituição, os quais estabelecem que o Estado deve ser o principal responsável e garantidor da educação do indivíduo, desenvolvendo-o para o exercício da cidadania e qualificação no mercado de trabalho. Pode-se compreender com melhor eficiência por meio do Artigo 205 da Constituição, que diz que:

Art. 205 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988).

Em acréscimo, a Lei nº 13.146/15 consolida o arcabouço legal de garantias às pessoas com necessidades especiais, positivando o dever do Estado no direito à edu-

cação e, dessa forma, garantindo seu bem-estar pessoal, social e econômico. Dessa forma, pode-se inferir que o direito à educação da pessoa com deficiência, incluindo a pessoa com TEA, possui amplo respaldo jurídico, sendo dever do Estado e da família providenciá-lo.

A Lei 13.146/2015 preconiza, em seu art. 98, inc. I, que “Constitui crime: recusar, cobrar valores adicionais, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, em razão de sua deficiência”.

Seguindo a mesma linha de combate à discriminação da pessoa com deficiência, a Lei Berenice Piana estabelece que “o gestor escolar, ou autoridade competente, que recusar a matrícula de aluno com transtorno do espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência, será punido com multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários-mínimos”. Mesmo diante desse escudo legislativo, não é raro constatar práticas criminosas de recusa de matrícula, principalmente em escolas particulares.

Quanto aos direitos da criança com espectro autista no contexto da inclusão escolar, é relevante destacar que o direito à educação para a criança com Espectro Autista está incorporado não apenas nos Direitos Fundamentais, mas também é abordado no Estatuto da Criança e do Adolescente, no Estatuto da Pessoa com Deficiência, na Lei Brasileira de Inclusão e na Lei nº 12.764/12.

No entanto, mesmo com essa sólida base legal, a aplicação prática do direito à educação inclusiva no país



está consideravelmente distante do que é previsto na legislação. Nas escolas de ensino regular, ainda persistem resistências e obstáculos à efetiva prática da educação inclusiva, chegando ao ponto de muitas instituições de ensino recusarem a matrícula de crianças com necessidades educacionais especiais.

Ademais, a falta de qualificação dos profissionais torna ainda mais desafiador, pois se na vida da criança típica a rotina escolar precisa ser trabalhada, com a criança autista, isso deve ser tão ou mais importante.

Nesse sentido, conforme Bispo (2023, p. 91), é muito importante que o professor esteja capacitado para oferecer acesso aos assuntos escolares apropriados a cada fase da aprendizagem dos alunos com TEA. Desse modo, o professor deve ter autoeficácia satisfatória, com a finalidade de ter confiança para planejar atividades que reproduzam mudanças significativas dentro de uma sala de aula, desde suas práticas pedagógicas até a efetivação de arranjos necessários no ambiente escolar.

No contexto histórico de construção da visibilidade e inclusão social das pessoas com deficiência na educação, ressaltamos a Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, em seu artigo 24 ao tratar sobre o tema do “direito à educação” e reconhecimento às pessoas com deficiência, devendo ser efetivado sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades.

Conforme o documento Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008, p. 15), sobre o público-alvo da Educação Inclu-

siva:

Consideram-se alunos com deficiência àqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas barreiras podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil. Alunos com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes. Também apresentam elevada criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse. Dentre os transtornos funcionais específicos estão: dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia, transtorno de atenção e hiperatividade, entre outros.

Ainda conforme o documento, não se deve contextualizar, nem se esgotar na mera categorização, as definições do público-alvo, pois são atribuídas a um quadro de deficiência, transtornos, distúrbios e aptidões. É fato que o indivíduo está em constante modificação e se mantém transformando o contexto no qual está inserido, exigindo, partindo desse dinamismo, uma atuação pedagógica que tenha como foco modificar essa situação de exclusão. Dá-se ênfase à importância de ambientes heterogêneos que promovam a aprendizagem de todos os alunos (Bra-



sil, 2008).

No entanto, foi com a promulgação da Constituição Federal de 1988 que a educação passou a ser respaldada como um direito de todos, independentemente de raça, origem, sexo, cor, idade, ou qualquer outra forma de discriminação ou préseleção, garantindo plena igualdade no acesso e na permanência na escola. Nesse ponto, já se garantem grandes avanços no âmbito da inclusão de alunos com deficiência na rede regular de ensino (BRASIL, 1988). Outro documento de suma importância para a educação especial foi a Declaração de Salamanca de 1994, realizada na Espanha e promovida pela UNESCO, reforçando assim a ideia de que toda criança tem direito à educação e acesso à escola regular.

Dessa forma, observa-se a necessidade de conhecimento sobre a política de educação inclusiva, seus determinantes e práticas, para que assim se constitua um processo de inclusão eficaz que englobe a todos. Após a publicação da Lei Berenice Piana, foi instituída a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. A inclusão escolar das crianças autistas passou a ser um desafio a ser enfrentado, já que a lei determina que as escolas regulares proporcionem espaço de inclusão, bem como o acompanhamento especializado das pessoas com TEA, apresentando as seguintes características no § 1º, Incisos I e II da Lei nº 12.764/12 (Lei Berenice Piana):

I - deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comu-

nicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;

II - padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses (BRASIL, 2012).

A partir da obrigação de propiciar ao indivíduo autista o direito pleno à educação, as escolas precisam se articular para compreender o tema da lei, capacitar seus professores e funcionários, bem como adaptar suas estruturas físicas e pedagógicas, de forma a propiciar aos alunos portadores do autismo uma inclusão satisfatória no ambiente acadêmico.

Pelo período de quinze anos, tramitou no Congresso Nacional a Lei que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência, sancionada pela então presidenta Dilma Rousseff em julho de 2015. A Deputada Federal Luizianne Lins se engajou na conquista, também era membro titular da Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência – CPD, e com o Estatuto buscou pôr um fim às lacunas no campo dos direitos humanos para as pessoas com deficiência.

De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, em seu artigo 2º, ele considera “pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental,



intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (Brasil, 2015).

Ainda de acordo com o Estatuto, é dever do Estado, da sociedade e da família.

Art. 8º É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico. (BRASIL, 2015, p.14).

Conforme, Volkmar e Wiesner (2018, p. 108), afirmam quando se fala do processo de inclusão dos alunos com TEA dentro e fora da sala de aula:

O termo competências adaptativa se refere à aplicação de conceitos aprendidos na escola a situações do mundo real fora da sala de aula – por exemplo, fatos matemáticos ajudam a resolver problemas de matemática e ensinam a pagar pelos produtos no mercado. A generalização das competências para outras situações é com frequência um desafio importante para alunos com TEA de todas as idades e níveis de funcionamen-

to. Essas habilidades são um dos principais fatores que determinam a independência e a autossuficiência definitivas. O objetivo é tornar os alunos com TEA o mais independentes possível. Infelizmente, o mundo real é imprevisível – um problema se você tem uma preferência pelas mesmas coisas. Em segundo lugar, ele é muito social – um problema se você tem vulnerabilidades sociais. Terceiro, o mundo real é acelerado, com muitas demandas e informações chegando até você ao mesmo tempo. Por fim, se você tende a aprender as coisas de maneira muito limitada, terá problemas significativos nas competências de generalização(...).

Portanto, pode-se inferir que, para a efetivação do processo de inclusão escolar, não se deve pensar apenas nos planos e estratégias para dentro de sala de aula. É necessário um olhar mais amplo, voltado para além do âmbito educacional, levando em conta a diversidade de casos e as especificidades de cada aluno com necessidade educacional especial.

Outra questão a ser observada é o conflito de atuação na educação de crianças autistas em sala de aula. A falta de definição clara de papéis e responsabilidades no cotidiano escolar leva os professores a delegarem a responsabilidade da educação para o profissional de apoio. A Lei No 12.764/12 (Lei Berenice Piana) introduziu a figura do acompanhante especializado, aplicável nos casos em que haja comprovada necessidade. A pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular tem o direito de ser assistida por esse profissional.



O Estatuto da Pessoa com Deficiência também trouxe uma definição legal para o profissional de apoio escolar, descrevendo-o como alguém que realiza atividades relacionadas à alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência, atuando em todas as atividades escolares nas quais for necessário, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas. No entanto, é importante notar que esse profissional tem o papel específico de zelar pela higiene, saúde e segurança do aluno, conforme estabelecido pela legislação.

O apoio de uma equipe multidisciplinar é um instrumento importante para alcançar o máximo desenvolvimento possível dos talentos e habilidades da criança autista. No entanto, nas escolas, essa rede de apoio é totalmente inexistente, não havendo integração efetiva entre o núcleo gestor e profissionais da psicologia, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, entre outros.

Sendo assim, independentemente de todo o desenvolvimento que a inclusão vem alcançando ao longo dos anos, ainda podemos observar escolas com instalações inadequadas e profissionais sem qualificação para atender alunos com deficiência (De Almeida, et al., 2022).

A inclusão de crianças autistas na escola regular é um desafio que envolve diversos aspectos. Alguns dos principais desafios considerados são:

1- Desinformação e preconceito: Apesar do empenho e das políticas públicas direcionadas para a educação especial e inclusiva, que asseguram o direito da educação para todos, a desinformação pode influenciar de forma

negativa o desenvolvimento educacional e social nas escolas. É notável a existência de estigmatização e formação de preconceitos, o que pode impossibilitar a total efetividade do processo de inclusão (Júnior et al., 2023).

2-Falta de qualificação adequada dos profissionais da educação: A ausência de capacitação adequada dos profissionais de ensino, especialmente nos casos de TEA, que envolvem características próprias relacionadas à comunicação, socialização e comportamento (Dos Santos; Dos Santos Stering, 2021).

3-Comportamento e comunicação das crianças com autismo: O principal obstáculo enfrentado pelos professores ao lidar com alunos com TEA é a dificuldade de entender a fala do aluno, tanto por parte dos professores quanto pelos outros alunos, ou ainda desenvolver um diálogo participativo e mútuo (Camargo et al., 2020).

Apesar do respaldo jurídico e das políticas públicas existentes no Brasil, ainda persistem diversas barreiras no acesso inclusivo de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino. Nesse contexto, a eficiência na educação inclusiva de alunos com necessidades especiais dentro do contexto social da escola é indispensável para a efetivação do direito ao ensino de qualidade, especialmente a partir da educação básica.

Todavia, a inclusão escolar se torna um desafio para além da universalidade do acesso à educação. Torna-se um dever integrar e criar condições para a permanência de todos no interior do sistema educacional, promovendo

do seu desenvolvimento e aprendizado.

5. A EFICIÊNCIA DA LEI NO 12.764/12 NO CONTEXTO EDUCACIONAL DA CRIANÇA COM ESPECTRO AUTISTA

A Lei Berenice Piana foi sancionada em 27 de dezembro de 2012 pela presidente Dilma Rousseff. Essa lei tem como finalidade incentivar a inclusão social, educacional e laboral de pessoas com TEA. Determina diretrizes e medidas para garantir que essas pessoas com TEA tenham seus direitos assegurados e sejam capazes de desempenhar sua cidadania plena. De acordo com o Art. 3º da referida lei, são considerados direitos das pessoas com TEA:

Art. 3º São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista:

I - a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;

II - a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;

III - o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo:

a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo

- b) o atendimento multiprofissional.
- c) a nutrição adequada e a terapia nutricional;
- d) os medicamentos;
- e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento; IV - o acesso:
 - a) à educação e ao ensino profissionalizante;
 - b) à moradia, inclusive à residência protegida;
 - c) ao mercado de trabalho;
 - d) à previdência social e à assistência social.

Parágrafo único. Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado. (BRASIL, 2012).

Contudo o autismo conforme o Art. 1º da Lei nº 12.764 do dia 27 de dezembro de 2012:

§ 1º Para os efeitos desta Lei, é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada na forma dos seguintes incisos I ou II:

I - Deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;



II - Padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

§ 2º A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais. (BRASIL, 2012).

Acerca da eficiência da Lei Berenice Piana no contexto educacional, compreende-se que, ao determinar que a pessoa com TEA tenha os mesmos direitos assegurados às pessoas com deficiência, garante que aqueles que estão no espectro e sua família possam utilizar os serviços oferecidos pela assistência social no município onde residem, além do direito educacional especializado garantido pelo Estado.

Isso assume importância ao viabilizar a integração das pessoas com TEA nas normativas destinadas às pessoas com deficiência, alinhando-se, dessa forma, aos princípios estabelecidos pela Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência.

Nesse sentido, se uma escola negar a matrícula a um estudante devido à sua deficiência, agirá com discriminação, e esse fato, segundo a legislação, estará sujeito à penalidade conforme o Art. 7º da Lei no 12.764/12, a saber:

Art. 7º O gestor escolar, ou autoridade competente, que recusar a matrícula de aluno com transtorno do espectro autista, ou qualquer out-

ro tipo de deficiência, será punido com multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários-mínimos. § 1º Em caso de reincidência, apurada por processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, haverá a perda do cargo.

Portanto, o não cumprimento do direito à educação para pessoas autistas pode configurar violação aos direitos humanos. Além disso, o direito à educação para pessoas com espectro também está relacionado a outras garantias jurídicas, como o direito à igualdade, à não discriminação e à acessibilidade.

Em conjunto com a Lei no 12.764/12, a Declaração de Salamanca (1994) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2006 e incorporada à CF/88 pela Lei no 13.146/15, trazem um amplo amparo legal no combate à segregação e ao capacitismo.

Nesse contexto, vale destacar o entendimento de Candau (2012, p. 104), que diz:

A luta pelos direitos das pessoas com deficiência não pode ser reduzida apenas à garantia de acessibilidade física ou à inclusão escolar. É preciso ir além e questionar as formas de exclusão social que ainda persistem em nossa sociedade, promovendo uma cultura de respeito à diferença e valorização da diversidade.

Desta forma, segundo o Ministério da Saúde (2013, p.57) ao abordar as Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), afirma que:



O tratamento deve ser estabelecido de modo acolhedor e humanizado, considerando o estado emocional da pessoa com TEA e seus familiares, direcionando suas ações ao desenvolvimento de funcionalidades e à compensação de limitações funcionais, como também à prevenção ou retardo de possível deterioração das capacidades funcionais, por meio de processos de habilitação e reabilitação focados no acompanhamento médico e no de outros profissionais de saúde envolvidos com as dimensões comportamentais, emocionais, cognitivas e de linguagem (oral, escrita e não verbal), pois estas são dimensões básicas à circulação e à pertença social das pessoas com TEA na sociedade.

Sendo assim, as crianças autistas, de um modo geral, apresentam dificuldade em aprender a utilizar de forma correta as palavras. No entanto, quando são envolvidas em atividades intensas dentro da sala de aula, observam-se várias mudanças positivas nas habilidades da linguagem, motoras, interação social e aprendizagem.

Assim, o desenvolvimento das práticas pedagógicas beneficia todos os estudantes, tenham alguma deficiência ou não. Nesse sentido, torna-se necessário a construção de materiais pedagógicos acessíveis, procurando mostrar que todos são capazes de aprender e se desenvolver dentro de suas limitações, a fim de que tenham condições de exercer a cidadania de forma plena.

Apesar dos avanços na inclusão de crianças com Espectro Autista nas escolas, ainda existem muitas dúvidas pertinentes em relação à eficiência da Lei Berenice Pia-na na inclusão dos alunos que apresentam necessidades

educacionais especiais. Por ser uma legislação recente, ainda não há expressiva preparação profissional para atuar diretamente com pessoas autistas, além da falta de materiais pedagógicos específicos. E o mais grave é a pouca disseminação da Lei nº 12.764/12 nas escolas.

Para que a Lei seja posta em prática, será necessária a efetiva participação da sociedade para a integração das pessoas autistas no contexto social. Nas escolas, principalmente, os diretores que recusarem uma matrícula de um aluno com TEA, ou outra deficiência, de acordo com a Lei Berenice, serão penalizados da seguinte forma:

Art. 7º O gestor escolar, ou autoridade competente, que recusar a matrícula de aluno com transtorno do espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência, será punido com multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários-mínimos. § 1º Em caso de reincidência, apurada por processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, haverá a perda do cargo. (BRASIL, 2012).

Deste modo, ao se referir à garantia do direito à educação das pessoas com TEA no contexto das ações judiciais, observa-se que a grande parte dos processos visa defender os direitos dos alunos quanto à manutenção de um auxiliar educacional para facilitar a inclusão no ambiente escolar, conforme previsto na Lei 12.764/12. O Quadro 2 apresenta um caso relacionado à educação da pessoa com TEA, exposto no Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE):

Quadro 2 – Casos relacionados a educação e ao direito das



peessoas autistas

Nº Processo	Origem	Classe	Assunto	Sentença
3000580-34.2023.8.06.0000 Agravante: Estado do Ceará. Agravado: M.L.S.C.	2ª Câmara de Direito Público	Agravo de Instrumento	Disponibilizar acompanhante especializado para o aluno autista.	O Colegiado, por unanimidade, acordou em conhecer do recurso, para negar-lhe provimento, nos termos do(a) eminente Relator(a).21/09/2023
Na inicial, a genitora do autor M. L. S., Sra. A. das G. dos S., que seu filho fora diagnosticado com Transtorno do Espectro Autista (CID 10 - F 84.0), estando matriculado na Escola Estadual Escola Lídia Bezerra. E necessita da disponibilização de profissional especializado para acompanhá-lo durante o período em que permanecer na escola, pleito que restou deferido pelo juízo de piso, decisão atacada pelo ente estatal em cuja peça recursal pede sua reforma, sob o argumento da ausência dos requisitos autorizadores para a concessão da liminar.				

Fonte: https://conjug.tjce.jus.br/conjugweb/pages/public/acordao.jsf?key=AY-q7C49RPhD5P_54VVd9&w=

No caso destacado no Quadro 4, resultou na seguinte decisão proferida pela Desembargadora Maria Iraneide Moura Silva:

ACÓRDÃO: Acordam os Desembargadores integrantes da Turma Julgadora da **2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, por unanimidade de votos, em conhecer do Agravo, mas para negar-lhe provimento, nos termos do voto da relatora. Fortaleza, dia e hora registrados no sistema.

RELATÓRIO (Maria Iraneide Moura Silva- Desembargadora Relatora):

Cuida-se de Agravo de Instrumento interposto com escopo de ver reformada a decisão interlocutória proferida pelo juízo da Vara Única da

Comarca de Jucás, Dr. Paulo Lacerda de Oliveira Júnior, lançada nos autos do Mandado de Segurança (proc. nº. 3000128-94.2023.8.06.0300) que deferiu o pedido liminar no sentido determinar que a autoridade coatora, no prazo de 05 (cinco) dias, disponibilize acompanhante especializado para o requerente, durante todo o seu período de atividade escolar, em caráter curricular ou extracurricular, sob pena de multa diária no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) até o limite de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Na inicial, aduz a genitora do autor Manoel Leonardo dos Santos, Sra. Antônia das Graças dos Santos, que seu filho fora diagnosticado com Transtorno do Espectro Autista (CID 10 - F 84.0), estando matriculado na Escola Estadual Escola Lídia Bezerra.

E necessita da disponibilização de profissional especializado para acompanhá-lo durante o período em que permanecer na escola, pleito que restou deferido pelo juízo de piso, decisão atacada pelo ente estatal em cuja peça recursal pede sua reforma, sob o argumento da ausência dos requisitos autorizadores para a concessão da liminar.

Ressalta que “A pretensão de serviço educacional especializado exige a contratação de auxiliar de sala de aula com capacitação especializada em pessoas portadoras de deficiência, o que contraria texto expreso da Constituição no que se refere à necessidade de reserva de lei em sentido estrito para fins alocação de verbas orçamentárias e execução do gasto público”. Aduz que ao Poder Judiciário é vedado ordenar a execução de políticas públicas, sob pena de lesão à ordem administrativa.

Desta feita, requereu a concessão do efeito suspensivo ao recurso, determinando a suspensão



da contratação de acompanhante especializado para assistir e auxiliar o impetrante portador do espectro autista em sala de aula, decisão a ser ratificada quando do mérito do deste agravo.

Feito distribuído a esta relatoria que indeferiu o pedido de antecipação dos efeitos da tutela recursal (efeito suspensivo), mantendo a decisão agravada até ulterior decisão.

Vieram os autos a esta relatoria que indeferiu o pedido de antecipação da tutela pretendida. (ID 7059601)

Sem contrarrazões recursais, retornaram os autos conclusos.

É o breve relato.

Peço inclusão em pauta de julgamento

VOTO (Maria Iraneide Moura Silva - Desembargadora Relatora):

Como dantes consignado, a concessão da tutela almejada pela via instrumental fica restrita à presença simultânea dos requisitos dispostos no art. 300, do CPC, quais sejam, a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.

De logo, registro que após o indeferimento da tutela pretendida, não houve fato novo apto a ensejar alteração do entendimento inicial dessa relatoria, porquanto silentes permaneceram as partes, ainda que devidamente intimadas. Vejamos, então.

Pelo juízo de piso restou concedida a tutela pretendida em prol do agravado, determinando ao

Estado do Ceará que no prazo de 05 (cinco) dias, disponibilize acompanhante especializado para o autor, durante todo o seu período de atividade escolar, em caráter curricular ou extracurricular, sob pena de multa diária no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) até o limite de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Segundo consta na ação mandamental originária, o autor é portador de autismo (CID 10 /GA02.3 - CID 11), e apresenta atraso no desenvolvimento da fala e da comunicação verbal, circunstância que gera também prejuízo social, conforme atestado médico de ID 56234725 e ID 56234735.

Nesse contexto, o direito da pessoa portadora de deficiência encontra guarida na Constituição Federal (arts. s 7º, inc. XXXI; 23, inc. II; 24, inc. XIV; 37, inc. VIII; 227, § 1º, inc. II, e § 2º; e 244), tratando o caso também do direito fundamental de acesso à educação previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional amparado pela Lei nº 9.394/96, art. 2º, e na própria Constituição Federal¹.

Outra norma que versa sobre o assunto é o art. 26 da Convenção sobre os

Direitos das Pessoas com Deficiência - considerada norma constitucional (art. 5º, § 3º, CF), que visa proteger o direito de inserção social dessas pessoas. E a Lei nº 12.764/2012 que versa sobre apoio às pessoas portadoras de Autismo, em seu art. 3º, estabelece o direito do aluno autista de ter acompanhante especializado em classes comuns de ensino regular, in verbis:

“Art. 3º São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista:

I - a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;

II - a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;

III - o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo:

a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo;

b) o atendimento multiprofissional;

c) a nutrição adequada e a terapia nutricional;

d) os medicamentos;

e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento; IV - o acesso:

a) à educação e ao ensino profissionalizante;

b) à moradia, inclusive à residência protegida;

c) ao mercado de trabalho;

d) à previdência social e à assistência social.

Parágrafo único. Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino

regular, nos termos do inciso IV do art. 2º , terá direito a acompanhante especializado”.

Sobre o tema, transcrevo precedente jurisprudencial desta Corte de Justiça, que ressalta o princípio da dignidade humana dos portadores dessa doença:

“REMESSA NECESSÁRIA. PACIENTE HIPOSUFICIENTE PORTADOR DE AUTISMO. CESSIDADE DE TRANSPORTE PARA REALIZAÇÃO DE TRATAMENTO NA CAPITAL. SOLIDARIEDADE ENTRE OS ENTES DA FEDERAÇÃO. DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE E À VIDA COM UM MÍNIMO DE DIGNIDADE. PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA EM SOBREPOSIÇÃO AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. REMESSA NECESSÁRIA CONHECIDA E NÃO PROVIDA. SENTENÇA DE 1º GRAU CONFIRMADA EM TODOS OS SEUS TERMOS”. (RN nº 0000109-51.2014.8.06.0205, 3ª Câmara de Direito Público, Rel. Francisco de Assis Filgueiras Mendes, julgado em 21.09.2020, DJe 21.09.2020)

No mesmo sentido, cito Acórdão do Tribunal de Justiça do Amazonas²:

“DIREITO CONSTITUCIONAL, MANDADO DE SEGURANÇA. REEXAME NECESSÁRIO. MENOR PORTADOR DE TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA. DIREITO A ACOMPANHAMENTO ESPECIALIZADO NO

HORÁRIO ESCOLAR. LEI 12.764/2012.

O acesso à educação especificamente dos portadores de deficiência física, o inciso II do art. 208 da CF/88 estabeleceu que é dever do Estado for-



necer atendimento especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Dever do Estado de assegurar à pessoa com transtorno de espectro autista a frequência a sistema educacional inclusivo, com a presença de mediador, ou seja, será assegurado o acompanhamento especializado visando facilitar o acesso à educação, na fora do art. 3º, parágrafo único, da Lei 12.764/2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno de Espectro. Sentença confirmada em sede de reexame necessário”.

Destarte, é direito de todos e dever do Estado criar políticas públicas necessárias à concretização dos direitos a educação (art. 205, CF) e sociais (art. 6º, CF), assegurando ensino igualitário a todos, sem distinção, bem como acesso e permanência do aluno na escola, especialmente aos portadores de necessidades especiais, em consonância ao princípio da separação dos poderes e da dignidade da pessoa humana. ISSO POSTO

conheço do agravo de instrumento para confirmar a decisão interlocutória de (ID 7059601), negando-lhe provimento.

1“Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: (...)III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; (...) V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um”.

2 RN nº 060231364.2018.8.04.0001, Câmaras Reunidas, Relatora Nélia Caminha Jorge.

Observa-se que a Lei Berenice Piana, apesar de ser abrangente, não consegue efetivamente atingir sua finalidade de preservação da igualdade e proteção. A falta de conhecimento sobre essa legislação é notória, pois apenas algumas pessoas têm informações sobre ela. Algumas instituições de ensino privado e público possibilitam a educação inclusiva, representando um obstáculo para os familiares das crianças com TEA.

Esse contexto reflete um cenário complexo, onde a legislação existe, mas sua aplicação e conhecimento ainda são limitados, colocando em evidência a necessidade de ampliar a conscientização e implementação efetiva das políticas inclusivas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Trabalho de Conclusão de Curso alcançou seus objetivos ao abordar o tema proposto, permitindo uma análise aprofundada da Lei Berenice Piana e sua eficácia na inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

No entendimento do autismo, definido como uma síndrome comportamental pelo desenvolvimento ao longo da vida humana, observamos modificações significativas, como a dificuldade na comunicação, falta de criatividade em jogos simbólicos, desafios na sociabilização e padrões de comportamento limitados. No contexto histórico, identificamos peculiaridades, principalmente relacionadas ao diagnóstico e à abordagem clínica, cen-



trada nos impedimentos da pessoa, adotando uma aproximação biomédica. Contudo, após a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, novas diretrizes e recomendações romperam com essa visão exclusivamente biomédica.

Este estudo revelou duas concepções do autismo: a Neurodiversidade, que o encara como uma manifestação natural da diversidade humana, e o Modelo Social da Deficiência, que o considera como uma condição a ser tratada em busca de melhorias. A evolução das legislações específicas ampliou as garantias do direito à educação, instituindo atendimento educacional especializado, principalmente na rede regular de ensino. No entanto, enfrentamos desafios como desinformação, preconceito, falta de qualificação dos profissionais e as peculiaridades no comportamento e comunicação das crianças com autismo.

A promulgação da Lei nº 12.764/12 (Lei Berenice Piana) representou um marco ao garantir direitos para os autistas, estabelecendo diretrizes para assegurar seus direitos e promover sua plena cidadania. Diante desse cenário, a abordagem desse tema ressalta a necessidade de mecanismos políticos concretos que garantam a igualdade dos direitos das pessoas com deficiência nos espaços públicos e privados, afastando a discriminação e o preconceito das relações sociais.

A Lei Berenice Piana representa um avanço significativo na promoção dos direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), proporcionando uma

base jurídica sólida para a garantia da igualdade e inclusão social. No entanto, o desafio persiste na efetiva implementação dessas diretrizes, especialmente no âmbito educacional, onde resistências e obstáculos ainda comprometem a prática da inclusão nas escolas regulares.

Ao longo deste estudo, destacou-se a importância de superar a desinformação e o preconceito, bem como investir na qualificação adequada dos profissionais da educação. Além disso, reconhecemos que o comportamento e a comunicação das crianças com autismo demandam abordagens específicas, enfatizando a necessidade de ambientes escolares heterogêneos que promovam a aprendizagem de todos os alunos.

Diante desse panorama, salienta-se a necessidade da implementação de medidas concretas que assegurem a plena efetividade da inclusão escolar, alinhadas às disposições da Lei Berenice Piana. Isso inclui a promoção de ambientes educacionais adaptados, a formação continuada de professores e a conscientização da sociedade sobre a importância da inclusão.

Assim, ao consolidar as reflexões apresentadas, reiteramos a relevância de políticas e práticas inclusivas que não apenas respeitem os direitos fundamentais das pessoas com TEA, mas que também promovam uma sociedade mais justa e igualitária, onde a diversidade seja verdadeiramente valorizada. Em última instância, a conclusão deste trabalho reforça a necessidade de contínuos esforços coletivos para transformar leis em ações efetivas que impactem positivamente a vida das pessoas com



autismo.

REFERÊNCIAS

- ACEVEDO, S. M.; NUSBAUM, E. A. **Autism, neurodiversity, and inclusive education**. Oxford Research Encyclopedia of Education, 2020. Disponível em: <https://oxfordre.com/education/view/10.1093/acrefore/9780190264093.001.0001/acrefore-9780190264093-e-1260>. Acesso em: 10 mar. 2023.
- ALVES, Angela Karenine Saraiva; ALVES, Thamy Saraiva. **O AUTISMO E O PSICÓLOGO NA PSICOLOGIA CLÍNICA**. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 8, n. 2, p. 201-218, 2022.
- AUTISMO. **O que é o autismo: Marcos Históricos**. Blog Autismo e Realidade, 2023. Disponível em: <https://autismoerealidade.org.br/o-que-e-o-autismo/marcos-historicos/>. Acesso em 10 mai. 2023.
- BISPO, Solange. **Autoeficácia de professores de estudantes com transtornos do espectro autista do ensino fundamental II e médio**. 2023.
- BRASIL. **Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020**. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-30-de-setembro-de-2020-280529948>. Acesso em: 18 mai. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 28 fev. 2023.

BRASIL. Decreto 8.368, de 2 de dezembro de 2014. Regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 2 de dezembro de 2014.

BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF. 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013a. (Série F. Comunicação e Educação em Saúde).

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei/l12764.htm. Acesso em: 28 fev. 2023.

BRASIL. Decreto nº 7.612 de 17 de novembro de 2011. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa



com Deficiência - Plano Viver sem Limite. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm. Acesso em: 28 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 6.214 de 26 de setembro de 2007**. Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência e ao idoso de que trata a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, acresce parágrafo ao art. 162 do Decreto no 3.048, de 6 de maio de 1999, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6214.htm. Acesso em: 28 fev.2023.

BRASIL. **Decreto nº 5.904 de 21 de setembro de 2006**. Regulamenta a Lei no 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhada de cão-guia e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5904.htm. Acesso em: 28 fev.2023.

BRASIL. **Lei nº 8.069 Estatuto da Criança e do Adolescente, de 13 de julho de 1990**. Brasília, DF, 13 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 15 mai. 2023.

CAMARGO, Sígla Pimentel Höher et al. **Desafios no processo de escolarização de crianças com autismo no contexto inclusivo: diretrizes para formação continuada na perspectiva dos professores**. Educação em revista, v. 36, p. e214220, 2020.

CANDAU, V. M. F. **A educação em direitos humanos e a formação de professores: uma perspectiva crítica**. In F. C. H. Souza, M. H. M. B. de Albuquerque, & T. V. C. de Lima (Eds.), Educação em direitos humanos e diversidade (pp. 27-40). Recife: Editora Universitária UFPE, 2012.

CARDIERI, Mariana Prates. **Estudos culturais, neurodiversidade e psicanálise: um lugar para o autismo**. 2018. Tese de Doutorado. Mestrado em Estudos Culturais Contemporâneas.

Cartilha dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Direitos Humanos. Disponível em: <http://www5.tjba.jus.br/portal/wp-content/uploads/2019/12/Cartilha-PcD.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2023.

DA SILVA, Solange Cristina; GESSER, Marivete; NUERNBERG, Adriano Henrique. (2019). **A contri-**



buição do modelo social da deficiência para a compreensão do Transtorno do Espectro Autista. Revista educação, artes e inclusão, 15(2), 187-207.

DE ALMEIDA, Benedita Gonçalves; DA ROSA TANCREDI, Cleunice Carvalho; SCHNORR, Marilene Maria. **O professor e a educação inclusiva.** Revista Iberoamericana de Humanidades, Ciências e Educação, p. 09-53, 2022.

DOS SANTOS, Silvana Pereira Rocha; DOS SANTOS STERING, Silvia Maria. **IV Congresso Internacional de Educação Inclusiva.** As possibilidades metodológicas no ensino e aprendizagem de crianças diagnosticadas com o espectro autista, 2021.

FERNANDES, Conceição Santos; TOMAZELLI, Jeane; GIRIANELLI, Vania Reis. **Diagnóstico de autismo no século XXI:** evolução dos domínios nas categorizações nosológicas. Psicologia USP, v. 31, 2020.

FERREIRA, Catiane. **Transtorno do espectro autista (TEA), desafios e transformações diante do atual cenário de expressiva incidência escolar.** 2023.

GAUDERER, E.C.; PRAÇA, Elida Tamara de Oliveira. **Uma reflexão acerca da inclusão de aluno autista no ensino regular.** 2011.

Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais [recurso eletrônico]: DSM-5 / American Psychiatric Association; tradução: Maria Inês Cor-

rêa Nascimento ... et al.] ; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli... [et al.]. – 5. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, 2014.

JÚNIOR, Antônio Ferreira Dantas; SIMPLICIO, Sérgio Ricardo Costa; Do Nascimento Dantas, Ferlúcia. **Inclusão e desinformação: um enredo antagônico na educação brasileira atual. Diálogos, metodologias e perspectivas na educação contemporânea: estudos selecionados**, 2023.

ONU. **Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais (1994)**. Portal do MEC. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2023.

ORTEGA, Francisco. **Deficiência, autismo e neurodiversidade**. *Ciência & saúde coletiva*, v. 14, p. 67-77, 2009.

OTOSHI, Daniella Regina Dos Santos. **A inclusão escolar de crianças com tea através da psicomotricidade**. 2022.

PETRILLI, Tassiana Barros. **Autismo e comportamento autolesivo: uma revisão de pesquisa empírica publicada no Journal of Applied Behavior Analysis (JABA)**. 2009.

RIES, Igor Lucas et al. **“Somos Autistas”**: uma cartografia afetiva de enunciados de neurodivergentes no instagram. 2023.

SOARES, André Gonçalves Vasconcelos et al. **Revisão**



de escopo: as implicações do diagnóstico tardio do TEA em mulheres. Revista Neurociências, v. 31, p. 1-37, 2023.

TAMANAHÁ, Ana Carina; PERISSINOTO, Jacy; CHIARI, Brasília Maria. **Uma breve revisão histórica sobre a construção dos conceitos do Autismo Infantil e da síndrome de Asperger.** Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia, v. 13, p. 296-299, 2008.

VOLKMAR, Fred R.; WIESNER, Lisa A. **Autismo: guia essencial para compreensão e tratamento.** Porto Alegre: Grupo A, 2018. E-book. ISBN 9788582715222. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582715222/>. Acesso em: 19 mai. 2023.

CAPÍTULO 6

HUMANIZAÇÃO: UM PROCESSO NECESSÁRIO NA ÁREA DA SAÚDE

Adriana da Costa Silva¹

Raimundo Ferreira Lima²

Adriana de Oliveira Alcântara³

RESUMO

A proposta deste artigo é compreender e examinar o processo de humanização do cuidado na área da saúde, bem como a disposição dos profissionais diante de um atendimento humanizado. Para tal se realizou pesquisa bibliográfica nas bases de dados da biblioteca virtual em saúde (BVS) e Scielo entre 2005 a 2017. Os resultados comprovaram que o assunto da humanização do atendimento na área da saúde tornou-se imprescindível na conjuntura atual, visto que a prática de um atendimento baseado em fundamentos como a integralidade da assistência, igualdade e com a participação social do usuário. Por outro lado, observamos fatores negativos, como más

1 Centro Universitário Fametro - Unifametro, adrianacw22@gmail.com

2 Centro Universitário Fametro - Unifametro, raimundo.lima@aluno.unifametro.edu.br

3 Centro Universitário Fametro - Unifametro, alcantara2002@yahoo.com.br

condições de trabalho, vencimentos baixos, carga horária de trabalho acima da permitida por lei, contribuindo para a formação de um espaço desfavorável para a evolução do atendimento humanizado.

Palavras-chave: Assistência à Saúde. Humanização da Assistência. Recursos Humanos em Saúde

INTRODUÇÃO

Segundo o Ministério da Saúde, a Política Nacional de Humanização (PNH) lançada em 2003, busca colocar em atividade os princípios do SUS na rotina diária dos serviços de saúde, implementando modificações nos modos de conduzir e cuidar. Assim a PNH vem com o propósito de estimular a:

Comunicação entre gestores, trabalhadores e usuários para construir processos coletivos de enfrentamento de relações de poder, trabalho e afeto que muitas vezes produzem atitudes e práticas desumanizadoras que inibem a autonomia e a corresponsabilidade dos profissionais de saúde em seu trabalho e dos usuários no cuidado de si (BRASIL, 2013).

É bastante relevante que o profissional da área da saúde apresente não só os seus conhecimentos profissio-



nais no momento do atendimento, mas, especialmente, precisa ter a capacidade e percepção de se posicionar no lugar do outro, e enfrentar a situação difícil do usuário que veio em busca de atendimento.

As afinidades do atendimento acolhedor e humanizado que mais se caracterizam com este trabalho obedecem aos princípios do SUS, previstas no art. 198 da Constituição Federal de 1988, normatizados e validados no art. 7 da lei 8.080/1990.

- I – Universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência;
- II – Integridade de assistência, entendida como um conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema;
- III – Preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral;
- IV – Igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie;
- V – Direito à informação, às pessoas assistidas, sobre sua saúde; (BRASIL, 1988).

No desenrolar das ações humanitárias no processo de humanização, um obstáculo a ser encarado é o que se atribui à comunicação. O intercâmbio entre os vários

setores de uma instituição de saúde é uma condição importante para o melhoramento das circunstâncias do trabalho e assistência ao usuário, envolvendo as categorias e subcategorias relacionadas ao tema humanização, conforme o Quadro 01:

Quadro 01 – Categorias e subcategorias do tema.



Fonte: MACIAK, 2008

O processo da humanização é essencial para a proteção da vida como diretriz principal de suas ações. De acordo com este conceito, a humanização é um método abrangente e progressivo que inclui modificações na conduta de profissionais e instituições envolvidas com os cuidados com a saúde, sua efetivação presume estrutu-

ras de intervenções com a finalidade de oferecer respostas esperadas pelos usuários atendidos.

Nesse contexto, a mudança de conduta profissional deve ocorrer na convivência entre as equipes profissionais, gestores e usuários dos serviços, trazendo a tona o ato de humanizar que vai influenciar a competência de todos nos diversos processos de trabalho.

Para chegarmos a uma melhor compreensão, torna-se fundamental, continuar parte dos conteúdos apresentados por alguns autores relacionados ao assunto humanização, portanto, o objetivo deste artigo não permanece em fazer uma análise minuciosa das definições dadas, mas buscar esclarecer o processo de humanização e a sua importância na área da saúde.

METODOLOGIA

A pesquisa foi elaborada baseada nos pressupostos da pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa, que é uma pesquisa concebida em material já elaborado, formado principalmente de artigos científicos e que tem como vantagem fundamental conceder ao pesquisador o conhecimento de assuntos muito mais amplos na área pesquisada.

Foi realizado um levantamento bibliográfico nas bases de dados da biblioteca virtual em saúde (BVS) e Scielo, utilizando o termo humanização na área da saúde, com textos publicados a partir do ano de 2005 a 2017.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para alcançar o objetivo geral da pesquisa, ou seja, buscar esclarecer o processo de humanização e a sua importância na área da saúde desde a compreensão dos usuários, profissionais e gestores, foram abordados uma sequência de informações que, por limitação deste artigo, não poderão ser detalhadas. Realizar-se-á uma apresentação das informações de maneira compacta, junto com a discussão das mesmas.

A humanização presente na área da saúde, em particular, no atendimento hospitalar demonstra ser um tema bastante complicado, apresentando vários fatores que vão desde entendimento do que vem a ser o processo de humanização, até a instrumentalização de um assunto que parece não apresentar obstáculos na sua execução, mas que na maior parte, não se concretiza.

Acordo Casate e Correa (2005), o processo de humanização é essencial, porém no meio dos serviços de saúde existiram condições consideradas desumanizantes apresentadas em várias décadas, conforme retratado no Quadro 02:



Quadro 02 – Situações desumanizantes em várias décadas.

	<p>Em relação a falhas na organização do atendimento são apontadas, por exemplo, as longas esperas e adiamentos de consultas e exames, ausência de regulamentos, normas e rotinas, deficiência de instalações e equipamentos, bem como falhas na estrutura física: “(...) espera às consultas e à entrada, nas admissões em tempo dilatado, nos adiamentos impostos aos exames e aos tratamentos, no amontoado humano dentro das salas (...)”.</p> <p>(LECLAINCHE X, 1962).</p>
<p>Falhas no atendimento</p>	<p>São também enfatizados aspectos “desumanizantes” ligados especificamente com a relação com o doente como o anonimato, a despersonalização, a falta de privacidade, a aglomeração, a falta de preparo psicológico e de informação, bem como a falta de ética por parte de alguns profissionais: “O doente é um número, um caso, objeto de atividades, mas não um centro de interesse; permanece geralmente sem esclarecimentos sobre a própria sorte e sem explicação sobre o que lhe é imposto”.</p> <p>(LECLAINCHE X, 1962).</p>
<p>Condições de trabalho</p>	<p>“(...) Ao não se dar conta onde termina a máquina e começa o paciente, a relação com a máquina pode tornar o cuidado de enfermagem um ato mecânico e o paciente ser visto como uma extensão do aparato tecnológico” [refere-se ao atendimento em CTI]. (HAYASHI e GISI, 2000).</p> <p>No que diz respeito às condições de trabalho, os textos mostram que baixos salários, dificuldade na conciliação da vida familiar e profissional, jornada dupla ou tripla, ocasionando sobrecarga de atividades e cansaço, o contato constante com pessoas sob tensão gera ambiente de trabalho desfavorável: “As instituições</p>
	<p>não oferecem um ambiente adequado, recursos humanos e materiais quantitativos e qualitativos suficientes, remuneração digna e motivação para o trabalho, oportunidade para os enfermeiros se aperfeiçoarem em sua área de atuação (...) para que estes possam exercer as suas funções de uma forma mais humanizada. (PINHEIRO e LOPES, 1993).</p>

Fonte: CASATE e CORREA (2005).

A Política de Humanização surge no contexto da assistência à saúde, como mecanismo orientador de argumentos e atividades direcionadas para o processo da humanização desse cuidado em relação às análises anteriores que indicava vários descontentamentos, não só pelos usuários, mas também pelos profissionais e gestores.

Em seguida, evidenciamos no Quadro 03 as diretrizes gerais para manter a implementação da PNH nos diferentes níveis de atenção:

Quadro 03 – Diretrizes gerais para a implementação da PNH

Falhas no atendimento	São também enfatizados aspectos “desumanizantes” ligados especificamente com a relação com o doente como o anonimato, a despersonalização, a falta de privacidade, a aglomeração, a falta de preparo psicológico e de informação, bem como a falta de ética por parte de alguns profissionais: “O doente é um número, um caso, objeto de atividades, mas não um centro de interesse; permanece geralmente sem esclarecimentos sobre a própria sorte e sem explicação sobre o que lhe é imposto”. (LECLAINCHE X, 1962).
-----------------------	--

Fonte: Ministério da Saúde, 2004.

Promover assistência à saúde é, da mesma forma, estabelecer vínculos acolhedores de cuidado entre profissionais e usuários dos serviços de saúde, proporcionando a garantia da cidadania entre os atores sociais envolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na nossa pesquisa buscamos esclarecer o processo de humanização e a sua importância na área da saúde.

Permaneceu evidente, nos textos teóricos que a humanização focaliza com especial cuidado todas as ações relacionadas às metodologias de trabalho, como também, nos processos de gestão e organização de uma instituição de saúde, intervindo no ambiente institucional. A resposta esperada é o reconhecimento dos atores sociais envolvidos, em quaisquer das suas condutas relacionadas ao ato de humanizar.

Evidenciamos que sobre a qualidade do vínculo entre profissionais e usuários parte do argumento da habilidade do profissional e de sua competência para determinar relações no convívio de várias pessoas.

Contudo, o ato de humanizar só se transforma em uma prática dentro de uma instituição de saúde quando os seus gestores a constitui como um modelo de gestão, proporcionando condições favoráveis de trabalho para os profissionais dentro do ambiente de trabalho.

REFERÊNCIAS

- BRAGA, Vera Lucia Alves. **Atendimento administrativo acolhedor e humanizado na área hospitalar**. 2017.
- BRASIL. **Política Nacional de Humanização**. Brasília, DF: Ed. Ministério da Saúde, 2013.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Humaniza SUS**. 2003. Disponível em: < <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizaSus.pdf> >. Acesso em: 05 ago. 2019.

BRASIL. **Lei n. 8080, de 19 de setembro de 1990.** Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. 1990. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm>. Acesso em: 01 ago. 2019.

CASATE, Juliana Cristina and CORREA, Adriana Kátia. **Humanização do atendimento em saúde: conhecimento veiculado na literatura brasileira de enfermagem.** Rev. Latino-Am. Enfermagem [online]. 2005, vol.13, n.1, pp.105-111. ISSN 1518-8345. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-11692005000100017>.

Hayashi AAM, Gisi ML. **O cuidado de enfermagem no CTI: da ação reflexão à conscientização.** Texto & Contexto Enfermagem 2000 maio/ agosto; 9(2): 824-37.

HUMANIZA, S. U. S. **Política Nacional de Humanização: a humanização como eixo norteador das práticas de atenção e gestão em todas as instâncias do SUS/Ministério da Saúde, Secretaria Executiva, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização.** Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

Leclainche X. **É preciso humanizar o hospital.** Rev Paul Hosp 1962 maio; 10(5): 710.

MACIAK, Inês et al. **Humanização da assistência de enfermagem em uma unidade de emergência: percepção da equipe de enfermagem e do usuário.** 2008.



Pinheiro MCD, Lopes GT. **A influência do brinquedo na humanização da assistência de enfermagem à criança hospitalizada.** Rev Bras Enfermagem 1993 abril/junho; 46(2): 117-29.

CAPÍTULO 7

A ATUAÇÃO DE ASSISTENTE SOCIAL RESIDENTE EM SAÚDE MENTAL NO CAPS's EM INTERIOR DO CEARÁ DU- RANTE A PANDEMIA DO COVID – 19: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Viviane e Vasconcelos Damasceno¹

Raimundo Ferreira Lima²

Leide Daiana Carvalho Cunha³

Edna Maria Leite Dias⁴

RESUMO

Área Temática: Constituição, Cidadania e Efetivação de Direitos Encontro Científico: XI Encontro de Pós-graduação **Introdução:** O artigo aqui abordado tem como tema a atuação de assistente social residente em saúde mental no CAPS'S no interior do Ceará durante a pandemia do Covid – 19: um relato de experiência. **Objetivo:** Apresen-

1 Especialista pela Escola de Saúde Pública – CE, vivianevasconceloso4@gmail.com

2 Especialista pelo Centro Universitário Fametro – Unifametro, raimundo.lima01@aluno.unifametro.edu.br

3 Pós-graduanda pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará -IFCE, leidecunha@outlook.com

4 Discente Centro Universitário Fametro - Unifametro, edna.dias@professor.unifametro.edu.br

tar um relato de experiência acerca da atuação do serviço social em CAPS's do interior do Ceará durante a pandemia da Covid 19. **Métodos:** A metodologia abordada foi um relato de experiência que teve como objetivo sistematizar a prática profissional neste espaço sócio-ocupacional durante o período de Residência Multiprofissional em Saúde Mental Coletiva. **Resultados:** Como principais resultados, citamos os impactos causados pelo isolamento social e restrições sociais na saúde mental dos profissionais e usuários, ausência de medidas de prevenção e de estrutura dos serviços para atendimento e cuidado aos usuários, mudanças de rotinas de trabalho e estratégias para adequação à realidade posta. **Considerações finais:** As atividades desempenhadas durante os diversos serviços prestados apontam a predominância de intervenções assistenciais em referência as intervenções de organização e de consolidação do controle social. O assistente social neste ambiente promove a compreensão da realidade crítica dos pacientes, com o propósito de que não se resuma somente as suas condições de saúde, mas como pacientes incluídos em uma sociedade de classes, levando em consideração a sua totalidade e a sua singularidade, acompanhando assim o Projeto Ético Político da profissão.

Palavras-chave: CAPS; Serviço Social; Covid – 19.

INTRODUÇÃO

O presente artigo busca analisar o trabalho do assistente social no Centro de Atenção Psicossocial - CAPS durante a pandemia de COVID-19, momento marcado



por situação epidemiológica em que envolve números alarmantes de mortes e contaminações em decorrência da disseminação do Vírus Sars-Cov 2, com registro dos primeiros casos no Brasil em março de 2021. No entanto, para melhor compreensão realizaremos uma breve contextualização sobre a questão do adoecimento mental e institucionalização do trabalho de assistentes sociais na área para compreendermos melhor a temática.

É muito importante destacarmos que o adoecimento mental consiste em um assunto bem intrínseco a uma realidade de um contexto histórico, na qual vivenciamos na conjuntura atual preceitos ainda de exclusão. Em contrapartida, os motivos que levaram a este estudo sobre saúde mental estão na estreita relação com a temática nos últimos anos devido a inserção em residência multiprofissional em saúde.

De acordo com o Ministério da Saúde, os Centros de Atenção Psicossocial – CAPS em suas diversas modalidades consistem em pontos de atenção estratégicos da Rede de Atenção Psicossocial - RAPS: serviços de saúde de caráter aberto e comunitário constituídos por equipe multiprofissional que atua sob a ótica interdisciplinar e realiza prioritariamente atendimento às pessoas com sofrimento ou transtorno mental, incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, em sua área territorial, sejam em situações de crise ou nos processos de reabilitação psicossocial e são substitutivos ao modelo asilar (BRASIL, 2015).

Dentro da RAPS, o CAPS possui um papel estraté-

gico em sua articulação, tanto no que tange à promoção da vida comunitária, como da autonomia dos usuários, também na ordenação do cuidado, em parceria com as equipes Saúde da Família e agentes comunitários de saúde, em articulação e ativando os recursos em outras redes e territórios (BRASIL, 2015).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde – OMS , nos últimos anos, aconteceu um considerável aumento nos casos de doenças mentais, considerando o Brasil o país mais ansioso do mundo, o quinto mais depressivo, e parte das pessoas afetadas não têm a assistência médica adequada. No Brasil, estima-se que 23 milhões de pessoas passem por tais problemas, sendo ao menos 5 milhões em níveis de moderado a grave.

Recentemente, no ano de 2020, a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) alertou, que a pandemia da COVID-19 pode aumentar os fatores de risco para suicídio, assim como a saúde mental de muitas pessoas. A organização afirma ainda que não tem dados específicos ainda referentes ao aumento da depressão, da violência doméstica e do uso de substâncias e como esses fatores afetarão as taxas de suicídio e adoecimento mental. A pandemia também interrompeu serviços essenciais de saúde mental em 93% dos países em todo o mundo.

Historicamente, criaram-se marcos que têm trazido avanços na institucionalização de instrumentos que regulamentam a atenção às pessoas que sofrem com transtornos mentais e suas famílias, foram aprimorados recursos efetivos e divergentes da relação dos hospita-



locêntrico² que mantinha um controle de tratamento mais agressivo aos pacientes. Sobretudo o novo modelo de Atenção Psicossocial para pessoas com transtornos mentais vem correspondendo às necessidades das ações da saúde mental.

A Constituição Federal de 1988 consagrou expressamente a saúde como um direito de todos e um dever do Estado. Com a lei de nº 10.216, de 6 de abril de 2001, e, no seu Art. 1º, que diz que os direitos e a proteção das pessoas acometidas de transtorno mental, de que trata esta Lei, são assegurados sem qualquer forma de discriminação quanto à raça, cor, sexo, orientação sexual, religião, opção política, nacionalidade, idade, família, recursos econômicos e ao grau de gravidade ou tempo de evolução de seu transtorno, ou qualquer outra.

Os Centro de Atenção Psicossocial se expandiram por várias comunidades auxiliando como as famílias e usuários com programas de desinstitucionalização na modificação da cultura de internamento e isolamento do sujeito com transtornos mentais. O serviço Social, juntamente com outros profissionais, foi sugerido pela Lei Nº 10.216, de 06 de abril de 2001 dada sua importância histórica e funcional nos estudos e na luta pela proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais. De acordo Appel (2017) na década de 40 os assistentes sociais foram inseridos no campo da Saúde Mental influenciados pela Doutrina Social da Igreja e pelo Movimento de Higiene Mental. O seu trabalho era subordinado aos médicos e as suas tarefas consistiam em

meros levantamentos de dados sociais. No entanto, essa prática de modificou e alcançou avanços no que tange a perspectiva de garantia de direitos, e defesa da classe trabalhadora durante o movimento de reconceituação profissional nas décadas de 70 e 80.

METODOLOGIA

A metodologia abordada consistiu no relato de experiência acerca da atuação do serviço social em um CAPS's do interior do Estado do Ceará durante a pandemia da Covid 19. Foi realizado um levantamento bibliográfico e narrativa construída por ocasião da Residência Multiprofissional em Saúde Mental Coletiva de uma assistente social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Bravo (2013), no final do século XIX, na Inglaterra, surge a Medicina, voltada ao controle do corpo e da saúde das classes trabalhadoras, no intuito de deixá-las aptas ao trabalho e assim o capital ter menos riscos. Nesse mesmo período, tem-se as formas tradicionais de assistência, que se tornaram insuficientes para controlar os problemas sociais. “A institucionalização crescente da assistência e o grande número de visitadoras sociais, remuneradas e voluntárias, gerou a necessidade de preparação profissional para o Serviço Social” (BRAVO, 2013,



p.45).

A inserção do serviço social na saúde se deu inicialmente com a preocupação com o paciente, principalmente nos problemas sociais e emocionais que o afetava, valorizando as questões socioeconômicas, e suas atividades se caracterizavam como focalista e paternalista. No exercício de suas atividades, o profissional se caracterizava como fiscalizador da pobreza (BRAVO, 2013).

O serviço social construiu uma relação com a Reforma psiquiátrica, marcada por movimentos democratizantes, descentralização do Estado, principalmente com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Destaca-se o novo olhar à pessoa com transtorno mental, trazidos juntos com os movimentos da Reforma Psiquiátrica, a profissão passou-se a pensar um novo conceito, inaugurando um novo modelo de atenção à saúde mental, voltado não somente em diagnóstico científico patológico da medicina, mas com um olhar voltado ao indivíduo, fazendo uso do termo reabilitação psicossocial (ROSA, 2010).

Conforme Rosa (2010), estão sendo construídos novos cenários e identidades dos assistentes sociais no campo da saúde mental, e ao mesmo tempo determinados por vários elementos, desde fatores macroestruturais, determinando a emergência da profissão no âmbito da sociedade brasileira, assim como documentos legais que estabelecem as competências e atribuições desses profissionais tendo em destaque a Lei de Regulamentação da Profissão nº 8.662, de 07 de junho de 1993; o Código de

Ética Profissional, Resolução CFESS nº 290; a Resolução CFESS nº 383/99 de 29 de março de 1999 que caracteriza o assistente social como profissional da saúde; Resolução CFESS nº 493/2006, de 21 de agosto de 2006, que traz as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social.

O trabalho do serviço social no CAPS visa promover a reintegração do usuário em sofrimento mental em decorrência ou não do uso abusivo de álcool e outras drogas na sociedade, por meios de práticas que fortaleçam o acesso deste às outras políticas públicas e garanta sua autonomia no processo. A atuação se dá realizando a escuta qualificada, atendimento e orientações aos familiares, acolhimento, buscas ativas, visitas de sensibilização, grupos operativos, articulação com a rede intra e intersetorial, participação da construção de Projetos Terapêuticos Singulares - PTS, visitas domiciliares, estudos de caso no serviço e junto a outras instituições, são realizados atendimentos compartilhados, educação em saúde, salas de espera, matriciamentos, visitas domiciliares a pedido judicial, bem como o enfrentamento diário de desafios que nos impulsiona a nos reinventar para possibilitar novas estratégias de cuidado ao usuário, visando que o serviço tem por intuito trabalhar para além do quadro saúde-doença.

O(a) Assistente Social neste espaço promove a percepção da realidade crítica do sujeito a fim de que este não seja levado em conta apenas por seu estado de saúde, mas como um sujeito integral inserido em uma socieda-



de de classes, levando em conta a totalidade e a singularidade do mesmo, assim como previsto em nosso Projeto Ético Político. Com a chegada da pandemia, percebemos muitos impactos tanto na vida pessoal e enquanto trabalhadores na saúde, e na vida dos usuários. O medo assolou a rotina, sendo necessário evitar visitas domiciliares e buscas ativas, sendo realizadas apenas em casos de urgência.

Destacamos também a preocupação com falta de estrutura do serviço para continuar realizando atendimentos e acolhimento 24 horas, pois, as salas são bem pequenas, sem ventilação natural ou de aparelhos, havendo necessidade de atendimentos com portas abertas das salas prejudicando o sigilo das informações, sendo necessário o uso de equipamentos de proteção constante, e não eram disponibilizados pela instituição.

Em algumas semanas mais críticas, com a necessidade do trabalho em regime de escala, outras dificuldades exigiram reflexões para as intervenções, a exemplo: orientações de prevenção ao coronavírus aos pacientes; distanciamento social na recepção; agendamento de atendimentos virtuais a quem tem acesso a internet; implantação de telefone para contato com os usuários.

Além desses fatores, vivenciamos o aumento das situações de vulnerabilidade sociais como, por exemplo, pessoas em situação de rua e uso abusivo de álcool e outras drogas; o cancelamento dos grupos terapêuticos e operativos causando o afastamento do serviço dos usuários que estavam estabilizados; o próprio adoecimento

mental dos profissionais que levou a alguns afastamentos; a cobrança por produção pela gestão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É significativo enfatizar que a construção da identidade profissional no contexto da formação profissional incorporado em uma residência profissional (Centro de Atenção Psicossocial -CAPS) é atribuída pela inclusão do profissional no serviço.

No cenário de pandemia do novo coronavírus, a residência possibilitou um saber especializado para que os assistentes sociais, juntos com os outros membros da equipe, atuassem de forma integrada e humanizada para atender às demandas inesperadas, das quais podemos citar como mais relevantes: os impactos causados pelo isolamento social e restrições sociais na saúde mental tanto dos profissionais quanto dos usuários do CAPS; falta de condições de medidas de prevenção e de estrutura dos serviços para atendimento e cuidado com os usuários; mudanças de rotinas de trabalho e estratégias para adequação à realidade posta.

As atividades desempenhadas durante os diversos serviços prestados apontam a predominância de intervenções assistenciais em referência as intervenções de organização e de consolidação do controle social. O assistente social neste ambiente promove a compreensão da realidade crítica dos pacientes, com o propósito de que não se resuma somente as suas condições de saúde, mas



como pacientes incluídos em uma sociedade de classes, levando em consideração a sua totalidade e a sua singularidade, acompanhando assim o Projeto Ético Político da profissão.

Lamentavelmente, é improvável, na atualidade a erradicação do trabalho infantil, porque a própria tem derivação do capitalismo. A luta de várias entidades envolvidas neste processo tem na sua frente muitos desafios que podem ser comparados como muros intransponíveis.

REFERÊNCIAS

APPEL, Nicolle Montardo. **O Assistente Social Inserido na Saúde Mental e suas estratégias de intervenção**. São Luís/Maranhão, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada e Temática. **Centros de Atenção Psicossocial e Unidades de Acolhimento como lugares da atenção psicossocial nos territórios**: orientações para elaboração de projetos de construção, reforma e ampliação de CAPS e de UA / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Especializada e Temática. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

BRAVO, Maria Inês de Souza. **Saúde e serviço social no capitalismo**: fundamentos sócio-históricos. – 1. ed. – São Paulo: Cortez, 2013.

ROSA, Lúcia Cristina dos Santos. **Saúde mental e ser-**

viço social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinariedade / Lúcia Cristina dos Santos Rosa, Ivana Carla Garcia Pereira, José Augusto Bisneto; Eduardo Mourão Vasconcelos (org.). – 5.ed. – São Paulo: Cortez, 2010.



CAPÍTULO 8

A REDE CUCA: UM ESTUDO SOCIODEMOGRÁFICO DE SUA CRIAÇÃO¹

Estanislau Ferreira Bié²

Henrique Cunha Junior³

1. INTRODUÇÃO

A Rede Cuca foi uma iniciativa da Prefeitura Municipal de Fortaleza voltada a oferecer atividades socioeducativas, culturais, esportivas e de lazer para jovens entre 15 e 29 anos residentes em áreas periféricas da cidade na

¹ A Rede Cuca é uma política pública da Prefeitura de Fortaleza, executada por meio da Secretaria Municipal da Juventude, que objetiva oferecer proteção social e oportunidades prioritariamente, jovens de 15 a 29 anos.

² Docente pesquisador do Programa de Pós-doutoramento em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. Doutor e Mestre em Ciências da educação pela UNISAL. Curso Especialização em Policiamento comunitário pela UFC; Segurança pública pela FATE, Ciências política sociedade e governo pela UVA/UNIPACE, Ciências da educação pela FACULDADE EVOLUÇÃO; História e cultura afro-brasileira e indígena pela FATE. Bacharela em Teologia pelo UNINTA e Bacharel Serviço Social pelo UNIBTA. Licenciatura em Ciências da religião pelo UNINTA; Licenciatura História pelo UNINTA; Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade KURIOS. Atualmente professor da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará – AESP/CE e oficial da Policial Militar do Ceará, lotado na 2ª CPG/ALECE.

³ Doutor pelo Instituto Politécnico de Lorraine - Nancy - França (1983). Mestre em História (DEA) Faculdade de Letras de Nancy- França (1981). Pós-doutoramento em Engenharia - Universidade Técnica de Berlin - Bolsista DAAD - do governo Alemão (1985). Livre Docente da Universidade de São Paulo (Título de Pós-doutoramento com tese e concurso público) (1993). Professor Titular da Universidade Federal do Ceará. (1994). Professor da Universidade de São Paulo (1984- 1994). Pesquisador Sênior e Chefe de Departamento - Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo - IPT (1987- 1995). Professor Titular da Universidade Federal do Ceará (1994- 2020). Professor Visitante da Universidade Federal da Bahia (2020). Leciona as disciplinas de graduação e Pós-graduação de: História dos Afrodescendentes; Urbanismo Africano; Bairros negros; Ciência tecnologia e Sociedade; Planejamento Energético. Pesquisa urbanismo Africano; Bairros negros; Educação da população negra; Tecnologias Africanas na Formação do Brasil. Orientou 30 teses de doutoramento e 50 mestrados. Trabalha com a teoria da Complexidade Sistêmica e a Transdisciplinaridade. Curso Especialização em Cidades (2016). Tem Curso Técnico da Acupuntura na Mãos - (2016). Curso Especialização em Projeto Arquitetônico Contemporâneo: Teoria e Prática (Universidade Federal do Ceará - 2019 a 2022). Especialização em Paisagismo e Iluminação (UNYLEA- 2023-2024). Orientou 31 Teses de doutoramento nas áreas de Engenharia, Educação. Arquitetura e Urbanismo. Autor de Tear Africano - Contos - Autor de Espaço Público, Urbanismo e Bairros Negros - Editora Appris- (2020).



qual esses equipamentos eram precários ou inexistentes. Nessa relação o objetivo desse estudo é analisar os aspectos sociodemográficos que influenciaram na criação e implementação da Rede Cuca, bem como a Rede Cuca foi concebida e desenvolvida por meio de políticas públicas potencial efetivo de promover o desenvolvimento juvenil e reduzir desigualdades sociais. O motivo da escolha deste tema reside na relevância social e na importância estratégica da Rede Cuca como política pública voltada para a juventude. O Brasil enfrenta desafios significativos em relação à inclusão social, à educação e ao acesso a oportunidades para os jovens, especialmente aqueles que residem em áreas periféricas e de baixa renda. Dessa feita, o objetivo desse estudo focou em analisar os aspectos sociodemográficos que influenciaram na criação e implementação da Rede Cuca, bem como compreender seu impacto na comunidade jovem.

O estudo sociodemográfico da criação da Rede Cuca na cidade de Fortaleza é de suma importância e relevância por diversos motivos, destacando-se sua contribuição para o campo do conhecimento sobre políticas públicas voltadas para a juventude, bem como para a compreensão das dinâmicas sociais e demográficas em contextos urbanos periféricos. Investigar os aspectos sociodemográficos que influenciaram na sua criação proporciona um macrovisão sobre como as políticas públicas podem ser concebidas e implementadas de forma a atender necessidades específicas da população jovem, especialmente daqueles que residem em áreas periféricas e de baixa

renda, contribuindo ainda para uma melhor compreensão das dinâmicas sociais e demográficas dessas comunidades, permitindo identificar desafios, demandas e potencialidades orientadoras da elaboração e implementação de políticas públicas mais eficazes e inclusivas, com fito na boa governança. Ao analisar dados demográficos, como faixa etária, gênero, nível de escolaridade e situação socioeconômica da população jovem nos bairros atendidos pela Rede Cuca, é possível entender melhor as características e necessidades desse grupo populacional específico.

Destarte toda exposição, o problema de pesquisa ancorou em identificar quais as modificações sociodemográficas que a Rede Cuca produziu no contexto social da juventude da cidade de Fortaleza, concernente ao fomento de desenvolvimento humano e social. Isso implicou em uma análise sobre as mudanças nas características sociais e demográficas dos jovens que frequentam ou são impactados pela Rede Cuca após sua implementação. Dessa feita, partindo dessas premissas para assim compreender de forma sistêmica a representativa no meio social contemplado pela Rede Cuca como seus serviços interferiram na realidade social e demográfica, inferindo ainda sobre o espaço demográfico de sociabilidade no fomento a novas formas de interação social entre os jovens da faixa etária até 29 anos que no caso em epígrafe é o limite de contemplação etária da Rede Cuca, para assim tentar mensurar seus impactos e seus efeitos sobre a juventude contemplada pela ação da Rede Cuca.



Buscando uma linearidade na forma de organizar o que busca com o desenvolvimento da pesquisa, de modo geral buscou-se analisar as modificações sociodemográficas resultantes da implementação da Rede Cuca no contexto social da juventude da cidade de Fortaleza. Assim sendo, por meio de um refinamento na busca, de modo específico, buscou-se investigar o perfil sociodemográfico da população jovem nos bairros atendidos pela Rede Cuca, antes de sua implementação, comparar os dados sociodemográficos da juventude atendida pela Rede Cuca, identificando as mudanças mais significativas nesse contexto e investigar o envolvimento da juventude, destacando sua participação popular e processos de governança participativa. Cada um desses objetivos fornecerá uma base estrutural da qual permitiu uma abordagem abrangente e detalhada sobre as modificações sociodemográficas geradas pela Rede Cuca em Fortaleza.

A metodologia adotada para composição desse estudo foi baseada em uma abordagem mista, combinando métodos quantitativos e qualitativos para capturar de forma abrangente as modificações sociodemográficas resultantes da implementação da Rede Cuca no contexto social da juventude em Fortaleza. O fomento de uma triangulação de dados, combinando resultados quantitativos e qualitativos visou enriquecer a compreensão das modificações sociodemográficas produzidas pela Rede Cuca e assim garantir tanto a validade quanto a confiabilidade dos achados. De modo complementar a essa composição metodológica o estudo também foi alicerçado

por meio de pesquisa bibliográfica de viés documental, por ser esse um caminho natural e peremptório do conhecimento científico. O problema da pesquisa, em seu expediente, foi recoberto por meio de pesquisa descritiva uma vez que essa promove uma maior caracterização tanto do fenômeno quanto da população estudada, estabelecendo assim uma relação mais particularizada com as diversas variáveis que circunscrevem a questão norteadora.

2. A REDE CUCA E A TRANSVERSALIDADE SOCIODEMOGRÁFICA

Conforme pontuam Rigout e Maques (2017) um grande entrave que recai sobre a raio de ação da Rede Cuca em termos de perspectiva de atuação comunitária é o desconhecimento da comunidade assistida por ela assistida. Em razão disso, pontuam os autores que o desconhecimento do modo como acessar as atividades ofertadas fomenta uma barreira social a ser superada. Ainda de acordo com os autores, faz-se premente a necessidade de popularizar os meios de acesso aos equipamentos da Rede Cuca, sendo esse o passo inicial para que as comunidades que estão circunscritas aos equipamentos da Rede Cuca comecem a frequentá-los e assim possa dar início as transformações sociais oriundas das atividades ofertadas.

Visando traçar um perfil sociodemográfico dos jovens usuários dos serviços auferidos pela Rede Cuca, foi



realizado em 2017 um seminário sobre as políticas públicas para a juventude de Fortaleza, em razão dessa foi construído um relatório sintetizando uma cartografia da juventude da cidade, nos termos que propõe a seguinte métrica definidora da Rede Cuca:

A Prefeitura Municipal de Fortaleza instituiu, por meio da Rede Cuca, toda a plataforma de projetos sociais mais relevantes para a juventude atualmente em execução nossa Capital. [...] jovens com idade entre 15 e 29 anos têm à disposição atividades esportivas, culturais, de lazer e de capacitação. [...] Conhecer melhor o perfil dos jovens certamente ajudará muito o nosso Município no planejamento e na formulação de novas políticas públicas e serviços que possam estar sintonizados com as demandas da juventude, permitindo mais acesso e maior engajamento. [...] Os dados revelam os enormes desafios que ainda estão por vir, mas apresentam também grandes esperanças com os resultados obtidos em relação aos jovens que são atendidos pelos projetos da Rede Cuca, que melhoram no rendimento escolar, nas suas habilidades emocionais e de socialização e, tocados por novas percepções, enxergam possibilidades de assegurar um futuro com mais dignidade e aproveitam as oportunidades para transformar seus sonhos em realidade. (RELATÓRIO SÍNTESE DA PESQUISA CARTOGRÁFICA DAS JUVENTUDES, 2017, p.4).

Consoante discorre Oliveira (2019, p.55) a geratriz de benefícios sociais parametrizados pelo implemento permanente da Rede Cuca, enquanto medida de intervenção social voltada a proteção e geração de oportunidade aos jovens fortalezenses, avoca e fomenta grande protago-

nismo juvenil voltados a garantia dos Direitos Humanos possibilitando uma mudança sociodemográfica tanto das realidades geográfica quanto da realidade social dos jovens habitantes da periferia da cidade de Fortaleza, nos termos que relata o seguinte:

Outra intervenção realizada pela Prefeitura de Fortaleza é a Rede Cuca, na qual é uma rede de proteção social e oportunidades formada por três Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (Cucas), que são mantidos pela Prefeitura de Fortaleza, por meio da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude. Geridos pelo Instituto Cuca, os Cucas Barra, Mondubim, Jangurussu, José Walter e Pici atendem, prioritariamente, jovens de 15 a 29 anos, oferecendo cursos, práticas esportivas, difusão cultural, formações e produções na área de comunicação e atividades que fortalecem o protagonismo juvenil e realizam a promoção e garantia de direitos humanos. Além disso, a Rede Cuca também visa trazer para a periferia de Fortaleza possibilidades e alternativas de fruição cultural por meio da realização de eventos estratégicos, festivais, mostras, exposições e programação permanente de shows, espetáculos e cinema.

Conforme conjectura Vasconcelos (2018) as políticas sociais voltadas ao desenvolvimento técnico e profissional de jovens, como a caso da Rede Cuca revelam uma conexão importante entre questões políticas e sociais, despertando o interesse em compreender seu funcionamento, uma vez que, direcionado à juventude da periferia de Fortaleza avoca grandes transformações em perspectiva sociodemográfica. Nessa acepção, a cidade



de Fortaleza se destacada como uma das mais perigosas do Brasil e do mundo, a nível Brasil ocupando a 12^a posição e em nível internacional a 31^a posição, conforme uma pesquisa internacional da Organização das Nações Unidas sobre violência nos países. Corroborando, em razão disso que sua implementação ocorresse estrategicamente em zonas periféricas com os índices de violência mais densos.

Em função disso, Carmerino (2020, p.49-50) esclarece por meio de uma pesquisa sociodemográfica sobre a juventude de Fortaleza em função das políticas públicas de melhoria qualidade social da juventude, citando de forma particularizada a Rede Cuca em razão de fundamentalidade no tocante a transformação social. A autora ainda traz a luz uma estatística sobre a juventude da cidade, caracteriza por meio da Cartografia da Juventude (2017) revelando o seguinte:

Assim, falar sobre juventude implica em compreendê-la na sua multiplicidade e pluralidade, de forma contextualizada a condições de gênero, classe social e território de pertencimento e nos diferentes modos que isso imbrica ao vivenciar a juventude. [...] Considerando os dados expostos na Cartografia da Juventude (2017), o público juvenil de Fortaleza foi apresentado equilibradamente dividido por gênero, com uma margem superior feminina (53% a 47%), e predominantemente pardo ou preto (71,4%), com apenas 1/5 identificando-se enquanto branco. No tocante à escolaridade, 66,3% de jovens afirmam não estudar atualmente, sendo que, desses, 33,7% informaram possuir o Ensino Médio completo e, infimamente, 1,5% terem concluído o Ensino Su-

perior. Entre os motivos apresentados para essa diferença estão a prática laboral, gravidez, a perda de interesse e a falta de condições para pagar a mensalidade escolar (9,1% dos jovens pesquisados declarou ter estudado em escolas particulares). Dos 90,9% de jovens que relataram ter estudado em escolas públicas, apenas 1% informou ter estudado em tempo integral. No mundo do trabalho, 63,8% dos jovens relataram ter tido sua primeira experiência entre os 15 e os 19 anos. Dos jovens que afirmaram trabalhar no momento (34,8% dos entrevistados), apenas 39,9% o fazem sob a garantia legal de uma carteira de trabalho assinada. Quando se detêm a análise sobre o perfil familiar, vê-se que a maioria (97,3%) reside com a família, em grupos formados por 4 a 6 pessoas (50,6%), beneficiárias do Bolsa Família (38,5%) e auto identificadas como classe média baixa (42,2%).

Aprofundando a inserção social protagonizada pela Rede Cuca na periferia da cidade de Fortaleza, revelando uma percepção do papel fundamental que essa instituição de fomento cultural e social pode desempenhar em contextos urbanos vulneráveis, exclama Vasconcelos (2018, p.223) da seguinte forma:

Durante muitos anos, não se teve no Brasil uma política voltada para os jovens que atendessem os seus anseios e as necessidades, mesmo sendo eles uma parcela considerável da população brasileira. Assim, foi observado pelo poder público, a urgência de se implementar políticas públicas voltadas para esse segmento da população, considerando ser obrigação do Estado brasileiro, de forma intransferível, cuidar, incentivar e promover a cultura em nosso país, de maneira



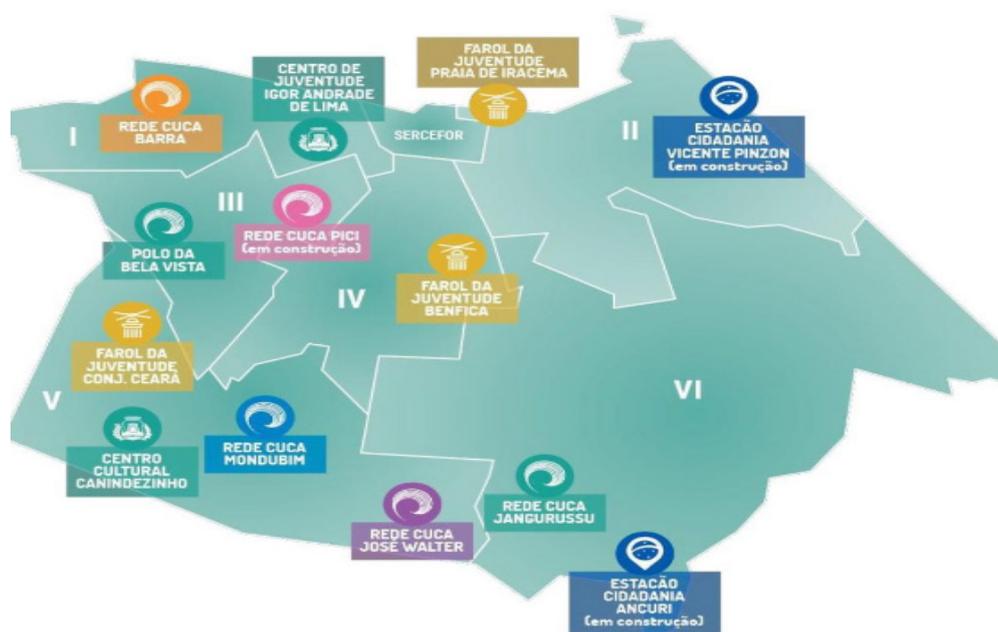
democrática e como forma de inclusão cultural. Postas essas questões, tivemos que fazer algumas correlações entre temas para entender como ocorreu o surgimento do Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte–Cuca [...], na cidade de Fortaleza, voltado para o segmento jovem e como o mesmo funciona, quais as suas atribuições, além de traçar um perfil de quem é o seu público, levando em conta classe, sexo, bairro de origem, entre outras questões. Assim, podemos concluir que mesmo [...] sendo um equipamento criado para atender os jovens carentes de Fortaleza, ele acaba também por chamar a atenção de jovens universitários ou de classe média que o procuram para desenvolver as atividades que lá são ofertadas. Na nossa análise, destacamos que os jovens frequentadores [...] são, em sua grande maioria, pessoas do sexo masculino, principalmente aquelas que se encontram na faixa etária de 15 a 22 anos, e que estão concluindo o ensino médio, diminuindo a participação nas faixas etárias acima de 23 anos. Ou seja, verifica-se uma diminuição no número de matriculados devido ao índice de jovens que morrem em acidentes ou estão ligados à marginalidade, ou ainda, os que têm que trabalhar, até porque, após essa idade muitos já estão inseridos no mercado de trabalho e, por isso, dispõem de pouco tempo livre para exercer alguma atividade cultural.

De acordo com o relatório síntese da pesquisa Cartografia das Juventudes - O que os jovens contam (2017), Fortaleza, como uma das maiores cidades do Brasil, enfrenta desafios e oportunidades únicas quando se trata de sua população jovem. Com mais de 730 mil jovens,

representando cerca de 30% da população total da cidade, é evidente que a juventude desempenha um papel crucial no tecido social e econômico da capital cearense. Essa demografia dinâmica e significativa demanda uma abordagem proativa e inclusiva por parte das políticas públicas, especialmente aquelas voltadas para a juventude. A Rede Cuca emerge como uma resposta tangível a essa necessidade, sendo o maior projeto de juventude da cidade. Sua localização estratégica nos bairros onde a maioria dos jovens está concentrada, cerca de 400 mil, demonstra um entendimento profundo das dinâmicas socioeconômicas locais. Ao situar-se em áreas com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a Rede Cuca direciona seus esforços para atender aqueles que muitas vezes enfrentam desafios mais prementes em termos de acesso a oportunidades educacionais, culturais e sociais.

Relatado isso, abaixo encontra-se disposta uma figura que pontua a disposição geográfica dentro da cidade de Fortaleza a distribuição da Rede Cuca, sendo que, conforme exposição supracitada no decurso textual, tal disposição ocorreu com base em múltiplas variáveis como IDH, manchas criminais das quais decorrem elevados índices de violência e dominação de organizações paraestatais, além de acesso a serviços públicos como projetos sociais.

Figura 1 – Distribuição Espacial da Rede Cuca na Cidade de Fortaleza.

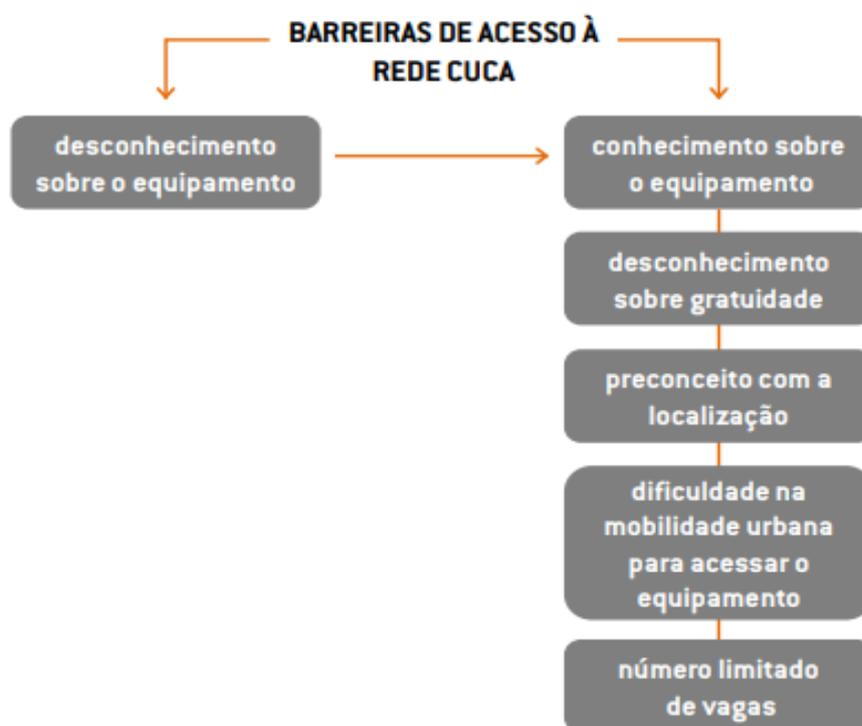


Fonte: Instituto Cuca, 2024

De acordo com Marques (2017), embora a Rede Cuca ofereça uma ampla variedade de oportunidades e serviços gratuitos, muitas pessoas concordam que fazer o primeiro acesso e começar a frequentar esses espaços requer superar algumas barreiras. Essas barreiras são percebidas tanto por aqueles que não estão familiarizados com a Rede Cuca quanto por aqueles que a conhecem, mas ainda não a frequentam regularmente. Ainda de acordo com autor uma das principais dificuldades que os jovens e membros da comunidade enfrentam ao considerar frequentar um Cuca é a falta de conhecimento sobre o próprio equipamento. Isso inclui entender do que se trata o espaço, quais atividades podem ser realizadas lá dentro, para qual público é direcionado, como funcio-

na em termos de horários de funcionamento, entre outras informações relevantes. Essa falta de familiaridade pode ser uma barreira significativa para aqueles que poderiam se beneficiar das oportunidades oferecidas pela Rede Cuca, mas que não têm uma compreensão clara do que o espaço. Dessa feita, abaixo está descrita uma figura contendo as principais barreiras com mais detalhes.

Figura 2 - Barreiras de acesso a Rede Cuca.



Fonte: Marques, 2017, p.18.

Ao passo que descreve sobre a fundamentalidade da ação da Rede Cuca, Alves (2014), exclama que desempenha um papel fundamental no desenvolvimento social e cultural da população jovem, oferecendo um ambiente seguro e enriquecedor para o crescimento tanto individual quanto coletivo. Descreve ainda que muitas vezes,

os jovens de comunidades carentes enfrentam barreiras de acesso à educação e à cultura, sendo que nesse sentido a presença da Rede Cuca ajuda a reduzir essas disparidades, oferecendo oportunidades de crescimento e desenvolvimento que, de outra forma, poderiam ser inacessíveis. Em razão disso, a Rede Cuca desempenha um papel crucial no desenvolvimento social e cultural da população jovem, oferecendo um ambiente inclusivo e enriquecedor onde os jovens podem aprender, crescer e se expressar. Seu impacto vai além do individual, contribuindo para a construção de comunidades mais vibrantes, seguras e resilientes.

Nessa acepção, conforme relata Carmerino (2020) a política pública de Juventude em Fortaleza, notadamente representada pelo trabalho desenvolvido pela Rede Cuca, demonstra um compromisso genuíno com o reconhecimento e a valorização da diversidade da juventude. Essa abordagem se reflete no acolhimento das diversas demandas apresentadas pelos jovens, abrangendo uma variedade de áreas e questões, e reconhecendo a interconexão e interdependência entre elas. Em outras palavras, a política pública não apenas reconhece a multiplicidade de experiências e necessidades dos jovens, mas também busca compreender e abordar as complexas interações entre diferentes influências que afetam suas vidas. Essa abordagem transversal e inclusiva é fundamental para garantir que os serviços e programas oferecidos pela Rede Cuca atendam efetivamente às necessidades e aspi-

rações de todos os jovens da cidade.

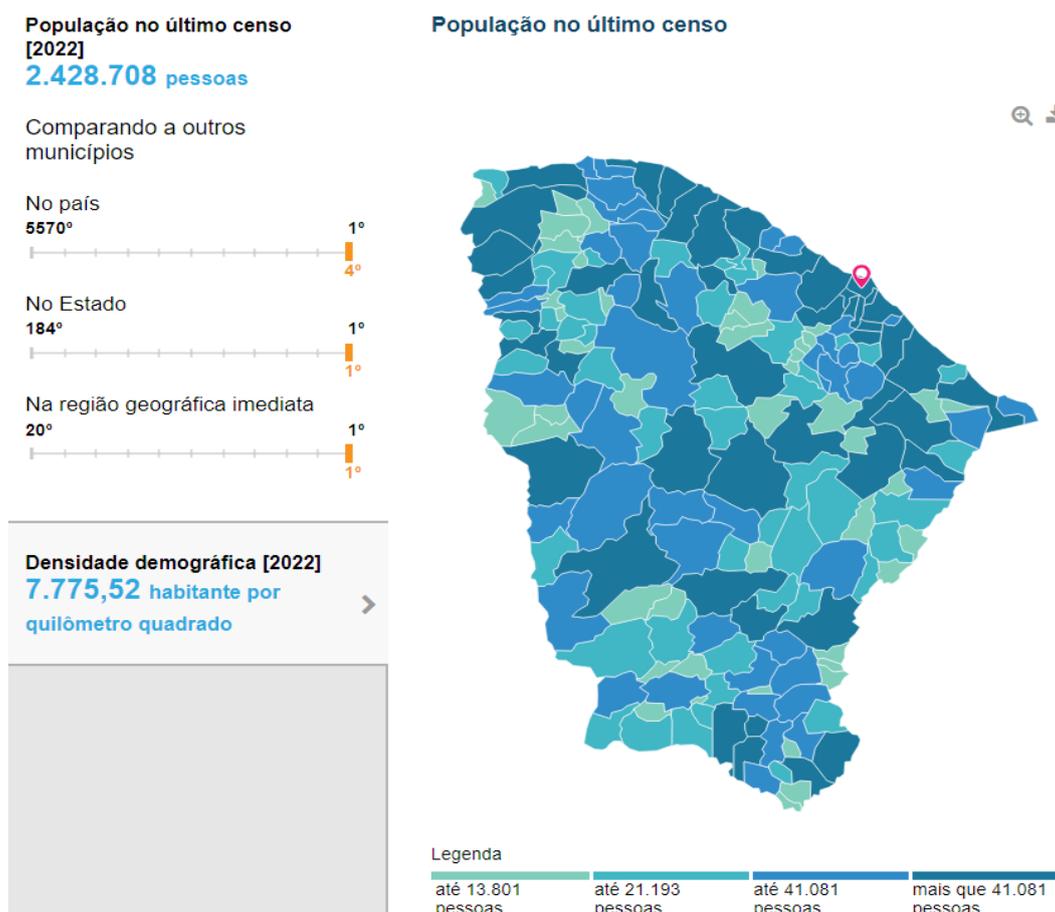
Ainda de acordo com Marques (2017), nos bairros de Fortaleza onde a Rede Cuca está presente, os centros se destacam como uma representação tangível do envolvimento do poder público. Nas áreas próximas aos equipamentos, a comunidade vivencia melhorias urbanas, como a ampliação de ruas e o aumento da iluminação pública, que contribuem para uma sensação de segurança mais robusta, diretamente relacionada ao ambiente urbano. Quando algum equipamento da Rede Cuca consegue conquistar a confiança dos jovens e cultivar neles sentimentos de acolhimento e inclusão, isso marca o início de um processo crucial. Esse processo permite que esses jovens deem os primeiros passos em direção ao desenvolvimento profissional e se distanciem de situações de risco e vulnerabilidade.

Consoante a isso, vale pontuar a densidade demográfica da cidade de Fortaleza, de acordo com o IBGE (2024), uma vez que isso mostra o alcance e a complexidade de implantação de uma política pública de inclusão e desenvolvimento social tão necessária quanto a Rede Cuca que oferece um caminho que possibilita que os jovens comecem a trilhar sua jornada em direção ao crescimento profissional e se afastem de circunstâncias que representam risco ou vulnerabilidade. Dito isso, baseado no último censo, abaixo encontra-se disposta uma imagem que revela a densidade demográfica da cidade de Fortaleza a qual mostra um quantitativo habitacional de



aproximadamente 2.428.708 e uma densidade demográfica de aproximadamente 7.775,52 habitantes por quilômetro quadrado.

Figura 3 – Densidade demográfica da Cidade de Fortaleza.



Fonte: IBGE, 2024

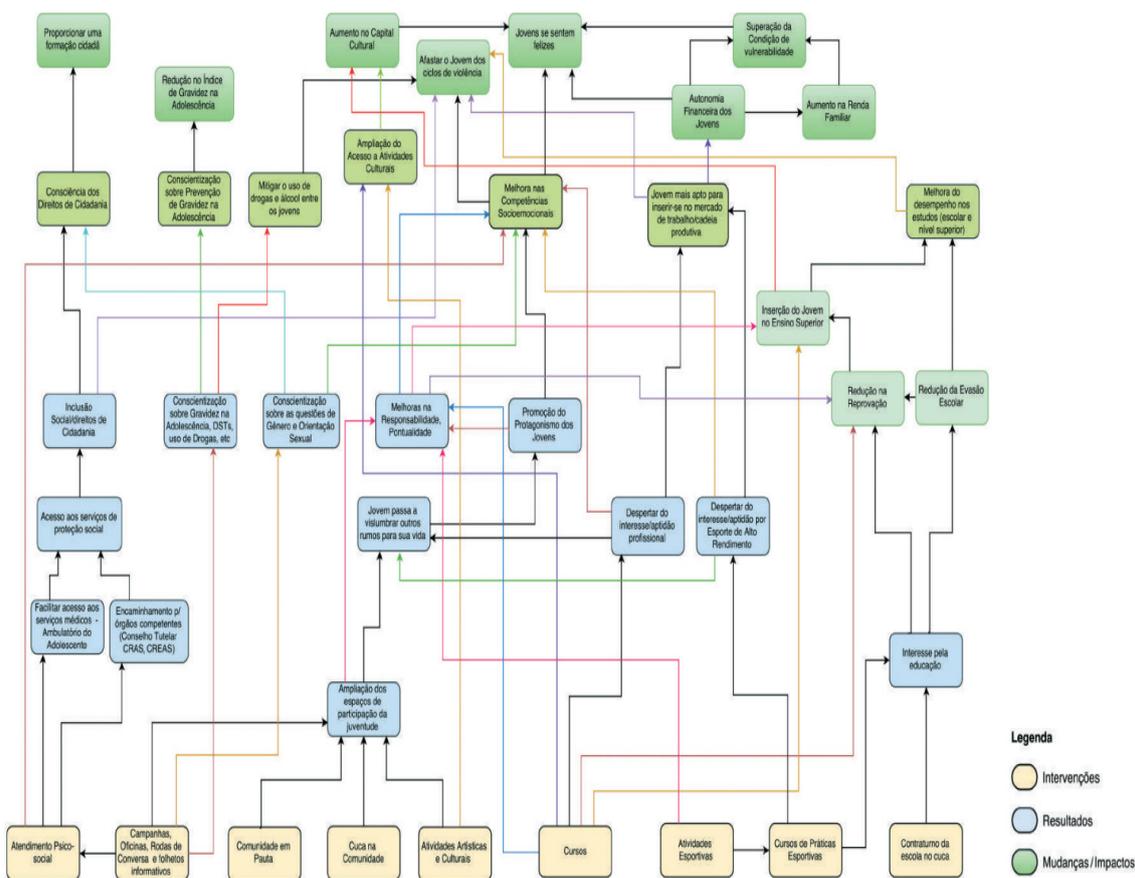
Para Rodrigues (2023) é compreensível que a realidade atual no Brasil seja fortemente influenciada por fatores socioeconômicos, resultando em disparidades sociais evidentes, onde nem todos têm acesso às mesmas oportunidades. No entanto, é plausível que políticas públicas, como a Rede Cuca, busquem engajar os jovens das áreas periféricas por meio de uma variedade de proje-

tos e programas sociais. Nesse contexto, o protagonismo social está relacionado ao esforço individual combinado com contribuições coletivas, sendo essencial que diferentes setores da sociedade incentivem e apoiem a implementação de políticas públicas municipais que visem garantir e promover programas voltados para o bem-estar da população.

Partindo do entendimento de Gomes (2020), no qual as interações sociais e as expressões culturais desempenham um papel essencial na promoção do protagonismo social. Esse fenômeno se manifesta quando os programas e iniciativas sociais são elaborados levando em consideração as cinco dimensões da mediação da informação: dialógica, estética, formativa, ética e política. Ao integrar essas dimensões, é possível criar um ambiente propício para o desenvolvimento do protagonismo social, onde os indivíduos são capacitados a assumir papéis ativos e influentes na sociedade. Em última análise, essa abordagem abrangente não só fortalece a participação cívica, mas também contribui para a construção de comunidades mais inclusivas e empoderadas, sendo essas fomentadas na caracterização social da Rede Cuca. Constrito a isso, motivado por uma política pública de transformação social como a Rede Cuca, abaixo está disposto um fluxograma das mudanças sociodemográficas parametrizadas na vida dos jovens atendidos pela Rede Cuca.



Fluxograma 1 – Mudanças sociodemográficas na vida dos jovens atendidos pela Rede Cuca.



Fonte: Rigout e Marques (2017, p.40)

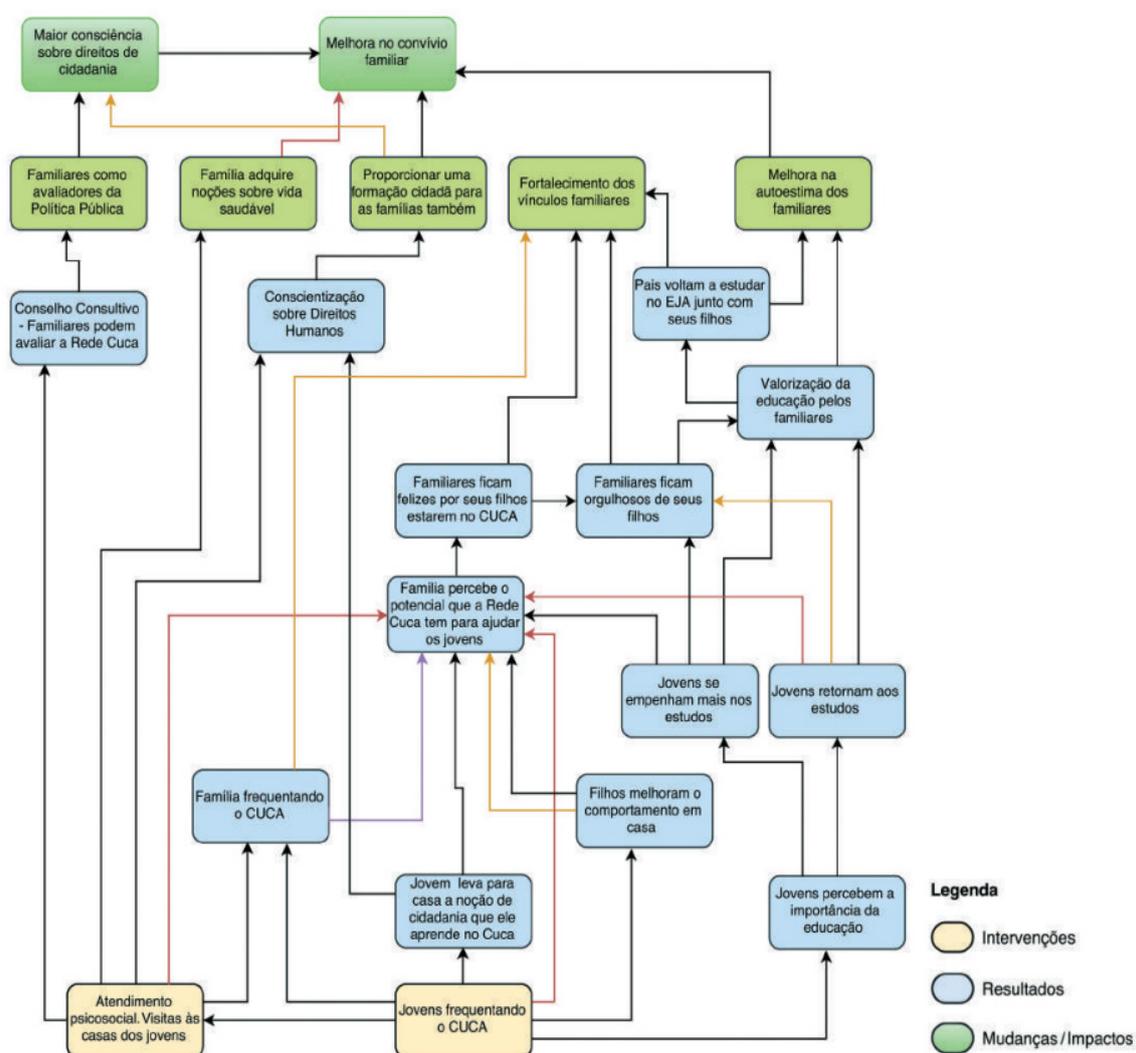
Assente ao entendimento de Rodrigues (2023), ao abordar temas como fortalecimento da justiça e inclusão social, a autora destaca a importância da mediação da informação como um impulsionador do protagonismo social. Essa perspectiva ressalta o papel fundamental da disseminação de informações e conhecimentos na capacitação dos indivíduos para assumirem um papel ativo na sociedade. Um exemplo concreto desse princípio pode ser observado no trabalho realizado pela Rede Cuca. Através da execução e planejamento de seus programas e projetos, a Rede Cuca busca garantir os direitos da juventude,

Acordante a tessitura de Rodrigues (2023), o protagonismo social pode ser fomentado e fortalecido por meio de políticas públicas que priorizem a participação cidadã, a criação de espaços de diálogo e o acesso à informação. Essa abordagem é claramente visível nos espaços oferecidos pela Rede Cuca. Através de uma variedade de atividades educativas, culturais e esportivas, os jovens encontram um ambiente propício para expressar suas identidades, explorar seus interesses e serem ouvidos e acolhidos. Além disso, esses espaços proporcionam uma oportunidade valiosa para os jovens compreenderem seus direitos e deveres como cidadãos plenos. A educação desempenha um papel crucial nesse processo, pois desde a infância, é essencial que os ensinamentos promovam o pensamento crítico, a criatividade e o engajamento social. Essas habilidades não apenas capacitam os jovens a se tornarem protagonistas em suas próprias vidas, mas também têm o potencial de fortalecer as interações familiares e contribuir para uma sociedade mais participativa e inclusiva.

Proporcionalmente a expositiva, Marques (2017) revela que tanto familiares quanto os próprios jovens reconhecem os impactos positivos do envolvimento em atividades esportivas e cursos oferecidos pela Rede Cuca no campo da educação, seja no âmbito da educação e desenvolvimento social. Em geral, observa-se uma melhoria significativa no comprometimento e na responsabilidade em relação aos estudos, na disciplina, na pontualidade e no desejo de alcançar um melhor desempenho

na educação formal. Essa mudança de comportamento é resultado, principalmente, de uma transformação na percepção da realidade social, enquanto descobertas de suas potencialidades, na qual os jovens passam a compreender melhor a importância de melhorar seus níveis de conhecimento.

Fluxograma 3 – Mudanças sociodemográficas nas famílias atendidas pela Rede Cuca.



Fonte: Rigout e Marques (2017, p.42)

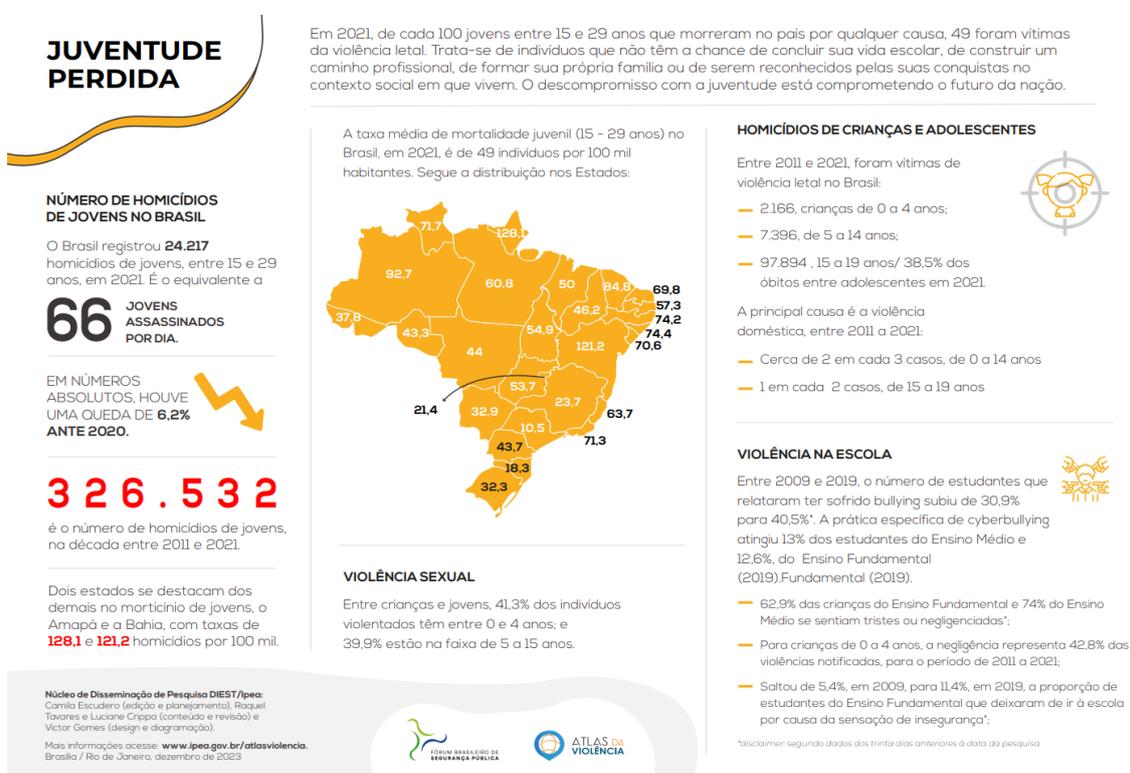
Esse cenário impacta diretamente o ambiente familiar, onde podem ocorrer mudanças significativas quando o jovem passa a adquirir confiança em si mesmo e em suas capacidades. À medida que ele se envolve em atividades na Rede Cuca e alcança um bom desempenho, essa autoconfiança é fortalecida, permitindo que ele desconstrua a percepção negativa que a família pode ter sobre ele.

Gadelha (2023) parte da discussão sobre a relação entre Estado/governo e cidadania/cidadãos e avançando em direção a um modelo de sociedade democrática progressista, destacamos a importância da implementação de políticas públicas em várias frentes para garantir e defender os direitos sociais/humanos. Reconhecemos a necessidade de intervenções para alcançar uma utopia social, considerando que a estrutura atual da sociedade é moldada pelo sistema capitalista. Ao focarmos nas necessidades da implementação de políticas públicas, percebemos que estas não apenas buscam reparar injustiças passadas, ainda presentes, mas também promovem uma formação crítica e reflexiva dos cidadãos, especialmente no que diz respeito ao acesso à educação pública, gratuita e de qualidade.

De acordo com o Atlas da Violência (2024) em 2021, de cada 100 jovens entre 15 e 29 anos que morreram no país por qualquer causa, 49 foram vítimas da violência letal. Trata-se de indivíduos que não têm a chance de concluir sua vida escolar, de construir um caminho profissional, de formar sua própria família ou de serem

reconhecidos pelas suas conquistas no contexto social em que vivem. O descompromisso com a juventude está comprometendo o futuro da nação. Esses jovens, ceifados pela violência, são privados da oportunidade de concluir sua educação, de construir uma carreira profissional sólida, de formar suas próprias famílias e de contribuir com suas realizações para o tecido social em que estão inseridos. É essencial compreender que a juventude é um ativo fundamental para qualquer sociedade, representando não apenas o presente, mas também o futuro. Investir na proteção e no desenvolvimento integral dos jovens não é apenas uma questão moral, mas também uma estratégia imperativa para garantir um crescimento sustentável e inclusivo.

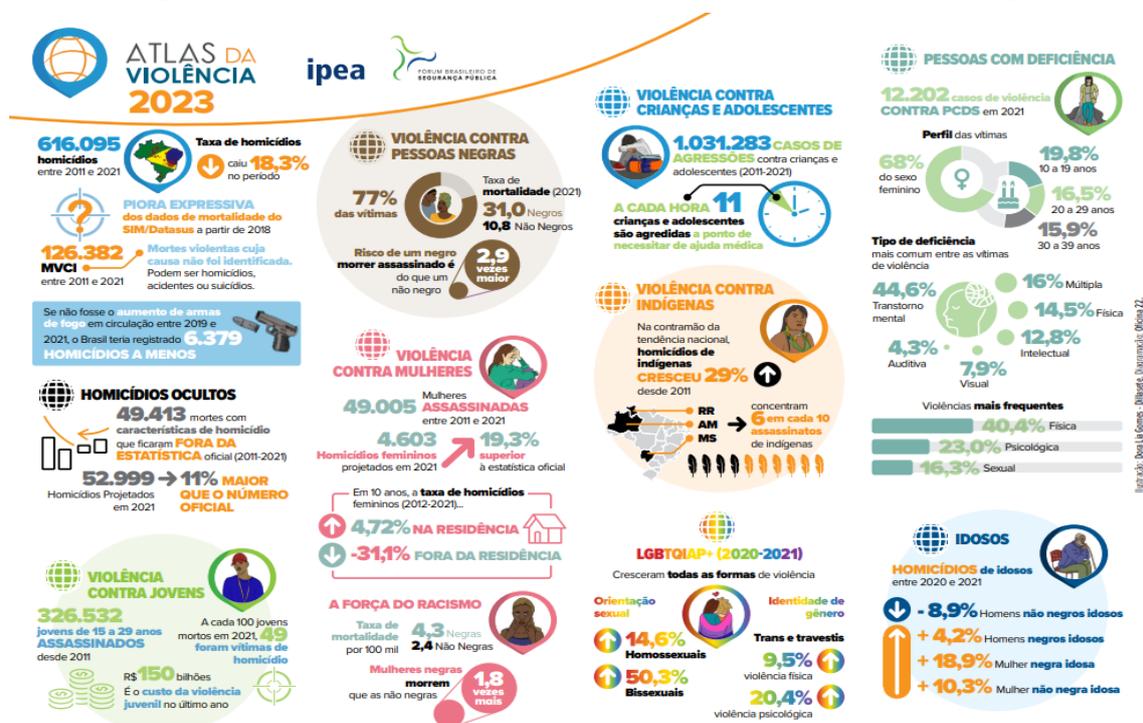
Figura 4 – Disseminação da violência na juventude.



Fonte: Atlas da Violência, 2024.

Nessa acepção, a violência mostra ser uma variável deveras preocupante. Por meio do Atlas da Violência (2023) foi possível constatar uma multiplicidade que pode recair sobre os jovens. Ao reconhecer e abordar as causas subjacentes da violência letal entre os jovens, como a falta de acesso a oportunidades, desigualdades socioeconômicas e a presença de grupos criminosos, podemos começar a construir um futuro mais promissor para a juventude e, conseqüentemente, para o país como um todo. A priorização da juventude não apenas salva vidas, mas também é fundamental para a construção de uma nação mais justa, próspera e resiliente. Em razão disso, abaixo foi explicitada uma figura relativa à multiplicidade de violência de incide sobre os jovens, independente de identificação étnico-racial ou de gênero.

Figura 5 – Multivariabilidade da violência incidente sobre jovens.



Fonte: Atlas da Violência, 2023.

De forma equipolente, ainda conforme os ensinamentos de Marques (2017), versa que a implantação dos equipamentos da Rede Cuca em bairros caracterizados por uma significativa vulnerabilidade social já promoveu uma mudança perceptível no ambiente local. As melhorias urbanas associadas à instalação desses equipamentos, como a pavimentação de vias, a instalação de iluminação pública, a canalização de córregos e a limpeza das áreas circundantes, não apenas elevaram a autoestima dos residentes das comunidades vizinhas, mas também influenciaram positivamente a sensação de segurança entre aqueles que vivem ou transitam na região. No entanto, é importante destacar que o aumento da sensação de segurança não significa necessariamente que as raízes da violência tenham sido abordadas pela instalação dos equipamentos da Rede Cuca. Esse sentimento é amplamente compartilhado por membros das comunidades, pelos pais dos jovens frequentadores e pelos próprios jovens, evidenciando a necessidade de uma abordagem mais abrangente para lidar com as questões subjacentes à violência nessas áreas.

Resignado pelos ensinamentos de Sousa (2019) no tocante as políticas públicas buscam que fomentar a participação juvenil por meio de modelos pré-estabelecidos, há o risco de limitar a autonomia dos jovens, uma vez que sua atuação fica restrita aos aspectos técnicos definidos por organizações, projetos e políticas governamentais. Nesse contexto, a participação social dos jovens muitas vezes é encarada como um mecanismo de ajuste



e integração individual, onde o jovem se vê como o único responsável por garantir sua própria inserção em uma sociedade que não oferece segurança ou garantias. O equipamento público de juventude, que se destaca como uma referência na capital e no estado, opera com base no paradigma do protagonismo juvenil. É interessante observar como a política de juventude influencia a forma como os jovens pensam e percebem a realidade ao seu redor. No entanto, é importante considerar que o estímulo ao protagonismo juvenil deve ser acompanhado por um ambiente que promova a liberdade, a criatividade e a capacidade dos jovens de influenciar ativamente as decisões que afetam suas vidas, ao invés de apenas seguir modelos pré-definidos.

De acordo com Medeiros (2021), para gerir os Centros Culturais, foi instituído o Instituto CUCA, uma Organização Social sem fins lucrativos que presta serviços à Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude. Essa coordenadoria, vinculada à administração municipal de Fortaleza, é encarregada do desenvolvimento e coordenação de políticas públicas voltadas para jovens, visando garantir direitos e promover a cidadania. Seu foco principal está nas áreas mais carentes da cidade, identificadas pelo baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). No contexto da Rede CUCA, conforme estabelecido pela Prefeitura, o objetivo é expandir a presença desses centros, buscando estabelecer um CUCA em cada regional do município, o que ampliaria consideravelmente o alcance e o impacto da Rede.

No âmbito da segurança, Rigout e Marques (2017) relatam ser inegável que o impacto positivo da Rede Cuca na redução da violência nos bairros onde estão localizados é consideravelmente limitado. Embora os Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte tenham desempenhado um papel claro no desenvolvimento das comunidades, a presença e atividade de facções criminosas nessas áreas prejudicam significativamente a sensação de segurança tanto dentro quanto fora dos equipamentos da rede. Embora esse resultado não seja surpreendente, é crucial ressaltar que os efeitos esperados da atuação da Rede Cuca na percepção de segurança devem ser compreendidos como limitados. A presença de facções criminosas exerce uma influência substancial na dinâmica de segurança local, eclipsando, em muitos casos, os esforços e recursos investidos. Em razão dessa constatação, abaixo foi explicitada uma figura relativa à multiplicidade de violência de incide sobre os jovens, independente de identificação étnico-racial ou de gênero.

3. CONCLUSÃO

Ao reconhecer a importância das diversas relações que os jovens estabelecem com a cidade, como as oportunidades que ela oferece, o acesso aos direitos e o respeito à diversidade, senti a necessidade de aprofundar meu entendimento sobre o assunto e refletir sobre ele. Isso me levou a buscar produzir conhecimento de forma coletiva e dialógica para e com a cidade de Fortaleza.



Dessa forma, minhas preocupações abrangiam questões relacionadas às diferentes experiências das juventudes, às políticas públicas destinadas a garantir seus direitos, à dinâmica urbana e às diversas interações que ocorrem no cotidiano, especialmente as narrativas significativas que emergem desses encontros. Ao direcionar meu foco para a Rede Cuca, evitei adotar uma visão preconcebida e superficial, reconhecendo a importância de compreender o contexto e as realidades locais.

Ao compreender a relevância das diversas conexões que os jovens estabelecem com o ambiente urbano, como as oportunidades disponíveis, o acesso aos direitos e a valorização da diversidade, senti a necessidade de aprofundar minha compreensão sobre o tema e refletir sobre suas implicações. Isso me motivou a buscar a construção de conhecimento de maneira colaborativa e aberta, em diálogo constante com a comunidade de Fortaleza. Dessa maneira, minhas preocupações englobavam uma série de questões relacionadas às experiências variadas das diferentes camadas jovens, às políticas públicas voltadas para a garantia de seus direitos, à dinâmica urbana e às interações cotidianas, especialmente as histórias e narrativas significativas que surgem desses encontros. Ao concentrar minha atenção na Rede Cuca, procurei evitar adotar uma visão simplista ou pré-concebida, reconhecendo a importância de compreender profundamente o contexto local e as realidades específicas que moldam a vida dos jovens em Fortaleza.

Um estereótipo sobre o perfil do jovem participante

ou frequentador da Rede Cuca se destacava, caracterizando-o como residente da periferia e vulnerável socialmente. No entanto, essa visão simplista não resistiu à imersão no campo, às interações e às conversas. Foi possível perceber que dentro dos Cucas, havia uma diversidade de movimentos entre as juventudes, com fluxos que se entrelaçavam e formavam um panorama de possibilidades. Isso também implicou em direcionar o olhar para as atividades que ocorriam em diversos bairros da cidade, onde os jovens desempenhavam papéis ativos e articuladores. Esse cenário revela a importância da existência dos Cucas, a ausência de espaços de lazer nas periferias urbanas e a relação intrínseca com o espaço público, destacando a necessidade de acesso equitativo e o direito à cidade para todos os jovens.

A escolha de explorar a Rede Cuca como objeto de interesse para pesquisa surge da necessidade de compreender como esses espaços públicos são concebidos e operam, especialmente diante dos desafios de vulnerabilidade e violência enfrentados pelos jovens na capital cearense. Ao investigar a estrutura e as propostas desses equipamentos, busca-se também entender como eles podem contribuir para garantir os direitos dos jovens de Fortaleza, oferecendo espaços e programas alinhados com suas necessidades e demandas. É importante ressaltar que, dada a grandeza da capital cearense, com seu número significativo de equipamentos e a diversidade dos jovens que ali residem, é impossível abordar todas as facetas das juventudes e suas demandas de forma abran-



gente. No entanto, o planejamento e a implementação da Rede Cuca representam passos significativos em direção a políticas públicas mais eficazes para a juventude de Fortaleza.

Ao considerar o foco apresentado e, em particular, os desafios envolvidos, destacamos o interesse em explorar a Rede Cuca como objeto de pesquisa, um espaço que suscita questionamentos e busca por entendimento sobre seus propósitos, implementações, contradições e potenciais em uma cidade como Fortaleza. Nosso interesse em investigar esse campo específico é motivado pela percepção da Rede Cuca como parte integrante da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude da Prefeitura de Fortaleza. A Rede Cuca emerge como um espaço significativo e distinto que aborda as demandas dos jovens, as iniciativas do Poder Público e as interações entre diferentes atores em tais territórios urbanos. Essa abordagem visa compreender não apenas o funcionamento da Rede Cuca, mas também sua relevância na promoção do bem-estar e do desenvolvimento dos jovens e da cidade como um todo.

Nas áreas da cidade onde as construções predominantemente horizontais ainda prevalecem, os Cucas se destacam visualmente nos bairros da Barra do Ceará, Mondubim, Jangurussu e Pici. Esses equipamentos estão estrategicamente localizados nas regiões administrativas I, V, VI, VIII e XI, respectivamente, abrangendo áreas com um total de 15 (Regional I), 18 (Regional V), 27 (Regional VI), 9 (Regional VIII) e 14 (Regional XI) bairros. No en-

tanto, a ausência de equipamentos em outras regiões da cidade evidencia a necessidade de expandir ainda mais a Rede Cuca, garantindo uma cobertura mais abrangente e equitativa em toda a cidade.

Diante de todo o exposto fica positivado o tangenciamento dos objetivos da pesquisa uma vez que foi possível circunscrever as perspectivas sociodemográficas de forma direta e indireta sobre a fundamentalidade da Rede Cuca no tecido social da cidade de Fortaleza. Dessa feita o problema da pesquisa foi resolvido, uma vez que se analisaram as modificações sociodemográficas resultantes da implementação da Rede Cuca no contexto social da juventude da cidade de Fortaleza mostrando ainda o protagonismo atuante com o qual transforma a realidade de seus participantes, estendendo-se às famílias e por fim alcançando a comunidade circunscrita ao equipamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Nágela Raposo; BARBALHO, Alexandre Almeida. **A política pública para juventude em Fortaleza. Conhecer: debate entre o público e o privado**, v. 4, n. 12, p. 126-145, 2014.

ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra; ELOY, Halana Rodrigues Freire. **Qualificação Profissional: Para além da profissionalização, uma perspectiva social**. Revista Produção e Desenvolvimento Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Brasil ISSN-e: 2446-9580



Periodicidade: Frecuencia continuavol. 2, núm. 1, 2016.

CAMERINO, Larissa de Almeida Moraes. **Políticas de atendimento a adolescentes em conflito com a lei: quando as juventudes entram em cena na rede Cuca de Fortaleza-CE.** Humanidades em Perspectivas, v. 4, n. 9, 2020.

GADELHA, José Wescley do Nascimento. **A Rede Cuca em Fortaleza-CE como política pública gratuita de caráter socioeducativo destinada às juventudes.** 2023.

GOMES, Henriette Ferreira. **Mediação da informação e suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política: um fundamento da Ciência da Informação em favor do protagonismo social.** Informação & Sociedade: Estudos. João Pessoa, v.30, n.4, p.1-23, out./dez. 2020

HENRIQUE, Samaisa dos Anjos Xavier. **Em busca das periferias nas narrativas das juventudes do Cuca Barra: acompanhando processos de comunicação e produção de sentidos.** 2017.

MARQUES, F. G. Rede Cuca, **Impactos Sociais e Econômicos.** Prefeitura Municipal de Fortaleza, 2017.

MEDEIROS, Frederico Pinheiro de Souza. **O lugar de expressão dos jovens comunicadores: discursos sobre concessão e conquista.** Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Ceará, Instituto de Cultura e Arte, Programa de Pós-graduação em Comunicação. 2021.

- OLIVEIRA, Jamilly Ferreira. **Mapeamento da criminalidade na cidade de Fortaleza/CE**. 2019. 66 f. Monografia (Graduação em Economia Ecológica) - Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.
- RIGOUT, Fabrizio; MARQUES, Fernando Gonçalves. **Rede CUCA: impactos sociais e econômicos**. São Paulo: Plan Avaliação, 2017
- RODRIGUES, Denise Marques. **Dimensões da mediação da informação nos programas e projetos da Rede Cuca**. 2023.
- SOUSA, Silva Alexsandra Maria; XIMENES, Veronica Moraes. **Políticas públicas e juventude: análises sobre o protagonismo juvenil na perspectiva dos jovens pobres**. Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais, v. 14, n. 1, p. 1-15, 2019.
- SILVA, Aliana et al. **Inclusão social e educação esportiva: Um estudo realizado no Cuca do Jangurussu no município de Fortaleza/Ce**.
- TAHIM, J. C. et al. **Processo de territorialização na atenção primária à saúde e o estágio curricular de saúde coletiva: um relato de experiência**. Seminário Internacional de Redes de Atenção à Saúde, Fortaleza-CE. Seminário Internacional de Redes de Atenção à Saúde, 2016.
- VASCONCELOS, Rachel Facundo. **Um estudo socioterritorial sobre as políticas públicas de cultura para a juventude em Fortaleza**. O Público e o Privado, v. 16, n. 32 jul. dez, p. 205-228, 2018.



CAPÍTULO 9

A IMPORTÂNCIA DA ESCRITA NA HISTÓRIA DA HUMANIDADE

Leide Daiana Carvalho Cunha¹

Ana Rosalin Ribeiro Leite²

Elizangela Lima Ramos³

Michelle Maria dos Santos Feitosa⁴

Raimundo Ferreira Lima⁵

Viviane e Vasconcelos Damasceno⁶

RESUMO

O presente artigo se volta a compreensão de como o ser humano se apoderou da escrita no decorrer da história. Deste modo, compreender a dimensão da importância da escrita nos diversos períodos históricos. Para o cumprimento da nossa investigação teórica foi realizada revisão de literatura sistemática. No início da invenção da escrita, o alfabeto grego desenvolveu uma escrita base-

1 Mestranda pela Universidade Federal do Ceará -UFC , leidecunha@outlook.com

2 Especialista pela Prótere Social, anarosalinribeiro@gmail.com

3 Especialista pelo Centro Universitário Christus-Unichristus, izangelalima@hotmail.com

4 Graduada pelo Centro Universitário Fametro-Unifametro, 35michellefeitosa@gmail.com

5 Especialista pelo Centro Universitário Fametro – Unifametro, raiferreira.540@gmail.com

6 Especialista pela Escola de Saúde Pública – CE, vivianevasconceloso4@gmail.com



ada em sílabas, conhecida por linear b, que pelo fato de permanecer limitada a utilização dos escribas dos palácios, teve o seu desaparecimento no século XIII a.C. depois de um intenso momento histórico de revoltas, ataques e calamidades naturais. A inovação grega na escrita foi dispor de sinais para denominar as vogais, que ao se ajustar a outros, apontavam as consoantes. Após levar em consideração as principais fontes perante uma linha de tempo por determinado período, se consegue deduzir que o caminho percorrido no desenho das letras está diretamente relacionado com o cenário tecnológico e o período social e político de cada sociedade. Tal característica faz com que qualquer fonte apresentada possa ser classificada como uma demonstração de cultura, representação e interpretação do modo de viver de um povo.

Palavras-chave: Escrita; Homem; Humanidade.

INTRODUÇÃO

Para entendermos como o ser humano se apoderou-se da escrita, transformando-se em um leitor e como se portou diante das modificações tecnológicas desenvolvidas no decorrer da história, para tal, se torna necessário regressar ao passado para conhecer o início da história da escrita e da leitura.

Após a Revolução Neolítica (ou agrícola) surgem os primeiros sinais da linguagem escrita, o qual se desmembra em três fases: pictórica (relaciona-se aos desenhos ou pictogramas), ideográfica (símbolos gráficos que repre-

sentavam uma ideia), e alfabética, sendo originada dos ideogramas. Sendo assim, a escrita pode ser considerada uma das primeiras tecnologias da história da humanidade (ANDRADE, 2001).

Foi durante a Revolução Neolítica (ou agrícola) iniciada há aproximadamente 10.000 anos, o homem passa a se apropriar da energia dos conversores (animais e plantas) por meio da pecuária e da agricultura, armazenando energia excedente na forma de alimentos. Um dos maiores avanços ocorridos nesse período foi a invenção da roda, possibilitando o uso da tração animal e, com isso, o aumento da produtividade agrícola (REIS, 2014).

Deste modo, perante a uma necessidade de um modo de expressão definitivo, o homem primitivo criou vários símbolos para a sua comunicação oral, chegando até a fase da invenção alfabética, o que proporcionou ao homem moderno se modernizar em diversas áreas.

Segundo Reis (2019), a escrita somente foi aperfeiçoada no século IV a.C.: "A escrita teve origem num passado relativamente recente, [...]. Apenas nos meados do século IV a. C. a humanidade utilizou uma escrita completa".

A presente pesquisa se legitimou dentro do contexto histórico, considerando que ler, redigir textos, discorrer sobre informações implícitas ou explícitas de um texto são imprescindíveis na construção cognitiva do elo ensino aprendizagem no decorrer da história da humanidade.

Portanto, definimos a pergunta de partida desta in-

investigação: Qual a importância da escrita na história da humanidade? Também se objetivou compreender a dimensão da importância da escrita nos diversos períodos históricos.

METODOLOGIA

No contexto desse estudo aqui desenvolvido buscamos a utilização de informações e materiais já publicados. Deste modo, foi realizada uma revisão de literatura sistemática, sendo o método empregado na evolução deste estudo. Utilizou-se de artigos disponibilizados nas bases de dados como: Scielo e Google Acadêmico, sendo usado nesse processo de estudo os seguintes descritores: escrita, homem e humanidade. Segundo Brizola e Fantin (2016, p.27), as revisões sistemáticas são definidas como: "A revisão da literatura é de suma importância, já que é realizada para auxiliar o pesquisador a focar no seu verdadeiro objeto de pesquisa e não perder tempo com questões secundárias".

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Todos os modelos de inscrição gráfica se geraram da vontade do homem de se relacionar e manter o registro das suas memórias sobre os seus saberes, tradições, acontecimentos, entre outras finalidades sociais, sendo assim a escrita: "tem origem quando o homem aprende a comunicar seus pensamentos e sentimentos por meio

de signos”. (BARBOSA,2013).

Portanto, todos os modelos de inscrição gráfica se geraram da vontade do homem de se relacionar e manter o registro das suas memórias sobre os seus saberes, tradições, acontecimentos, entre outras finalidades sociais:

O homem, através dos tempos, vem buscando comunicar-se com gestos, expressões e a fala. A escrita tem origem no momento em que o homem aprende a comunicar seus pensamentos e sentimentos por meio de signos. Signos que sejam compreensíveis por outros homens que possuem ideias sobre como funciona esse sistema de comunicação. A escrita é considerada um marco de passagem da pré-história para a história (BARBOSA, 2013).

A escrita cuneiforme nasceu na Suméria, região da Mesopotâmia, foi decodificada no século XIX, consistindo no sistema mais antigo conhecido na humanidade. Neste período histórico, os contadores da época catalogavam os seus bens com um tipo de estilete pontudo, utilizando sinais combinados com números na parte superior de placas de argila aproximadamente do tamanho de um cartão de crédito, assim, quando concluídas as inscrições, as placas eram secadas ao sol. O ato de pressionar uma cunha na argila mole foi dado esse nome ao sistema de escrita (REIS,2019).

A proximidade com letras, palavras, vocábulos e expressões, torna a leitura um método adequado; evidentemente para uma pessoa alfabetizada. Todavia nem todos os povos utilizam, ou utilizaram em épocas remotas,



palavras elaboradas por letras. De acordo com Bomeny (2010, p. 18), a escrita apareceu quando os símbolos foram sendo enfileirados paralelamente ou um em cima do outro, equivalendo ao pensamento linear. A utilização de pictogramas foi a primeira forma de escrita surgida por volta de 3.000 a.C (Idade Antiga) na Mesopotâmia, sendo denominada de cuneiforme, certamente utilizada para registrar a oralidade e elaborar contos. Eles surgiram em plaquetas de barro, na Mesopotâmia, na região da Suméria, entre os rios Tigre e Eufrates, região atual do Iraque, entre Bagdá e o Golfo Pérsico.

A escrita cuneiforme era caracterizada por símbolos, cada símbolo correspondia uma palavra. Em determinadas línguas era preciso que se formasse um sistema de escrita que correspondesse a pronúncia especificada de cada vocábulo. Neste período histórico aparece a necessidade de se formar letras para a escrita, para satisfazer a necessidade da pronúncia de cada língua. (DA SILVA MALTA, 2010).

Á vista disso, muitos povos consideram a invenção da escrita uma grande ascensão para o desenvolvimento da humanidade, pois ela simboliza as representações mentais que são capazes de permanecer registradas por vários períodos da história. Logo, a utilização da escrita aprimorou a comunicação entre os homens, colaborando para o seu progresso intelectual (ANDRADE, 2001).

No decorrer de vários séculos, os povos da Antiguidade não tinham um modelo específico para anotar por escrito os vocábulos falados, produzindo várias formas

de escrita, sendo suas ideias baseados especialmente em imagens. Segundo Queiroz (2005), depois de determinadas descobertas, apareceu gradativamente a primeira forma de escrita alfabética, a norte-semítica, constituída por vinte e dois símbolos manuscritos constantemente da direita para a esquerda: uma escrita de fonemas que não formavam sílabas.

O alfabeto é um sistema de sinais gráficos que representam os sons fundamentais da linguagem. A palavra possui a sua gênese do latim *alphabetum*, constituído com os nomes das duas primeiras letras do alfabeto grego, *alpha* e *beta*, que vieram das línguas semíticas (HIGOUNET, 2003).

No início da invenção da escrita, o alfabeto grego desenvolveu uma escrita baseada em sílabas, conhecida por *linear b*, que pelo fato de permanecer limitada a utilização dos escribas dos palácios, teve o seu desaparecimento no século XIII a.C. depois de um intenso momento histórico de revoltas, ataques e calamidades naturais. A inovação grega na escrita foi dispor de sinais para denominar as vogais, que ao se ajustar a outros, apontavam as consoantes. A notação de fonemas possibilitou uma grande economia de signos (DUARTE, 1998).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, o desenvolvimento do desenho da escrita se efetiva à proporção que a mão do homem começa a gravar, imprimir, delinear, moldar e pintar pictogramas,



fonogramas e letras em cada período da história, se ajustando, gradativamente, a qualquer tecnologia e sustentáculo que vão surgindo (SOUZA, 2015).

Após levar em consideração as principais fontes perante uma linha de tempo por determinado período, se consegue deduzir que o caminho percorrido no desenho das letras está diretamente relacionado com o cenário tecnológico e o período social e político de cada sociedade. Tal característica faz com que qualquer fonte apresentada possa ser classificada como uma demonstração de cultura, representação e interpretação do modo de viver de um povo.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Leila Minatti. **A escrita, uma evolução para a humanidade**. Linguagem em (Dis) curso, v. 1, n. 1, 2001. ISSN 1982-4017.
- BARBOSA, José Juvêncio. **Alfabetização e leitura**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- BOMENY, Maria Helena Werneck. **Os Manuais de Desenho da Escrita**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2010.
- BRIZOLA, Jairo; FANTIN, Nádia. **Revisão da literatura e revisão sistemática da literatura**. Revista de Educação do Vale do Arinos-RELVA, v. 3, n. 2, 2016.
- DA SILVA MALTA, Renata. **Investigando processos de**

ensino da leitura e escrita na escola: contribuições para a formação de professores, 2010.

DUARTE, Adriane da Silva. **A Revolução da escrita na Grécia e suas consequências culturais**. Interface-Comunicação, Saúde, Educação, v. 2, p. 205-206, 1998.

HIGOUNET, Charles. **História concisa da escrita**: Tradução Marcos Marcionilio. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

REIS, Caroline Kirsten et al. **História da escrita**: uma contextualização necessária para o processo de alfabetização. 2019.



CAPÍTULO 10

O INGRESSO TARDIO NO ENSINO SUPERIOR E SEUS DESAFIOS: REAPREN- DENDO A APRENDER

Roseane Carvalho de Souza¹

Raimundo Ferreira Lima²

Evânia Maria Oliveira Severiano³

RESUMO

As reflexões contidas neste artigo fazem parte da investigação relacionada com o significado do ingresso tardio de alunos com faixa etária acima ou igual a 45 anos, no ensino superior e seus desafios e motivações para o processo dialético reaprendendo a aprender. O objetivo geral foi identificar e compreender os principais desafios dos estudantes da maturidade no Ensino Superior. Para tanto realizamos pesquisa bibliográfica a fim de contextualizar o tema abordado e pesquisa exploratória de campo realizado na Instituição Unifametro, com um recorte de estudo no Curso de Serviço Social com uso de entrevista

1 Centro Universitário Fametro - Unifametro. roseane_carvalho_40@hotmail.com

2 Centro Universitário Fametro - Unifametro. raimundo.lima@aluno.unifametro.edu.br

3 Centro Universitário Fametro - Unifametro evaniaseveriano@gmail.com



semiestruturada com nove alunos do Curso de Serviço Social. Como resultado, apontamos que a educação por ser um direito de todos, o público maduro ainda usufrui pouco, por falta de maior investimento e incentivo do Estado, com efeito repercutindo na motivação ou pouca iniciativa de ingresso tardio de educandos no ensino superior, todavia, há desafios a se enfrentar e Institutos de pesquisas apontam um fenômeno em crescimento.

Palavras-chave: Ensino Superior. Maturidade. Educação Tardia.

INTRODUÇÃO

Temos como tema de investigação analisar sobre o ingresso tardio no ensino superior, e, seus desafios e motivações para o processo dialético reaprendendo a aprender. Foi de interesse problematizar o acesso ao ensino superior, público ou privado, por alunos com idade maior que 45 anos, com a intenção de analisar sua presença nas instituições de graduação e suas trajetórias na superação dos obstáculos que provavelmente tivessem que enfrentar devido à faixa etária, até ingressarem nesse segmento da educação.

Ingressar tardiamente no ensino superior é uma realidade vivida por vários brasileiros que entraram em um curso superior com mais de 45 anos. Todo o processo de aprendizagem, até que se chegue à etapa da graduação, é intenso e árduo, sendo necessárias muitas horas de estudo por dia. Para quem está há anos sem estudar,

até mesmo as noções básicas são difíceis de demonstrar um domínio, precisando de um grande esforço, por parte do estudante, para que ele consiga a tão sonhada aprovação no vestibular, demonstrando, também coragem ao enfrentar o novo e buscar conhecimento.

Segundo dados do Censo do IBGE (2010), ao longo dos últimos anos, houve um aumento considerável no número de pessoas que resolveram voltar a estudar ou cursar uma graduação após os 45 anos. Assim, percebemos que esse é um fenômeno em crescimento e sua análise constitui uma ótima oportunidade de pesquisa.

Após determinada idade, é provável que o adulto entre em uma fase de experiências amadurecidas, cujas recordações de diversas histórias vividas e sentimentos – alegrias, dores, decepções e expectativas – se fazem presentes. Depois de já ter realizado o sonho de ter uma família, por exemplo, de ver os filhos criados e bem encaminhados, o adulto mais amadurecido, com mais de 45 anos, vê nessa fase da vida uma oportunidade de desafiar a si próprio e buscar novas experiências que possam trazer significado à sua existência ou, até mesmo, que sejam reflexos de desejos de quando ainda eram mais jovens. É por este motivo que muitos deles resolvem ingressar na educação superior.

Deste modo, especificamente, a investigação teve como objetivos: compreender de que modo ocorre o processo de adaptação desses estudantes; Entender quais as motivações que os levaram a escolher cursar uma graduação após um longo período de tempo; analisar a partir



dos relatos, quais obstáculos são enfrentados pelos estudantes. E por fim, analisar se os desafios enfrentados pelas mulheres são os mesmo enfrentados pelos homens, ou se existem diferenças. Nesse artigo oportunamente apresentamos breve síntese de parte dos objetivos da nossa investigação.

METODOLOGIA

De acordo com Fonseca (2002), a pesquisa possibilita uma aproximação e um entendimento da realidade a investigar, como um processo permanentemente inacabado. Ela se processa através de aproximações sucessivas da realidade, fornecendo subsídios para uma intervenção no real.

A pesquisa foi de abordagem qualitativa com uso de dados quantitativos, que, de acordo com Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis, porém também faremos uso de dados quantitativos, de acordo com Fonseca (2002, p. 20):

A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem

matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente [...].

A ideia inicial da pesquisa foi em um primeiro plano, construir um panorama geral da investigação que nos possibilitasse ter acesso à informação sobre a presença de maturidade no ensino superior. Os dados estatísticos disponibilizados pelo IBGE (2010) acerca dos alunos acima de 45 anos que entraram no ensino superior foram analisados e mostram que a presença desses estudantes, em comparação ao número de discentes em geral, é muito reduzido, pois representa cerca de 0,65% das matrículas.

Para o trabalho de campo, foi investigada a instituição Unifametro, com um recorte de estudo no Curso de Serviço Social e as razões que justificaram a escolha foi que a pesquisadora e aluna desse Centro Universitário, especialmente do citado curso.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para compreender a temática central desse estudo, essa sessão trará os resultados e análise da pesquisa de campo, buscando responder aos objetivos da investigação em sintonia com o que já descrevemos na metodologia utilizada na pesquisa, e entendendo como um conjunto de métodos pelos quais se faz uma investigação cientí-



fica, com o intuito de esclarecer ou explicar melhor um conceito e propósitos da investigação de trabalho, com rigor e sistematizações.

Face aos dados apresentados pelo IBGE, observamos a necessidade de garantir que a população mais madura tenha acesso não só ao lazer e à saúde, mas que tenha acesso também à educação. Pesquisas como esta são fundamentais para que haja discussões sobre as estratégias e a política adequada a esse público, que vem crescendo cada vez mais no cenário social. Neste sentido, mostramos o campo investigado, conforme retrata o Quadro 1:

Quadro 1 – Instituição de ensino superior e curso.

INSTITUIÇÃO	MODALIDADE	CURSO	MATRÍCULAS
Unifametro	Presencial	Serviço Social	188 (09 alunos com idade superior a 45 anos)
Total de estudantes matriculados na instituição do município de Fortaleza			188
Total de matrículas de alunos acima de 45 anos			09

Fonte: Pesquisa Direta, 2019.

Os dados apresentados no Quadro 1 mostram que a presença de alunos maiores de 45 anos nesse Curso dessa Unidade de ensino em Fortaleza é muito reduzida e corresponde a aproximadamente 1% das matrículas de 2018.

Depois da coleta das informações acima, conversas informais foram realizadas com gestores, coordenadores

de curso, professores, funcionários e alunos a fim de saber se eles conheciam os alunos mais amadurecidos. Desse modo, foram identificados 01 homem e 08 mulheres, entre 45 e 55 anos, que estavam concluindo a graduação no curso de Serviço Social, na Unifametro, como mostra o Quadro 2 abaixo:

Quadro 2 - Gênero dos estudantes.

Gênero	Faixa Etária	Estado civil	Financiamento	Território/Bairro
Masculino	50-55	Divorciado (1)	Particular (7)	Fortaleza(1) (Mediações da Faculdade).
Feminino	45-53	Divorciada (1) Casada (4) Solteiros (3)	Fies (1) Educa mais Brasil (1)	Fortaleza (04) Crateús (1) Ipueiras (1) São Luiz Curu(1) Maranhão(1)

Fonte: Pesquisa Direta, 2019.

A investigação mostra que as principais motivações dos estudantes adultos para ingressarem no Ensino Superior são as seguintes: a) Falta de recurso foi mencionada várias vezes, sendo esse motivo e o desejo de ingressar numa faculdade; b) A desigualdade entre homens e mulheres se expressa de diferentes formas, como o crescimento a posição ocupada pelas mulheres no mercado de trabalho considerada uma conquista social das mulheres na busca de oportunidades iguais às dos homens; c) "Maternidade/Paternidade" acarretou, inevitavelmente, alterações na vida pessoal, familiar e social dos estudantes, e as alterações que tiveram que operar nas suas

vidas. d) oportunidade para conhecer novas pessoas; e, ainda, novos conhecimentos. e) desejo de se tornarem melhores cidadãos estes adultos mais maduros também referem a dificuldade, sobretudo no primeiro semestre, para se integrarem nos ritmos, linguagens e modelos do mundo universitário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizando o trabalho compreendemos que o governo contribui significativamente com a educação de Jovens e Adultos, e, colabora com a construção de uma Educação que prioriza o desenvolvimento de uma consciência reflexiva, crítica e libertadora, considerando uma nova relação entre educador e educando, entendendo o analfabetismo como um problema social. Além disso, enfatizar que este estudo não se dá por encerrada as discussões em torno da Educação de Adultos na maturidade, mas tem o caráter de contribuir com a produção científica, um recorte a ser somado, representa um estudo bibliográfico capaz de nortear novas pesquisas e, sobretudo abrir um leque de possibilidades para outras pesquisas sobre os discentes na maturidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. IBGE. **Censo 2010**. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 03 jun. 2019.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UECE, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 19. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.



